

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2010/2011



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**A NIGÉRIA ENQUANTO FACTOR INCONTORNÁVEL
PARA PORTUGAL NO CAMPO ENERGÉTICO E PARA
ALGUNS PAÍSES DA CPLP NA ESFERA POLÍTICO-
MILITAR**

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

Nuno Alexandre Rosa Morais dos Santos
MAJ Art



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A NIGÉRIA ENQUANTO FACTOR INCONTORNÁVEL
PARA PORTUGAL NO CAMPO ENERGÉTICO E PARA
ALGUNS PAÍSES DA CPLP NA ESFERA POLÍTICO-
MILITAR**

Nuno Alexandre Rosa Morais dos Santos

MAJ Art

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2010/11

Lisboa – 2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A NIGÉRIA ENQUANTO FACTOR INCONTORNÁVEL
PARA PORTUGAL NO CAMPO ENERGÉTICO E PARA
ALGUNS PAÍSES DA CPLP NA ESFERA POLÍTICO-
MILITAR**

Nuno Alexandre Rosa Morais dos Santos

MAJ Art

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2010/11

Orientador: TCOR TM (Engº) José António da Silva Vieira

Lisboa – 2011

Agradecimentos

O caminho percorrido na elaboração deste Trabalho de Investigação Individual (TII) foi longo e custoso porquanto foram necessárias muitas horas de dedicação, consulta de documentação, entrevistas e reflexões atentas que conduziram a este TII.

No entanto, todo este caminho não seria possível sem a ajuda de determinadas pessoas que muito contribuíram para melhorar o nosso entendimento sobre esta temática. Na impossibilidade de referir todos quantos de forma desinteressada, me prestaram algum do seu esforço, para que fosse possível a elaboração deste TII, apresento de forma pessoal o meu apreço e devido reconhecimento aos que, de uma forma ou de outra contribuíram com o seu saber, dedicação, informação, trabalho e conforto. Pese embora, cabe-me destacar dessa lista, as pessoas que em determinados momentos me ajudaram a analisar e a ultrapassar alguns “factores críticos de sucesso” deste trabalho.

Os meus melhores agradecimentos ao Senhor Tenente-Coronel de Transmissões (Eng^o) José António da Silva Vieira, que na qualidade de professor orientador, logo no início me deu o seu apoio para a abordagem do tema aqui tratado, o meu apreço também pela sua disponibilidade sempre manifestada e pelas linhas de orientação que foram de grande utilidade, tendo facilitado a elaboração deste modesto trabalho.

Ao Professor Doutor Armando Marques Guedes, pela forma sempre pronta de colaboração, pelas fontes de informação cedidas e pelos conselhos úteis, o meu reconhecimento.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria Proença Garcia, Major de Infantaria Luís Bernardino e Major de Artilharia Adelino Jacinto, os meus agradecimentos e sentida amizade, pelo oportuno apoio bibliográfico, que muito contribuiu, de forma positiva, para o enriquecimento do conteúdo desta dissertação.

À Teresa, ao João e à Margarida pelo seu apoio e conforto o meu sentido obrigado.

ÍNDICE

Introdução	1
1. A Nigéria	6
a. Caracterização humana.....	6
b. Caracterização política e militar	9
c. Aspirações regionais.....	12
d. Síntese conclusiva	14
2. Portugal e a Nigéria no campo energético.....	16
a. A situação energética de Portugal	16
b. A estratégia energética portuguesa.....	19
c. A relação bilateral entre Portugal e a Nigéria.....	21
d. Benefícios e riscos da relação energética com a Nigéria.....	24
e. Síntese conclusiva	29
3. As relações políticas e militares entre a Nigéria e os países da CPLP	31
a. As relações bilaterais da Nigéria com alguns países da CPLP	31
b. Os países da CPLP e as aspirações políticas e militares da Nigéria.....	31
c. Implicações para Portugal	37
d. Síntese conclusiva	39
Conclusões e recomendações	42
Bibliografia.....	47

Anexos: (Distribuídos apenas em suporte digital)

Anexo A – Produção energética nigeriana	Anx A-1
Anexo B – Consumo energético português	Anx B-1
Anexo C – Sistema nacional de gás	Anx C-1
Anexo D – Reservas estratégicas petrolíferas portuguesas	Anx D-1
Anexo E – O petróleo em Portugal.....	Anx E-1
Anexo F – Balança comercial entre Portugal e a Nigéria.....	Anx F-1
Anexo G – Ficha alargada da Nigéria do MNE.....	Anx G-1
Anexo H – Resultados das eleições nigerianas de Abril de 2011	Anx H-1

Apêndices:

Apêndices I – Matriz conceptual do TII.....	Apd I-1
Apêndices II – Entrevista ao Professor Doutor Armando Marques Guedes	Apd II-1
Apêndices III –Caracterização económica da Nigéria	Apd III-1
Apêndices IV –Caracterização dos movimentos extremistas nigerianos	Apd IV-1
Apêndices V – Análise dos objectivos da UA, CEDEAO, CGG e CPLP.....	Apd V-1
Apêndices VI – Breve descrição do PAMPA.....	Apd VI-1
Apêndices VII – Questionários enviados, respostas e contributos obtidos	Apd VII-1

Índice de figuras:

Figura 1 – Densidade populacional nigeriana.....	7
Figura 2 – Representação étnica e linguística da Nigéria.....	9
Figura 3 – Taxa de dependência energética (2000-2009).....	16
Figura 4 – Evolução do consumo de energia primária em Portugal (2000-2009).....	17
Figura 5 – Energia eléctrica produzida em Portugal a partir de FER em 2009.....	18
Figura 6 – Consumo de energia final por sector em 2009.....	18

Índice de tabelas:

Tabela 1 – Estatística da população nigeriana.....	6
Tabela 2 – Contribuição militar da Nigéria nas missões da ONU.....	11
Tabela 3 – Análise SWOT da relação Portugal-Nigéria.....	25

Resumo

O presente trabalho centra-se na Nigéria, em Portugal, Angola, São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau, estes últimos enquanto membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Versa sobretudo o modo como a Nigéria é um factor incontornável para Portugal no campo energético, designadamente para a estratégia portuguesa de diversificação de fornecedores energéticos, estratégia que visa reduzir a insegurança energética de Portugal. Adicionalmente, esta investigação disserta sobre a influência político-militar nigeriana em alguns países da CPLP e como Portugal tem praticado uma política de cooperação técnica e militar com os países africanos da CPLP que visa a criação duma capacidade própria de defesa e segurança, capaz de se impor a influências externas.

Em relação à metodologia e apesar das dúvidas e hesitações iniciais existentes em todas as investigações, procurámos encontrar uma direcção, tão clara quanto possível, para assegurar a coerência do trabalho, o que nos levou a definir a seguinte questão central: **Qual o contributo energético Nigeriano para Portugal e como é percebida por Portugal a influência política e militar da Nigéria no âmbito dos países da CPLP?**

Ao procurarmos várias vias de análise realizámos uma pesquisa documental e bibliográfica e entrevistas a instituições, empresas e individualidades com reconhecido conhecimento da matéria. Entre outras conclusões, o TII aponta para o facto da Nigéria ser um factor incontornável para Portugal no campo energético, pois actualmente é um fornecedor importante de gás natural e ainda muito recentemente forneceu a Portugal petróleo. Relativamente à esfera político-militar o trabalho conclui que a influência nigeriana nos países africanos da CPLP só é sentida indirectamente por Portugal, via CPLP. Adicionalmente, o TII apresenta algumas recomendações que permitam potenciar a relação bilateral Portugal-Nigéria.

Abstract

This paper focuses on Nigeria, Portugal, Angola, Sao Tome and Principe and Guinea-Bissau, the latter as members of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP). Versa especially the way Nigeria is an essential factor for Portugal in the energy field, namely for the Portuguese strategy of diversification of energy suppliers, which aims to reduce Portugal's energy insecurity. Additionally, this dissertation research on the influence of Nigerian political and military in some countries of the CPLP and how Portugal has practiced a policy of military and technical cooperation with African countries of the CPLP is underway to create a capability of its own defense and security, able to oppose external influences.

Regarding the methodology, despite the initial doubts and hesitations in existing all investigations, we tried to find a direction, as clear as possible, to ensure consistency of work, which led us to define the following question central: **What is the Nigerian energy contribution to Portugal and how is perceived by Portugal the political and military influence of Nigeria in the countries of the CPLP?**

While pursuing various avenues of analysis we conducted a literature and document research and interviews with institutions, companies and individuals with recognized knowledge of the matter. Among other findings, the TII points to the fact that Nigeria is an essential factor for Portugal in the energy field because it is currently a major supplier of natural gas and has recently provided the oil to Portugal. With regard to the politico-military work concludes that the Nigerian influence in African countries of the CPLP is felt only indirectly by Portugal, through the CPLP. Additionally, the TII has some recommendations that will enhance bilateral relations, Nigeria-Portugal.

Palavras – chave

Nigéria

Portugal e a Nigéria no campo energético

Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Relações político-militares Nigéria-CPLP

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ANPP – All Nigerian People`s Party
BES – Banco Espírito Santo
BP – British Petroleum
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEMC – Curso de Estado Maior Conjunto
CGG – Comissão do Golfo da Guiné
CIA – Central Intelligence Agency
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DGEG – Direcção Geral de Energia e Geologia
DN – Defesa Nacional
EDP – Electricidade de Portugal
EGREP – Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos
ENE – Estratégia Nacional para a Energia
EUA – Estados Unidos da América
FAP – Forças Armadas Portuguesas
FER – Fontes Energéticas Renováveis
FMI – Fundo Monetário Internacional
GALP – GALP Energia
GdP – Gás de Portugal
GPL – Gás de Petróleo Liquefeito
H – Hipótese
ICEP – Investimento e Comércio Externo de Portugal
INE – Instituto Nacional de Estatística
JDZ – Joint Development Zone
MASSOB – Movement for the Actualization of the Sovereign State of Biafra
MEND – Movement for the Emancipation of the Níger Delta
MINURSO – United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara
MINUSTAH – United Nations Stbilization Mission in Haiti
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MONUSCO – United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo
MOSOP – Movement for the Survival of the Ogoni People

NLNG – Nigeria Liquefied Natural Gas

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

ORA – Organização Regional Africana

PDP – Partido Democrático do Povo

PIB – Produto Interno Bruto

PNBEPH – Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico

QD – Questão Derivada

REN – Rede Energética Nacional

SNG – Sistema Nacional de Gás

TII – Trabalho de Investigação Individual

UA – União Africana

UE – União Europeia

UNAMID – African Union/United Nations Hybrid Operatin in Darfur

UNMIL – United Nations Mission in Liberia

UNMIN – United Nations in Nepal

UNMIS – United Nations Missions in Sudan

UNMIT – United Nations Integrated Mission in Timor Leste

UNOCI – United Nations Operations in Cote d'Ivoire

UNPFA – United Nations Population Fund

Introdução

Introdução ao tema e definição do contexto da investigação

Durante as últimas décadas e apesar do fim da guerra-fria, o mundo tem assistido a verdadeiras disputas de poder com elevadas repercussões económicas, financeiras, políticas e militares para os estados. Em África, assistimos impotentes aos erros decorrentes da descolonização dos territórios africanos, que dividiram regionalmente povos com a mesma religião, língua, etnia ou cultura. Adicionalmente a gestão danosa de recursos, a má governação e a elevada corrupção dentro dos estados africanos, desde o período da pós-colonização contribuíram determinantemente para a construção de uma má imagem dos jovens países africanos e que em nada tem ajudado ao seu crescimento.

O Golfo da Guiné, onde se situa a Nigéria, usufrui de uma localização tida como favorável porque apresenta uma localização mais próxima que o Médio Oriente, em relação à costa americana e à costa da Europa Ocidental. Oferece também uma via oceânica livre, apesar de ter alguns constrangimentos causados pelos elevados índices de pirataria junto à costa africana. A par desta localização privilegiada, as reservas petrolíferas desta região apresentam uma importância crescente no contexto mundial.

Portugal historicamente tem sofrido os desígnios dos poderosos produtores energéticos mundiais uma vez que é um mero importador de energia. Estes produtores liderados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) têm procurado aplicar ao preço da energia, toda uma política baseada em interesses próprios. Igualmente no âmbito interno uma parte substancial do sector energético é gerido pelo estado de acordo com as suas políticas públicas, através de empresas como a GALP, a EDP e a REN e que tendem a retirar do sector energético a máxima rentabilidade possível.

Contudo apesar do seu declarado incentivo na busca de energias renováveis, mais limpas e amigas do ambiente, o governo português não possui ainda forma de contornar a dependência petrolífera. Assim, a busca da diversificação energética, essencialmente através da empresa GALP Energia e EDP, tem-nos levado a diferentes exportadores energéticos que nos garantam uma maior independência energética da Eurásia e por isso maior segurança energética. Diversificar para reduzir a insegurança energética, levou-nos a África e mais concretamente à Nigéria que, a breve trecho, se pode tornar um factor incontornável para Portugal no campo energético.

No campo político e militar, Portugal tem tentado levar avante uma política de cooperação técnica e militar com os países africanos, especialmente através da

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). É neste contexto que também surge a Nigéria, devido à manifestação da sua capacidade política e militar em alguns países da CPLP, nomeadamente por razões de ordem geográfica, económica e políticas, na República Democrática de São Tomé e Príncipe, na República da Guiné-Bissau e também na República de Angola, sério competidor da Nigéria no campo energético, aspirando a maior produtor petrolífero africano.

Definição do objectivo da investigação

O objectivo geral da nossa investigação é a caracterização da relação energética entre Portugal e a Nigéria e também o de analisar, ainda que sucintamente, as relações entre a Nigéria e países africanos da CPLP ao nível político e militar verificando eventuais implicações para Portugal. Como objectivo específico, pretendemos avaliar os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças das relações bilaterais entre Portugal e a Nigéria e entre a Nigéria e São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Angola, de forma a tirar ilações para Portugal no campo energético e no campo político e militar para a participação portuguesa na CPLP. Ainda como objectivo específico, apresentamos recomendações que permitam explorar e potenciar os aspectos positivos dessas relações bilaterais e acautelar ou mitigar os aspectos negativos das mesmas.

Justificação e importância da investigação

De acordo com a empresa GALP, após consulta no seu sítio internet, salientamos que em 2008 cerca de 19% do petróleo exportado para Portugal veio da Nigéria e que em 2009 cerca de 39% do gás natural liquefeito também chegaram da Nigéria. Entretanto, foram assinados 3 contratos com a empresa *Nigeria Liquefied Natural Gas* (NLNG) com a duração de 20 anos para a aquisição de um total de 3,4 mil milhões de m³ de gás natural liquefeito.

Destacamos também, a existência de um acordo assinado entre a Argélia, o Níger e a Nigéria para a construção de um gasoduto transariano¹, obra cujo propósito é o de trazer o gás nigeriano para a Europa e aumentar a sua independência em relação aos fornecedores europeus habituais, dos quais destacamos a Rússia. A importância e a actualidade desta temática, também se justificam, com a recente aprovação da Resolução do Conselho de Ministros nº 29 de 2010 que aprova a Estratégia Nacional para a Energia (ENE) 2020. Esta Estratégia estipula 5 eixos principais de desenvolvimento e consagra no seu eixo 4 que a

¹ Notícia do jornal Expresso: Economia, Gás: Argélia, Níger e Nigéria assinam acordo para construção de gasoduto transariano.

ENE 2020 tem por propósito garantir a segurança de abastecimento, com uma política de manutenção da diversificação do *mix* energético português, do ponto de vista das suas fontes do abastecimento (ENE 2020, 2010).

Além dos factores acima descritos, o governo Nigeriano também consegue influenciar os países africanos politicamente através das Organizações Regionais Africanas (ORA), como são a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)², a Comissão do Golfo da Guiné (GCC) e também a União Africana (UA)³. Esta influência política e militar nigeriana, persegue um ideal de segurança (interno e externo) para todo o Golfo da Guiné que lhe permita o escoamento dos seus produtos energéticos. De referir que o peso das explorações petrolíferas no Produto Interno Bruto (PIB) nigeriano é extremamente elevado, valendo-lhe inclusivamente a designação de petro-estado.

Também a situação instável em que a Nigéria vive, passados 50 anos da sua existência, nos deixa apreensivos. Politicamente a instabilidade governativa continua, existe um claro intervencionismo militar nos assuntos de estado, são elevados os índices de fraude e de corrupção e ainda existe um problema de subversão interna que tem tornado a economia débil. Aliado a todos estes factores negativos surge ainda o factor social que tem mantido um ambiente de conflitualidade étnica e religiosa em todo o país.

Objecto do estudo e sua delimitação

O objecto deste Trabalho de Investigação Individual (TII) é sistematizar e analisar a relação entre Portugal e a Nigéria no campo energético, procurando caracterizar a dependência energética portuguesa e o enquadramento da política energética portuguesa nas relações no plano bilateral Portugal - Nigéria. Pretendemos também, analisar a influência nigeriana ao nível político e militar em alguns países africanos da CPLP, nomeadamente em Angola, em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau, pelas razões anteriormente explicadas no contexto da investigação. Analisaremos os objectivos de três organizações africanas, a UA, a CEDEAO e a CGG, além da CPLP, que poderão desempenhar um papel decisivo nas relações com a Nigéria. Possuímos três delimitações no nosso trabalho. A primeira delimitação do trabalho é temporal, pois todos os dados aqui apresentados foram obtidos até ao ano de 2010 (inclusive). A segunda delimitação prende-

² A CEDEAO é uma organização fundada em 1975 e da qual fazem parte a República de Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau, países membros da CPLP.

³ Organização africana da qual fazem parte todos os países de África, exceptuando Marrocos, a Guiné-Bissau e Madagáscar.

se com a nossa análise, para além de Portugal e da Nigéria, só recair nos 3 países africanos da CPLP já anteriormente referidos. A terceira delimitação surge porque caracterizamos as relações da Nigéria com os países africanos à luz das ORA relevantes e não através das respectivas relações bilaterais, uma vez que os dados relativos a estas, a que tivemos acesso, são escassos ou inexistentes.

Metodologia

Apesar das incertezas e hesitações iniciais, presentes em todas as investigações, procurámos encontrar um rumo, tão claro quanto possível, para assegurar a coerência do trabalho. Assim, na tentativa de definir uma questão central que fosse suficientemente clara e pertinente formulámos a seguinte questão central: **Qual o contributo energético Nigeriano para Portugal e como é percebida por Portugal a influência política e militar da Nigéria no âmbito dos países da CPLP?**

Ao procurarmos várias vias de análise para resolução do problema identificámos seis questões derivadas (QD) a que também procuraremos responder:

QD1. Qual a situação política e militar actual da Nigéria?

QD2. Qual a situação energética nigeriana no contexto dos fornecedores de energia mundiais?

QD3. Qual a situação energética Portuguesa?

QD4. Quais os benefícios e os riscos para Portugal em ter a Nigéria como fornecedor energético?

QD5. Quais serão os interesses portugueses e nigerianos nos países africanos da CPLP?

QD6: Qual a cooperação militar portuguesa e nigeriana em Angola, na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe?

Tendo por finalidade conduzir-nos ao longo de todo o trabalho de pesquisa, construímos um modelo de análise que desse as respectivas respostas às questões formuladas e que antecipasse as relações entre os fenómenos e os conceitos capazes de os explicar, através de respostas prováveis, hipotéticas e provisórias (hipóteses). Face a isto, entendemos equacionar as seguintes Hipóteses (H):

H1. A actual situação política e militar da Nigéria é instável e indutora de elevado grau de incerteza, devido fundamentalmente à luta pelo poder.

H2. A situação energética nigeriana está em declínio devido à instabilidade produtiva provocada pela insegurança.

- H3. Portugal está num processo de diversificação energética, tentando complementar as suas principais fontes energéticas com novos fornecedores internacionais e por isso Portugal tem vantagens em ter a Nigéria como fornecedor energético.
- H4. O principal benefício para Portugal é a diversificação energética e o principal risco é a instabilidade nigeriana.
- H5. Os interesses portugueses e nigerianos nos países africanos da CPLP são coincidentes.
- H6. A cooperação militar nigeriana com os países africanos da CPLP é possível no curto e médio prazo.

No que diz respeito à metodologia empregue, esta assentou numa pesquisa documental e bibliográfica e em entrevistas a instituições, empresas e individualidades com reconhecido conhecimento da matéria. A metodologia proposta para a investigação teve como base as etapas do método científico de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt.⁴ Destacamos dessa metodologia a etapa de análise porque esta vai permitir comparar os dados recolhidos com as hipóteses formuladas. A investigação será finalizada com a apresentação dos resultados nas Conclusões.

Organização e Conteúdo da Investigação

Com o intuito de responder ao desafio proposto, estruturámos o estudo em quatro capítulos distintos mas que se complementam. No primeiro capítulo, propusemo-nos a analisar a Nigéria nas vertentes humana, política e militar, não esquecendo de caracterizar as suas aspirações regionais. No segundo capítulo, trataremos de analisar a relação bilateral entre Portugal e a Nigéria no campo energético, caracterizando a situação actual e a estratégia energética portuguesa e culminando na constatação dos benefícios e riscos para Portugal dessa mesma relação. No terceiro capítulo, identificaremos as relações políticas e militares bilaterais e multilaterais da Nigéria com alguns países da CPLP e as suas implicações para Portugal. Por fim, no quarto e último capítulo, discorreremos sobre os aspectos mais relevantes resultantes da investigação, permitindo-nos encontrar as respostas às questões elencadas e validar as hipóteses levantadas. Apresentaremos também, algumas recomendações para da forma possível, constituírem-se como um contributo útil ao melhor aproveitamento da relação bilateral Portugal-Nigéria.

⁴ As etapas e fases são: 1ª Fase Ruptura (Pergunta de Partida, Exploração e Problemática), 2ª Fase Construção (Problemática e Modelo de Análise) e 3ª Fase Verificação (Observação, Análise e Conclusões).

1. A Nigéria

a. Caracterização humana

A República Federal da Nigéria é um Estado da zona centro-ocidental de África, banhado pelas águas Golfo da Guiné. A sua extensão geográfica é de 923.768 Km², o que equivale a mais de dez vezes a área geográfica de Portugal e que lhe valeu a denominação de o “*gigante da África Negra*” (Vitoriano, 1998: 14).

A população nigeriana está estimada em mais de 158 milhões de habitantes com uma taxa anual de crescimento de 2,282%. Só este número revela a enorme potencialidade da Nigéria em termos humanos e faz dela o “*colosso da África negra*” (Berbém, 2001: 156). Mas, de acordo com a maior parte dos indicadores de desenvolvimento humano, a Nigéria tem feito escassos progressos desde a data da sua independência, há 50 anos atrás, tendo inclusivamente, regredido em diversas áreas desde a sua independência em 1960 (Hill, 2010: 28). Abaixo, na tabela 1, encontramos uma sumarização estatística da população nigeriana actual e que nos permitirá tirar diversas ilações.

Tabela 1 – Estatística da população nigeriana

População	1990	Recente	Ano
Esperança de vida à nascença/mulheres/anos	48	48,84	2010
Esperança de vida à nascença/homens/anos	45	47,86	2010
Esperança de vida à nascença/total/anos	46	48,3635	2010
Idade Média do total da população	17	18,578	2010
População com 60 anos ou mais/percentagem	5	5	2009
População com menos de 15 anos/percentagem	46	43	2009
Género à nascença/nº de homens por cada 100 mulheres	106	103,5	2010
Taxa de fertilidade das mulheres entre os 15-49 anos	6,7	5,142	2010
População urbana/percentagem	35	49,8	2010
População em milhares/mulheres	---	78915	2010
População em milhares/homens	---	79343	2010
Crescimento anual da população/percentagem	---	2,282	2010
Taxa de literacia/percentagem/mulheres dos 15 aos 24 anos	62,5	64,6	2007
Taxa de literacia/percentagem/homens dos 15 aos 24 anos	81,4	78,3	2007

(Fonte: adaptado pelo autor a partir de UNPFA⁵, Country Profile: Nigéria)

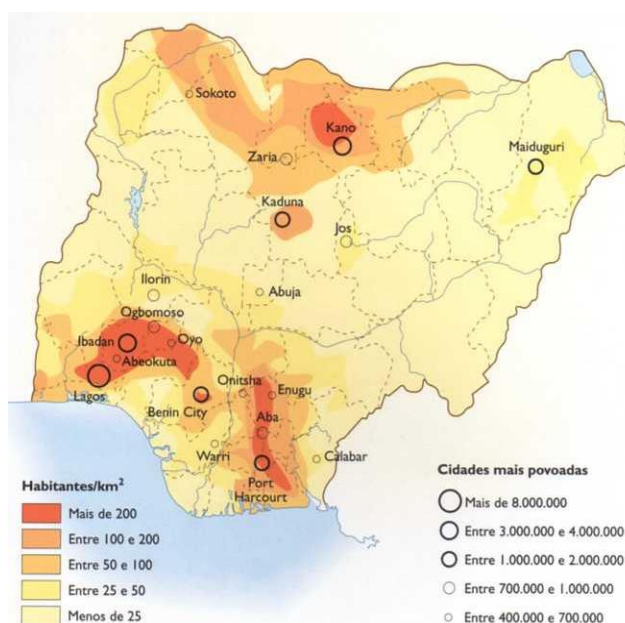
Observando os dados da tabela 1, a população nigeriana caracteriza-se por uma reduzida esperança de vida (48 anos), uma idade média da população em termos totais baixa (18,5 anos), possuindo ainda, uma elevada população com menos de 15 anos (43%). A taxa de natalidade é elevada e nascem mais homens que mulheres. A taxa de literacia

⁵ United Nations Population Fund.

nas mulheres tem vindo a aumentar mas a dos homens tem regredido, o que é um indicador negativo.

Em relação à densidade populacional, constatamos que a mesma não é muito elevada. Existe uma maior concentração da população nas regiões costeiras, especialmente junto ao delta do Rio Níger. Esta situação deve-se fundamentalmente ao comércio, baseado nas zonas portuárias do Golfo da Guiné ou nos portos fluviais ao longo dos rios navegáveis. Relativamente à distribuição da população, destacamos o elevado crescimento da população urbana (passou para 49,8% em 2010), com evidência para as cidades de Lagos, a maior do país com mais de 8 milhões de habitantes, a cidade do Kano a Norte e a de Abeokuta, com uma população de entre 3 a 4 milhões de habitantes. As cidades de Port Harcourt e Benin City a Sul, conjuntamente com a de Kaduna ao centro com 1 a 2 milhões de habitantes, também têm uma dimensão assinalável. De referir que a capital nigeriana, Abuja, apresenta apenas uma população total compreendida entre 400.000 a 700.000 habitantes. A figura 1 apresenta a distribuição da população nigeriana.

Figura 1 – Densidade populacional nigeriana



(Fonte: Atlas National Geographic, África I)

Relativamente ao aspecto etnográfico do factor humano, a sociedade nigeriana encontra-se dividida em mais de 250 etnias, pelo que oferece um amplo espectro linguístico e cultural, classificando-se como um “*mosaico tribal, cultural e religioso*” (Berbém, 2001: 156). A realidade histórica nigeriana consagra uma grande diferença entre a zona Norte, muçulmana, habitada principalmente pelas etnias Haúsa e Fulani e a zona Sul cristã, habitada fundamentalmente pelas etnias Ibo e Iobusa, maioritariamente distribuídas junto à costa, onde se encontram as principais reservas petrolíferas. Entre os grupos étnicos do Norte e do Sul sempre existiu grande conflitualidade. Neste sentido, assiste-se, em última análise, a um conflito entre as tendências epirocráticas ou continentais maioritárias (do Norte) e os assuntos do mar (do Sul), onde se situam as principais riquezas do país, “*e com a saída do elemento dissuasor (Grã-Bretanha) as rivalidades intrínsecas reacenderam-se. O Norte versus o Sul. O Oeste versus o Este. Os cristãos contra os muçulmanos. As minorias e as principais etnias. O exército e os civis. Os líderes políticos e os jornais (a consequência foi o afastamento do Norte do Sul)*” (Vitoriano, 1998: 86).

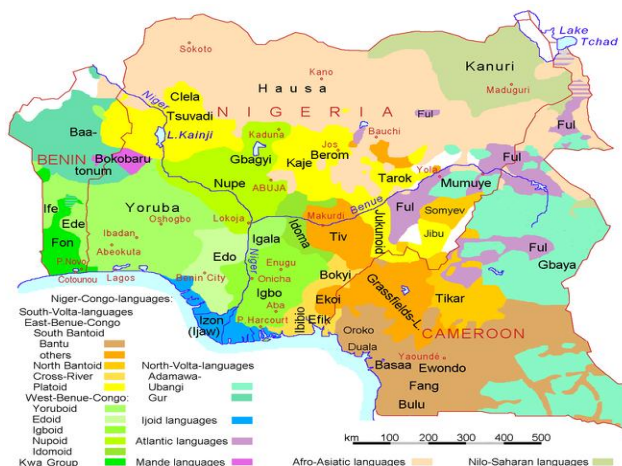
A Nigéria, é o país subsariano com a maior população⁶ muçulmana (Hill, 2010: 2) e face à falência das instituições governativas a lei muçulmana da Sharia⁷ foi adoptada em alguns estados⁸ do Norte em 1999 (Ploch, 2009: 16). O inglês é a língua oficial e o garante da comunicação entre as diferentes etnias. Contudo, existem outras línguas importantes no contexto nigeriano como o Edo, Efik, Fulani, Adamawa Fulfulde, Hausa, Idoma, Igbo (Ibo), Central Kanuri, Yoniba, e Yoruba. Estas línguas representam as três maiores famílias de línguas africanas, ou seja, as línguas com origem no Níger-Congo, como o Iobusa e o Ibo, as línguas Afro-asiáticas como a língua Haúsa e as línguas oriundas do Nilo-Sahara como a Kanuri. Abaixo na figura 2 encontraremos a distribuição geográfica das principais etnias e das línguas mais importantes faladas na Nigéria. Facilmente constatamos que os maiores grupos étnicos, conforme referido anteriormente são os Haúsa, Fulani, Iobusa e Ibo, correspondendo a cerca de 70% da população.

⁶ O autor refere que 50% da população é muçulmana e que a população cristã se situa nos 40 a 45%.

⁷ Lei sagrada do Islão.

⁸ Os estados são Bauchi, Borno, Gombe, Jigawa, Kano, Katsina, Kebbi, Niger, Sokoto, Yobe, e Zamfara.

Figura 2 – Representação étnica e linguística na Nigéria



(Fonte:http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e2/Nigeria_Benin_Cameroon_languages.png/657px-Nigeria_Benin_Cameroon_languages.png, acedido em 12 de Abril de 2011)

b. Caracterização política e militar

A Nigéria é um estado africano recente, inúmeras vezes designado por “*gigante com pés de barro*”, “*exemplo da democracia (instável) africana*”, “*país ingovernável*” (Berbém, 2001: 156). Estes são alguns epítetos que denominam a Nigéria numa tentativa de comparação do seu potencial com a sua realidade, porque possui todas as características para se assumir como uma potência regional hegemónica, no entanto apresenta inúmeras fragilidades.

Historicamente, a maioria muçulmana do Norte sempre asfixiou a representatividade dos outros estados nigerianos, o que se traduziu num domínio das instâncias do poder nigerianas logo a seguir à independência (Hill, 2010: 30) e desta maneira por uma “*pós-independência da Nigéria marcada por um regime pouco civil e democrático (só o foi durante 5 anos até 1989) e por seis golpes de estado militares vitoriosos (15/01/1966, 28/07/1966, 29/07/1975, 13/02/1976, 31/12/1983 e 27/08/1985)*”. Os civis sempre acusaram os militares de não promoverem o desenvolvimento económico e de não conseguirem estabelecer a justiça e a democracia. Por outro lado, os militares constantemente se auto intitularam de depositários do espírito nacional e no poder procuraram incessantemente acabar com a corrupção e reforçar o seu poder, assegurando assim a sua própria sobrevivência. O Sistema Político Nigeriano foi desde a sua génese republicano (com um presidente à cabeça), federal (dividido em regiões ou estados) e descentralizador ou autónómico (concede parte do poder aos governos regionais ou estaduais) (Vitoriano, 1998: 71 e 72). Actualmente, a Nigéria, é uma República

constitucional federal composta por 36 estados e um território, o da Capital federal. No entanto, a sua situação interna ainda não se encontra completamente democratizada, existindo uma constante ingerência e influência militar nos assuntos de Estado.

O Partido Democrático do Povo (PDP), após dezasseis anos de governo militar, tem transformado a Nigéria num Estado de um só partido e com um processo eleitoral claramente corrompido⁹ (Hill, 2010: 28). Também o *Crisis Group Africa*, num seu relatório refere que actualmente é esclarecedor e notório o declínio do partido *All Nigerian People's Party (ANPP)*, outrora extremamente popular, mas que nos dias de hoje apenas tem expressão em poucas localidades o que torna a Nigéria num Estado de um só partido, o PDP (2010: 9). Este partido, ganhou as eleições de 1999 e de 2003, tendo como Presidente *Olusegun Obasanjo*. No entanto, a União Europeia (UE) que possuía missões de observação das eleições, notou que os procedimentos eleitorais foram pobremente seguidos e a confidencialidade dos votos não foi garantida na maior parte dos locais de voto (Hill, 2010: 33). Apesar disso e amplamente pressionado internacionalmente, *Obasanjo* apresentou no seu segundo mandato como prioridades, o reforço da democracia e da promoção da estabilidade política e do crescimento económico. Nas eleições de 2007, foi então eleito o presidente *Umaru Yar'Adua* do PDP, que viria a falecer devido a problemas cardíacos, sendo substituído no cargo pelo seu Vice-presidente *Goodluck Jonathan*.

Como refere Vitoriano, em relação ao posicionamento político da Nigéria, de referir “o que é certo é que a sua posição no contexto internacional poderá inscrever-se dentro dos países africanos ocidentais, como membro da ONU desde 1960, embora confrontando-se entre a sua política económica ocidentalizada e uma posição de não alinhado a nível político” (1998: 138). Sinteticamente, a realidade política nigeriana é totalmente diferente da realidade europeia porque no seu interior reúne mais de duzentas línguas ou grupos étnicos. África não é um continente minimamente preparado para se integrar no conjunto de países parlamentares e democráticos. Os sistemas de governação presentes são pouco ou nada democráticos e não sabem o que são partidos políticos. O sistema monárquico, ou por chefatura impõe-se por via hereditária, ou por via de um conjunto de interesses, ao qual acresce um sistema anárquico de sociedades secretas que dispõem directa ou indirectamente da população (Vitoriano, 1998: 93).

Ao nível social, os serviços públicos são extremamente ineficazes e não vão de encontro às necessidades das populações. Ao nível dos estados federais e das autoridades

⁹ 28 dos 36 estados nigerianos são governados por membros do PDP.

locais existe um falhanço total do sistema local, gerando sentimentos de ódio e de resignação junto da população local (Hill, 2010: 40 a 41). Também o fracasso da economia rural resultou num desvio da população, sobretudo da população jovem, para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. A estes jovens acrescem um elevado número de refugiados que fugiram de países como o Níger e o Chade à procura de melhores condições de vida. Este êxodo desestabilizou completamente as comunidades rurais que perderam os seus jovens mas conservaram os seus anciões e os enfermos nas suas casas. Enquanto nas cidades, com este acentuado crescimento de jovens, assiste-se à criação de um elevado número de “*bairros da lata*”, sem as mínimas condições de vida e que apesar de haver muita interacção social positiva, tem provocado inúmeras tensões provocadas principalmente pelo extremamente povoado ambiente urbano, poucas ou nenhuma infra-estruturas económicas e inimizades sociais (Crisis Group Africa, 2010: 11). Toda esta desestabilização motivou também o aparecimento dos movimentos extremistas, que têm conferido ao país instabilidade. Uma muito sucinta caracterização dos movimentos extremistas surge no Apêndice IV.

Em contraste com os movimentos subversivos, a Nigéria possui Forças Armadas divididas em 3 ramos (Exército, Marinha e Força Aérea). A idade de início do cumprimento do serviço militar é de 18 anos e as suas despesas no sector da defesa representam cerca de 1,5% do PIB, o que corresponde em termos globais à posição 101 a nível mundial. Para podermos estabelecer desde já uma comparação de referir que as Forças Armadas portuguesas ocupam a posição 66 e têm uma percentagem do 2,3 % PIB afecto à componente militar, Angola ocupa a posição 32 com 3,6% do PIB para o sector da defesa, a Guiné-Bissau ocupa a posição 41 com 3,2% do PIB e São Tomé e Príncipe ocupa a posição 149 com apenas 0,8% do PIB afecto às Forças Armadas (CIA, 2011).

Na tabela abaixo, indicamos qual tem sido o contributo militar da Nigéria para as operações da Organização das Nações Unidas (ONU).

Tabela 2 – Contribuição militar da Nigéria nas missões da ONU

<i>Dezembro/Ano</i>	<i>Polícia</i>	<i>Especialistas</i>	<i>Militares</i>	<i>Total</i>	<i>Ranking ONU</i>
2001	52	95	3.321	3.468	3º
2002	68	50	3.159	3.277	3º
2003	72	61	3.228	3.361	3º
2004	226	78	2.586	2.890	8º
2005	374	84	1.954	2.412	9º
2006	365	80	1.963	2.408	9º

2007	630	90	1.974	2.694	7º
2008	917	88	4.903	5.908	4º
2009	806	86	4.915	5.807	4º
2010	877	76	4.888	5.841	4º

(Fonte: ONU, Peacekeeping: Troop and police contributors archive 2000-2010)

Constatamos que, a presença da Nigéria tem sido muito activa e constante, devido à sua posição elevada no ranking dos países contribuintes com tropas e polícias, só perdendo para países como o Paquistão, o Bangladesh e a Índia. Revela ainda que, a Nigéria deseja mudar gradualmente o seu papel no contexto internacional, procurando quiçá um papel mais preponderante na África subsariana.

No que diz respeito às missões propriamente ditas, encontramos militares e polícias nigerianos em Dezembro de 2010, nas seguintes missões: MINURSO (8), MINUSTAH (147), MONUSCO (21), UNAMID (3.859), UNMIL (1.724), UNMIN (5), UNMIS (35), UNMIT (37) e UNOCI (5), num total de 5.841 militares, especialistas e polícias. Constatamos que a política externa nigeriana dá extrema importância à participação em missões em África (Darfur, Libéria, Sudão e Costa do Marfim) mas também colaborou em missões noutras áreas do globo, designadamente no Nepal e em Timor Leste. Também este facto é demonstrativo da tentativa de se estabelecer como uma potência regional hegemónica.

Em relação à influência militar nigeriana nos países africanos da CPLP, esta ainda há pouco tempo se manifestou, através de uma proposta do governo nigeriano, que pretendia através da CEDEAO forçar a nível político e militar a resolução do conflito da Guiné, alegando um pedido da anterior presidência da Guiné. Assim, foi proposto um contingente militar nigeriano, com a missão de estabilizar o país. No entanto, este facto foi prontamente negado e desmentido pelo presidente guineense (Oje, 2010).

c. Aspirações regionais

Segundo Vitoriano, “desde a independência da Nigéria este País definiu para si um papel apagado no contexto africano, que a sua dimensão geográfica e populacional não levariam a crer que visse a ocorrer” (1998: 138). Apesar desta descrição, a Nigéria tem vindo a desempenhar um papel importante na manutenção da paz e da estabilidade ao longo de todo o continente africano, tendo inclusivamente, o antigo presidente *Obasanjo*, exercido um papel extremamente empenhado na luta contra o terrorismo (Ploch, 2010: 24).

Contudo, tememos que as permanentes lutas internas pelo poder, não ajudem a um crescimento efectivo do seu papel a nível regional e global. Por outro lado, a luta económica em África poderá levar a que a Nigéria seja obrigada a usar toda a sua influência e recursos, na manutenção do seu estatuto regional e o controlo sobre os fornecimentos de energia poder-se-á tornar num elemento central desta concorrência, apoiado pela força militar.

Um exemplo paradigmático das suas aspirações regionais prende-se com a disputa com os Camarões pela península de Bakassi, no Golfo da Guiné. Esta conflitualidade na península de Bakassi, que tem por base uma disputa territorial histórica entre a Nigéria e os Camarões, acontece devido ao previsível potencial petrolífero e riqueza marítima daquela região e porque se pensa que os seus habitantes têm as suas raízes históricas na Nigéria.

Esta situação, causada por um processo de descolonização mal realizado e por uma partilha territorial deficientemente executada pelas potências europeias no fim do século XIX e início XX, tem motivado a conflitualidade nesta região.

A localização favorável do Golfo da Guiné, onde se situa a península de Bakassi, mais próximo que o Médio Oriente em relação à costa americana e tendo uma via oceânica livre, sem quaisquer tipos de constrangimentos ou afunilamentos (Barros, 2003: 14), são desde logo um factor caracterizador da posição invejável deste golfo, determinante para a sua importância no seio da comunidade internacional, que se encontra demasiado dependente do petróleo.

Em 2002, o Tribunal internacional pronunciou-se favoravelmente pelos Camarões, tendo a Nigéria rejeitado oficialmente a decisão. No entanto, em 2006, o presidente *Obasanjo* da Nigéria reuniu-se com o seu homólogo dos Camarões, *Paul Biya*, e juntamente com o Secretário-geral das Nações Unidas, *Kofi Annan*, resolveram a disputa¹⁰ com o acordo de retirada das tropas nigerianas da península, facto que só viria a ser totalmente executado em 2008. Como contrapartida, a Nigéria veria as suas fronteiras marítimas com os Camarões redefinidas de acordo com a lei internacional.

Outro grande exemplo das aspirações regionais nigerianas é o caso da “*Joint Development Zone*” (JDZ). Neste caso existiam interesses conflitantes entre a Nigéria e S. Tomé e Príncipe, tendo a Nigéria imposto o seu estatuto regional nesta questão. Esta zona consiste numa zona marítima, na fronteira entre estes dois países, onde estão a ser feitas prospecções para extracção petrolífera. Esta zona foi reclamada por ambos os países e após

¹⁰ Disponível no sítio do Jornal Público.

um período de conversações, chegaram a acordo para que a exploração fosse conjunta (60% para a Nigéria e 40% para S. Tomé e Príncipe). Em Fevereiro de 2001, foram assinados e ratificados os acordos, entre os respectivos Chefes de Estado, para início da exploração da zona conjunta.¹¹

Deste modo, podemos afirmar que as relações da Nigéria são cordiais em relação aos países vizinhos (Benim, Chade, Níger, Camarões e Guiné Equatorial) e também em relação aos países da sub-região da África Ocidental, com os quais possui boas relações bilaterais. No entanto, e apesar das disputas territoriais existentes, podemos afirmar que a Nigéria tem mantido uma paz regional baseada numa boa vizinhança. Com base nestes valores, a Nigéria tem ajudado a resolver os conflitos entre a Libéria e a Serra Leoa, entre o Burkina Faso e o Mali e entre o Togo e o Gana (*Country Studies US*, 2011).

O estado nigeriano, também tem tentado reforçar as suas fronteiras, com o duplo objectivo de evitar que estas sejam violadas pelos seus vizinhos e evitando a imigração e a emigração ilegal, para que não ocorram conflitos desnecessários. Também, através da CEDEAO, salvaguardando os seus interesses económicos, a Nigéria tem estabelecido boas relações internacionais com os seus vizinhos, mostrando integrar e apoiar os objectivos da organização (*Country Studies US*, 2011).

Em relação aos restantes países africanos, as suas aspirações iniciais foram, a erradicação do colonialismo e a eliminação do regime do *Apartheid* da África do Sul. A Nigéria foi um dos países fundadores da União Africana e da sua antecessora, desempenhando muitas vezes um papel de “*predominant African leader*” (*Country Studies US*, 2011).

d. Síntese conclusiva

A Nigéria, é um Estado da zona centro-ocidental de África, com elevadas potencialidades e extremas dificuldades porque, desde logo os seus recursos energéticos são muito ricos, mas no âmbito interno, a luta étnica e religiosa é uma constante conferindo uma grande instabilidade ao país. A população nigeriana, é na sua grande maioria pobre, existe uma forte pressão demográfica, uma esperança de vida reduzida, grandes desigualdades sociais e tem vindo a acontecer um retrocesso no seu processo de alfabetização.

¹¹ Disponível no sítio da Nigéria-S.Tomé Joint Development Authority.

Ainda sob o ponto de vista interno, a Nigéria, apesar de ser um dos maiores contribuidores mundiais de forças militares para a ONU, não tem conseguido estabilizar o país, aparecendo inclusivamente, alguns movimentos extremistas radicais, como o *Movement for the Emancipation of Niger Delta* (MEND), com alguns indícios de ligações às principais redes terroristas internacionais. Como o Estado-nação nigeriano é praticamente inexistente pela grande cisão entre o Norte e o Sul, entre muçulmanos e cristãos e ainda pelo facto de que não conseguir garantir à totalidade da sua população normais condições de vida, a população nigeriana encontra-se cada vez mais ameaçada, o que se traduz também num acréscimo de conflitualidade. A realidade histórica, com os constantes golpes de Estado e mudanças de governo, têm causado a falência do próprio sistema federal e parlamentar: A intervenção excessiva do aparelho militar na administração e na política e o subdesenvolvimento são também caracterizadores da realidade nigeriana. A pouca evolução económica e social tem conduzido a um Estado caótico em termos de governação e indica que tem ainda grandes problemas por resolver, de forma a poder constituir-se como uma potência hegemónica regional.

Outros dos principais problemas sentidos, prende-se com a excessiva influência da dependência financeira dos lucros do petróleo e do seu preço. Também ressaltamos a preocupação ambiental como um dos mais importantes problemas que a Nigéria terá que resolver, pois dele poderão depender todas as gerações vindouras e que em última instância poderão não conseguir obter os recursos necessários à sua sobrevivência e assim continuar num clima de conflitualidade interna que em nada ajudará ao crescimento da Nigéria enquanto país e nação.

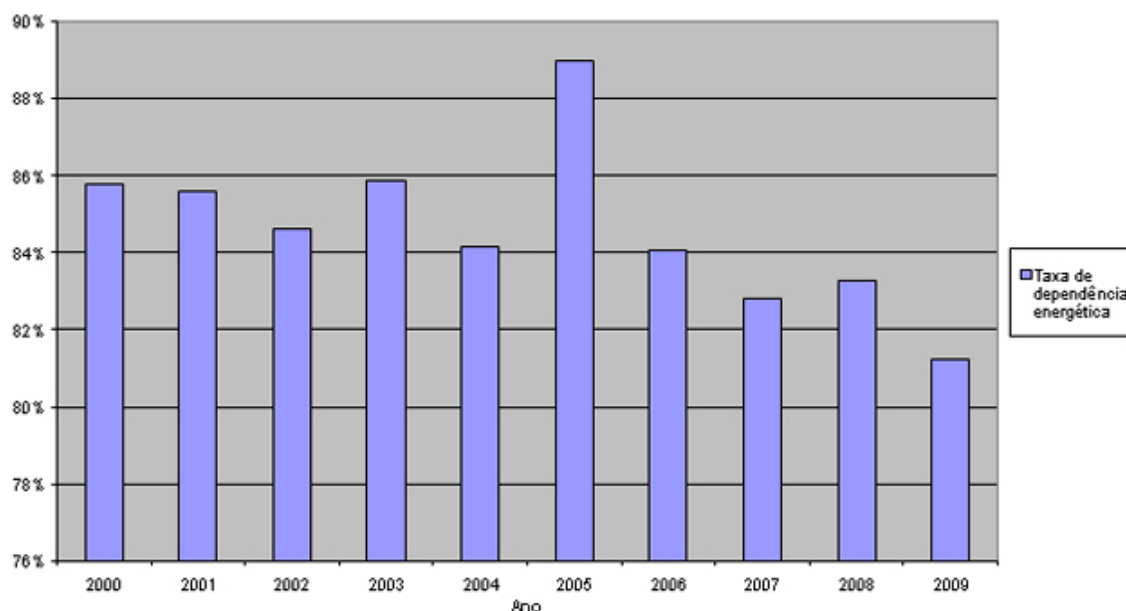
2. Portugal e a Nigéria no campo energético

a. A situação energética de Portugal

A energia é um factor primordial para a construção e fortalecimento da identidade humana ao longo dos séculos, num processo que começou com a descoberta do fogo na época primitiva e que a pouco e pouco se foi estabelecendo como elemento potenciador de bem-estar social para a humanidade. No último século, assistimos à elevação de um sector energético extremamente importante para o mundo, nomeadamente o sector petrolífero, que se estabeleceu como o recurso energético por excelência do desenvolvimento económico e social dos povos.

Portugal é um país com poucos recursos energéticos endógenos e não é um país produtor de petróleo ou de gás natural. O petróleo, o carvão e o gás natural, recursos que asseguram a generalidade das necessidades energéticas portuguesas, são extremamente escassos e conduzem-nos a uma elevada dependência energética do exterior. No ano de 2009 a nossa dependência energética do exterior foi de 81,2% (DGEG, 2011), designadamente das importações de fontes primárias de origem fóssil. De acordo com o gráfico seguinte a taxa de dependência energética do exterior tem vindo a decrescer desde 2005, apesar de ter sido evidente um ligeiro acréscimo em 2008.

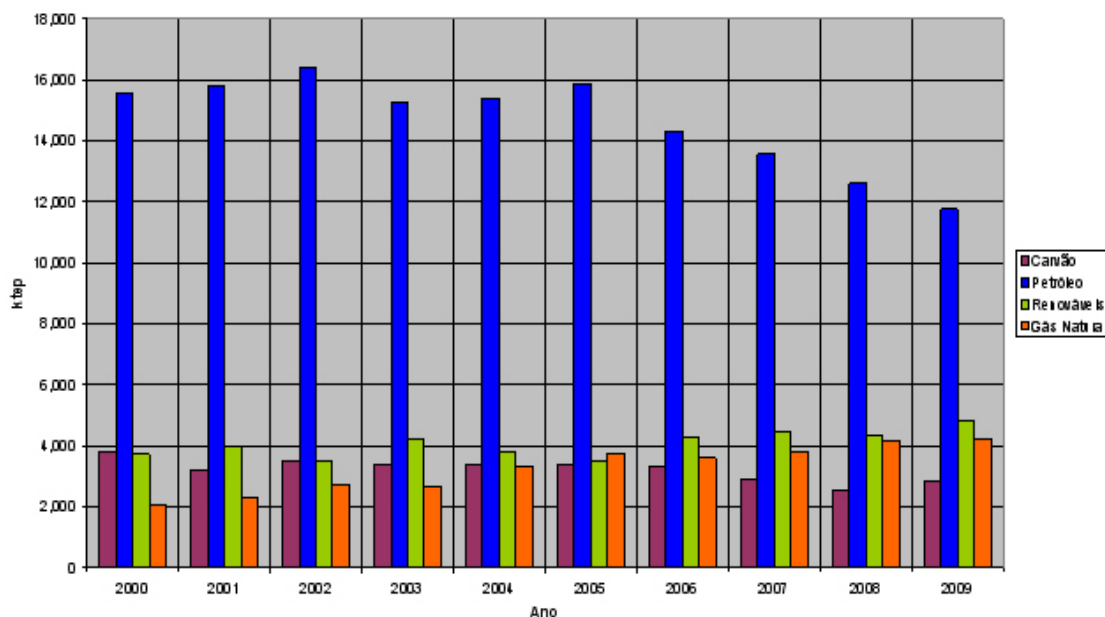
Figura 3 – Taxa de dependência energética (2000-2009)



(Fonte: no sítio da DGEG, Caracterização Energética Nacional, em 22 de Abril de 2011)

O panorama nacional em relação à evolução do consumo de energia Primária em Portugal está patente no gráfico seguinte.

Figura 4 – Evolução do consumo de energia primária em Portugal (2000-2009)



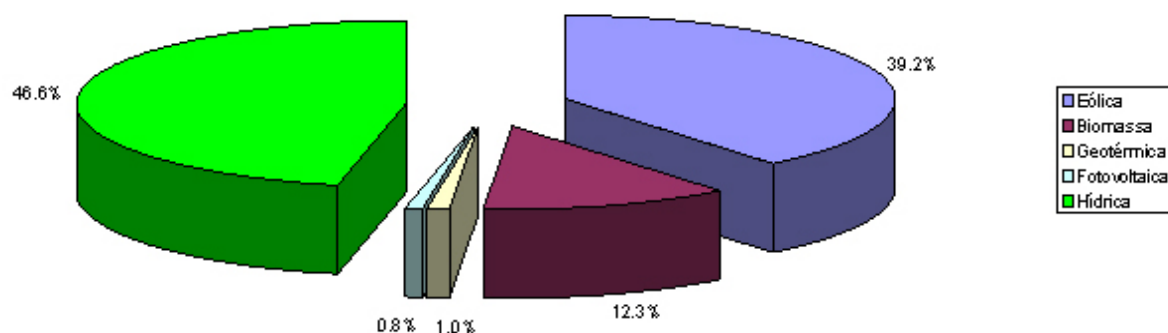
(Fonte: no sítio da DGEG, Caracterização Energética Nacional, em 22 de Abril de 2011)

Ressalvamos que, o petróleo mantém a primazia enquanto fonte primária, mas denota-se uma ligeira diminuição do seu valor desde o ano de 2005, assim como do carvão, havendo um aumento da percentagem das energias renováveis e do gás natural. O gás natural tem contribuído decisivamente para diversificar a estrutura energética portuguesa, enquanto a cada vez menor dependência do carvão é um factor extremamente positivo pois assim vimos reduzidas as nossas emissões de Dióxido de Carbono.

No que diz respeito às energias renováveis é notório o incremento da potência instalada nas fontes de energia renováveis (FER) nos últimos anos de produção de electricidade. De acordo com o sítio na internet da Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), foi atingido em 2009 o valor de 9207 MW de potência instalada sendo 4876MW de origem hídrica, 578 MW em biomassa, 3608 MW em eólica, 30 MW em geotérmica e 115,2 MW em fotovoltaica. Em 2009 foram também produzidos 19316 GWh de energia eléctrica a partir de FER. De acordo com a figura anterior de referir que as energias renováveis já correspondem a sensivelmente 20% do total do consumo de energia primária em Portugal.

O gráfico seguinte demonstra a energia eléctrica produzida a partir de FER em Portugal, no ano de 2009.

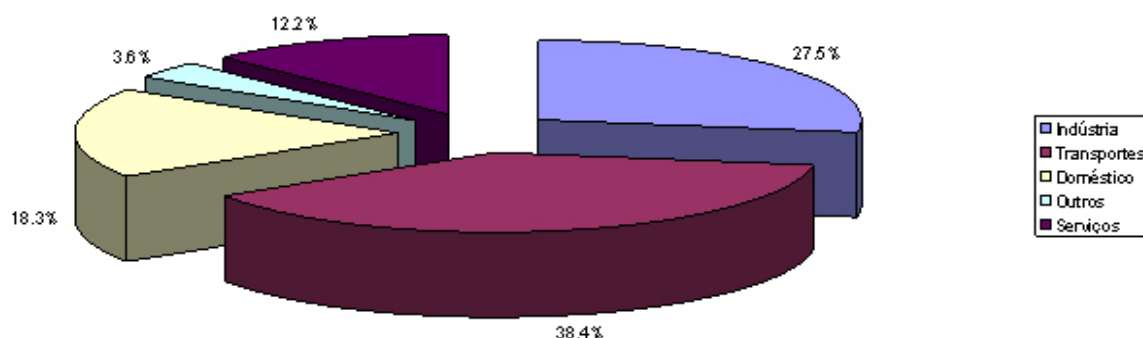
Figura 5 – Energia eléctrica produzida em Portugal a partir de FER em 2009



(Fonte: no sítio da DGEG, Caracterização Energética Nacional, em 22 de Abril de 2011)

Também a BP, em relação especificamente à energia hídrica consumida em Portugal destaca que Portugal em 2009, (Anexo B, Fig.4) consumiu mais energia hídrica do que em 2008, tendo passado o seu valor para o equivalente a 2 milhões de toneladas de petróleo. Em termos de consumo energético por sector, torna-se claro que os sectores dos transportes e da Indústria, são os maiores consumidores de energia.

Figura 6 – Consumo de energia final por sector em 2009



(Fonte: no sítio da DGEG, Caracterização Energética Nacional, em 22 de Abril de 2011)

Portugal é um importante consumidor energético, mas em 2009 teve um assinalável decréscimo de 4,8%, passando a consumir apenas 269 milhares de barris de petróleo por dia (Anexo B, Fig.1). Ao nível do gás natural, também houve um decréscimo no consumo de 7,8%, o que correspondeu a um consumo de 4,3 mil milhões de metros cúbicos (Anexo B, Fig.2). Segundo a BP, Portugal importou cerca de 2,14 mil milhões de metros cúbicos de gás natural da Nigéria, 1, 44 mil milhões de metros cúbicos da Argélia e ainda 0,40 mil milhões de metros cúbicos de Trinidad e Tobago (Anexo B, Fig.3).

Portugal vê-se assim num cenário de alguma diversificação da oferta energética primária. Apesar da escassez de recursos próprios apresentada, que acarreta uma maior vulnerabilidade do sistema energético às oscilações dos custos internacionais,

particularmente do preço do petróleo, impondo esforços para aumentar a diversificação energética.

b. A estratégia energética portuguesa

Com a recente aprovação da Resolução do Conselho de Ministros nº 29 de 2010 que aprovou a Estratégia Nacional para a Energia (ENE) 2020 de Portugal, constatamos que esta Estratégia está assente em 5 eixos principais de desenvolvimento, procurando traduzir uma visão, um conjunto de prioridades e um enunciado de medidas que as possibilitam concretizar. Dentro da ENE e mais especificamente no eixo 4, para nós o mais importante, estabelece que a ENE 2020 tem por objectivo garantir a segurança de abastecimento através da manutenção da política de diversificação do *mix* energético,¹² em relação às fontes e às origens do abastecimento (ENE 2020, 2010).

Esta estratégia aponta para mais quatro eixos sendo que no eixo 1 a ENE 2020, consagra uma agenda para a competitividade, para o crescimento e para a independência energética e financeira, no eixo 2 é referida a aposta nas energias renováveis, no eixo 3 é promovida a eficiência energética, terminando no seu eixo 5 com a promoção da sustentabilidade económica e ambiental como condição fundamental para o sucesso da política energética recorrendo a meios da política fiscal, parte das verbas geradas no sector da energia pelo negócio de licenças de emissão de CO₂ e a outras receitas geradas pelo sector das renováveis, para a criação de um fundo de equilíbrio tarifário que permita continuar o processo de crescimento das energias renováveis.

Será no contexto do eixo 4 que nos iremos focar, pois a diversificação do *mix* energético, quer das fontes quer das origens, é a melhor maneira de assegurar elevados padrões de segurança. Assim, como marcos históricos recentes desta estratégia, temos a construção de centrais eléctricas a carvão nos anos 80 e a introdução de gás natural a partir de 1997, que se consolidou através da construção de um gasoduto desde a Argélia até Portugal. No Anexo C, do presente trabalho, detalhamos o Sistema Nacional de Gás (SNG) e constatamos que a sua importância tem vindo gradualmente a aumentar, embora Portugal não tenha jazigos de gás natural, ou seja, não há produção de gás natural em território nacional, o aprovisionamento de gás natural em Portugal é efectuado através de entradas

¹² **Mix energético** - é a distribuição percentual das fontes de energia primária na produção da energia eléctrica da rede nacional. Este valor é variável anualmente, nomeadamente, em função da hidrolicidade. (in: *RCCTE – DL 80/2006*).

no SNG por via da interligação com Espanha, em Campo Maior e Valença e do terminal portuário de Sines. Estas importações de gás são feitas através de contratos *take-or-pay* de longo prazo em que os principais países abastecedores de gás natural são a Nigéria e a Argélia (ERSE, 2011).

Também as energias renováveis, uma aposta recente dos nossos governos, têm vindo paulatinamente a reduzir a nossa dependência energética externa e diversificando o chamada *mix* energético, através do aumento da potência eólica, um maior número de centrais térmicas, a implementação do Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) e ainda o aumento dos níveis de reserva de curto prazo. Relativamente, às Reservas Estratégicas Petrolíferas Portuguesas, os dados estão presentes no Anexo D ao presente trabalho.

A estratégia portuguesa, também considera fundamental a promoção do aumento da capacidade de armazenamento de gás natural, para manter uma adequada segurança de abastecimento” e conjuntamente para garantir a presença de capacidade de geração de electricidade suficiente para responder às necessidades das horas de maior consumo, mesmo nos cenários meteorológicos mais adversos. Além da diversificação do *mix* energético, considera-se como situação essencial para a segurança de abastecimento, a existência de infra-estruturas capazes e adaptadas às necessidades de Portugal, nas áreas do transporte e da distribuição de energia. Também está previsto, no âmbito do mercado ibérico, a ampliação de novas interligações com Espanha para o transporte de electricidade e gás natural, que deverá conduzir a uma maior agregação dos mercados ibéricos e potenciará uma maior ligação ao mercado europeu, principalmente ao mercado do Sudoeste europeu (ENE 2020, 2010).

Portugal tem a pretensão de contribuir para a segurança do abastecimento europeu através da utilização conjugada de um terminal de gás natural competitivo em Sines, que sirva de *hub* a nível ibérico, com a armazenagem subterrânea no Carriço e a construção de ligações dedicadas ao transporte de gás natural entre a península Ibérica e o centro da Europa. A criação da EGREP e a forma definida para o assegurar de nível de reservas obrigatórias de produtos petrolíferos coloca Portugal em linha com as normas definidas na Directiva n.º 98/93/CE (ENE 2020, 2010).

Recentemente em 10 de Novembro de 2010, a UE através da Comissão Europeia adoptou a seguinte comunicação: “ *Energy 2020 – A Strategy for Competitive, Sustainable and Secure Energy*”. Esta comunicação define as prioridades ao nível da energia para os

próximos 10 anos e engloba todas as acções que devem ser tomadas para fazer face aos obstáculos e desafios da poupança energética para atingir um mercado competitivo de preços e abastecimentos seguros. Esta estratégia europeia assenta em cinco prioridades fundamentais e que são:

- A efectuação de uma Europa eficiente energeticamente;
- A construção de um mercado de energia integrado pan-europeu;
- A responsabilização do consumidor para atingir um nível de eficiência e segurança;
- A ampliação da liderança europeia inovando com novas tecnologias energéticas;
- O Reforçar da dimensão externa do mercado energético da UE.

Esta estratégia recente não é mais do que uma tentativa de fazer face a oscilações constante do preço da energia, nomeadamente do gás e do petróleo, que tem afectado muitos países membros da UE, além da inevitabilidade de garantirmos energias mais amigas do ambiente. Esta turbulência tem resultado da liberalização de preços que tem feito com que os Estados membros se digladiem em busca de menores tarifas, mas que pouco têm a ver com uma política concertada europeia, que beneficie todos os países membros de igual forma. Também a necessidade de romper o cerco da distribuição do gás natural da Rússia, pelo menos por alguns Estados membros que não beneficiam directamente do mesmo, é uma preocupação evidenciada. Esta irá levar a elevados investimentos no sector da energia, procurando assegurar a competitividade e a segurança nos aprovisionamentos energéticos. Por último, assistiremos à substituição das linhas eléctricas mais obsoletas por outras mais baratas, mais limpas e eficientes (União Europeia, 2011).

c. A relação bilateral entre Portugal e a Nigéria

A relação bilateral Portugal-Nigéria nunca se poderá dissociar da estratégia portuguesa e europeia, já referida anteriormente, nomeadamente ao nível da diversificação do *mix* energético português e da prioridade em reforçar a dimensão externa do mercado energético da UE. Como sabemos Portugal não é um Estado produtor nem de crude, nem de gás natural por isso é muitíssimo dependente das importações destes dois hidrocarbonetos para satisfazer as suas necessidades energéticas internas.

Portugal, no âmbito da sua política externa, possui uma Direcção de Serviços de África Subsariana (SAS), que é responsável pelo acompanhamento da situação política e das relações bilaterais com os países para a África Subsariana. De referir também que para o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) as relações com África representam um dos pilares fundamentais da política externa portuguesa, nos quadros bilateral e multilateral, tendo sido incluída como uma das prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho da UE em 2007.

Ao nível institucional, realçamos a existência de embaixadas nos dois países, sinal claro das boas relações entre os dois Países. Em relação ao comércio externo, Portugal tem uma balança comercial altamente desfavorável para a Nigéria, tal como é ilustrada no Anexo F (Balança Comercial entre Portugal e a Nigéria).

Quanto ao sector energético português, este consiste em empresas de grande porte e dimensão. Estas empresas são consideradas unanimemente como as maiores empresas de qualquer país e Portugal não foge a esta regra. Em Portugal destaca-se a GALP Energia, já por nós referida, a PARTEX Oil and Gas¹³, a Rede Eléctrica Nacional (REN) e a Electricidade de Portugal (EDP).

Relativamente à organização do sector do gás em Portugal, este é dominado por uma empresa subsidiária da GALP Energia, a Gás de Portugal (GdP). Cabe à GdP controlar directamente a importação, o transporte e o abastecimento de gás. A GdP também controla, mas agora indirectamente, a distribuição através de participações que possui em algumas empresas de distribuição regional.

Relativamente aos principais mercados fornecedores de bens de Portugal (Anexo F), de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) foram em 2009: Espanha, Alemanha, França, Itália, Países Baixos, Reino Unido, Bélgica, Nigéria, China e Brasil. Realçamos que a Nigéria encontra-se no lote dos países que têm vindo a ganhar importância no ranking dos principais países de origem dos bens com destino a Portugal.

Portugal ao procurar a diversificação das suas fontes energéticas teve na Nigéria um dos países que se constituiu como um dos principais fornecedores. Realçamos novamente que em 2008, cerca de 19% do petróleo para Portugal teve como origem a Nigéria e que em 2009, cerca de 39% das compras portuguesas de gás natural liquefeito também vieram

¹³ Empresa originalmente criada por Calouste Gulbenkian no Panamá, destinada à exploração de petróleo e gás natural. Desde 2007, explora quatro blocos (Amêijoa, Camarão, Mexilhão e Ostra) na costa portuguesa.

da Nigéria. Foram também assinados, três contratos com a empresa NLNG com a duração de 20 anos para a aquisição de um total de 3,4 mil milhões de m³ de gás natural liquefeito.

Constatamos que é pois ao nível do relacionamento comercial e no campo da energia, que os dois países mais sustentam a sua relação bilateral. No entanto, esta relação apresenta claramente duas vertentes. A primeira vertente, a das exportações de Portugal para a Nigéria, revela-nos que estas são pouco significativas, a título de exemplo e segundo o estudo do Banco Espírito Santo (BES) datado de Maio de 2009, com dados referentes a 2008, no ano 2008 apenas exportamos 90 milhões de euros para a Nigéria. A segunda vertente, a das importações portuguesas da Nigéria, diz-nos que a Nigéria é um dos maiores parceiros energéticos portugueses, onde no mesmo ano de 2008 importámos 1671 milhões de euros.

Segundo o mesmo estudo do BES, a taxa de crescimento real do PIB nigeriano foi, através de estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), na ordem dos 9% (sem considerar o sector dos hidrocarbonetos que foi, igualmente, 9%). Entre 2008 e 2012 o FMI previa que haveria abrandamento no crescimento do sector dos hidrocarbonetos. Em termos sectoriais, a economia concentra-se nos sectores dos hidrocarbonetos e da agricultura, aproximadamente 70% do PIB. Constatava que as exportações nigerianas eram resultantes quase na sua totalidade (97%) do petróleo e dos seus derivados e que a sua balança comercial lhes é favorável. Em termos de relações comerciais, os EUA destacavam-se como o principal parceiro comercial nigeriano pois além de principal cliente (45% das exportações) também eram o principal fornecedor (15,7% das importações) seguidos pela China (13,8%), Reino Unido (11,8%) e Alemanha (5,6%).

Dentro dos principais produtos importados pela Nigéria em 2006, destacavam-se reactores nucleares, máquinas e aparelhos mecânicos (17,6%), automóveis, tractores e outros veículos terrestres (11,2%), máquinas aparelhos e materiais eléctricos (10,8%), cereais (7,8%) e plásticos e suas obras (6,7%). Ao nível das principais exportações destacaram-se os combustíveis, óleos minerais e matérias betuminosas (97%), embarcações e estruturas flutuantes (0,7%), e gomas resinas e outros sucos e extractos vegetais (0,3%) (BES, 2009).

O mesmo estudo frisa que a balança comercial portuguesa com a Nigéria tem sido sempre deficitária devido ao peso crescente das importações petrolíferas da Nigéria e estabelece o Top 10 das oportunidades de exportação para a Nigéria. Dentro das oportunidades salientamos as três mais importantes e que são as máquinas, aparelhos e

materiais eléctricos, cereais, plásticos e suas obras, obras de ferro fundido, ferro ou aço. Também estabelece que Portugal poderia exportar serviços nomeadamente de Viagens e Turismo, transportes e outros serviços fornecidos por empresas.

Um outro estudo, da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (ICEP) também, procurou caracterizar a evolução da relação económica bilateral entre Portugal e a Nigéria, referindo que assistimos a aumentos sucessivos das exportações e das importações nacionais com a Nigéria, a médias anuais de 29,2% e 8,2% respectivamente, no período 2001-2005. Já no decurso do primeiro semestre de 2006, verificamos, no entanto, que as nossas exportações para a Nigéria registaram uma quebra de 62,2% e as importações também diminuíram 23,1%. (Icep, 2006).

Segundo o ICEP e apesar de todo este volume de importações da Nigéria, Portugal não dispõe de qualquer acordo de promoção e protecção recíprocas de investimentos com a Nigéria, contando no entanto, com um enquadramento legal bem orientado para a captação de investimento directo estrangeiro, não obstante a existência de algumas lacunas que podem colocar o investidor estrangeiro em posição de insegurança jurídica.

Também em termos europeus, Portugal poderá utilizar o acordo Nigéria – União Europeia para o Comércio e Desenvolvimento (*Economic Partnership Agreement*) que visa responder conjuntamente aos desafios da globalização e do desenvolvimento, com o claro objectivo de aumentar a competitividade africana, diversificar as suas exportações e construir um mercado regional com regras uniformes, transparentes e estáveis para reforçar a governação económica e a atracção pelo investimento. Através deste acordo, a União Europeia oferece a oportunidade de desenvolvimento e reforço das operações comerciais nigerianas, suportando a actualização da competitividade nigeriana através de uma compensação de curto prazo devido às perdas resultantes da liberalização do mercado mas que conduzirão no longo prazo a uma situação mais sustentável, transparente e competitiva das operações comerciais nigerianas (European Communities, 2007).

d. Benefícios e riscos da relação energética com a Nigéria

Tal como identificado no ponto anterior, o essencial da relação bilateral entre a Nigéria e Portugal deriva das trocas comerciais no campo da energia. Também constatámos que actualmente o fornecimento petrolífero da Nigéria é inexistente, mas em compensação o fornecimento de gás natural aumentou significativamente. De acordo com o Professor Armando Marques Guedes a inexistência actual de qualquer contrato com a

Nigéria para o fornecimento de petróleo deve-se “à actual política energética da GALP, que reflecte a política da sua direcção, ou seja, estamos a assistir a uma mudança do paradigma em relação ao petróleo visto que actualmente a GALP se encontra a apostar mais no gás natural e a dinamizar o seu fornecimento para todo o país” (Apêndice 2).

Neste contexto, procuraremos observar e analisar os benefícios e os riscos para Portugal de modo a melhor compreendermos as relações entre Portugal e a Nigéria. Deste modo, iremos proceder à elaboração de uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats*) para identificarmos os elementos chave desta relação e as prioridades de forma a constataremos os riscos e os problemas a resolver desta relação.

Assim, a nossa análise irá ser contextualizada até ao ano de 2010, a partir do qual pretendemos perspectivar uma evolução das relações bilaterais entre Portugal e a Nigéria. Na tabela abaixo iremos definir aquilo que pensamos ser as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças da relação bilateral entre Portugal e a Nigéria.

Tabela 3 – Análise SWOT da relação Portugal-Nigéria

Origem do factor: Interno (relação bilateral Portugal-Nigéria)	FORÇAS	FRAQUEZAS
	Relação com São Tomé e Príncipe Posição geoestratégica portuguesa e as infraestruturas PRT Qualidade do petróleo nigeriano Gasoduto transariano ENE 2020	Não existência de fortes laços inter-estatais A instabilidade interna nigeriana O Mercado do crude
Origem do factor: Externo (ambiente)	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Imagem externa portuguesa em EUA África Rota marítima do Atlântico Sul Mercado para as nossas exportações Tecnologias Energias renováveis Zona de exploração conjunta entre S. Tomé e Príncipe e a Nigéria Capacidade hidrográfica portuguesa	Rússia China Grupos Subversivos Pirataria Preço do petróleo e do gás natural

(Fonte: elaborado pelo autor)

Face a esta análise, caracterizamos em primeiro lugar as vantagens em termos de ambiente interno que nos é transmitida pelas **Forças**. Assim, entendemos que a nossa

relação com São Tomé e Príncipe pode se constituir num fórum que nos pode ser vantajoso porque este país possui fortes relações políticas, diplomáticas e económicas coma a Nigéria, tendo inclusivamente uma zona de exploração conjunta no Golfo da Guiné, já por nós referida. A **posição geoestratégica portuguesa**, também considerada como uma vantagem, fornece uma porta de entrada próxima para o escoamento dos produtos petrolíferos nigerianos para Portugal e para o resto da Europa. Ajudava este desiderato se a Nigéria pudesse usufruir de um acordo bilateral que favorecesse os dois países e onde se poderia incluir um acordo de utilização do terminal costeiro de Sines e outros se assim fosse desejado. Também as duas refinarias portuguesas, Sines (uma das maiores da Península Ibérica) e Porto, que se situam perto da costa atlântica, poderiam ajudar neste objectivo pois possuem uma capacidade de destilação de 220.000 barris/dia e de 90.000 barris/dia¹⁴ respectivamente, apoiadas pelos portos de Sines e de Leixões que estão ligados às refinarias por oleodutos que por sua vez permitem a expedição dos seus produtos.

A **qualidade do petróleo nigeriano** também se constitui como uma das principais forças neste panorama, visto que o seu refinamento é mais barato e a qualidade da gasolina é superior. Contudo, Portugal através da GALP, não tem actualmente a Nigéria como fornecedora de petróleo, mas teve até 2008 e acreditamos que este factor é extremamente relevante e a ter em atenção na consideração futura de fornecedores petrolíferos. Outra vantagem visualizada por nós, decorre do facto do acordo celebrado entre a Nigéria, o Níger e a Argélia para a construção de um **gasoduto transariano**, capaz de transportar elevadas quantidades de gás para Portugal e para a Europa e cuja “porta de entrada” se situa muito próxima de Portugal. Por fim consideramos como uma Força a **ENE 2020**, pois no seu eixo 4 é realçada uma política de diversificação do mix energético, em relação às fontes e às origens do abastecimento o que se constitui como força impulsionadora da relação bilateral entre Portugal e a Nigéria. Isto apesar de Portugal estar a apostar mais no gás natural do que no petróleo porque a Nigéria também é um dos maiores exportadores de gás natural mundiais.

Em relação às **Fraquezas** entendemos apresentar os seguintes factores: a não existência de fortes laços inter-estatais entre Portugal e a Nigéria, a instabilidade interna nigeriana e a OPEP. Estes factores deverão ser encarados como desvantagens internas da

¹⁴ Fonte: GALP, <http://www.galpennergia.com/PT/agalpennergia/os-nossos-negocios/Refinacao-Distribuicao/ARL/Refinacao/Paginas/Home.aspx> acedido em 25 de Abril de 2011.

relação bilateral entre Portugal e a Nigéria. A **não existência de fortes laços inter-estatais** torna-se claro devida essencialmente a antecedentes históricos. Portugal não foi uma potência colonizadora da Nigéria e assim sendo não existe uma ligação tão próxima com a que existe entre Portugal e os países africanos da CPLP. Em relação à **instabilidade interna nigeriana**, já amplamente descrita no capítulo anterior, ressaltamos que apesar de o poder estar actualmente entregue aos civis, ainda existe uma elevada ingerência dos militares no poder e a rivalidade étnica e religiosa ainda não foi dirimida. Ao que se acresce a existência de movimentos subversivos internos. Tudo isto somado permite concluir que o cenário de conflito interno faz parte do dia-a-dia nigeriano. A terceira e última fraqueza encontrada por nós é o **Mercado de Crude**, pois este é caracterizado pela oscilação dos preços de venda do petróleo com malefícios evidentes para os países importadores de petróleo, como Portugal, que vêm a sua economia afectada pelo preço da energia.

Analisando as **Ameaças**, entendemos considerar as seguintes: os EUA, a Rússia, a China, os grupos subversivos que actuam na Nigéria, a pirataria e o preço do petróleo e do gás natural. As ameaças consistem em aspectos negativos que no nosso entender têm potencial para comprometer as vantagens da relação bilateral entre Portugal e a Nigéria.

Compreendemos que os **EUA, a Rússia e a China** são potenciais ameaças porque têm uma agenda própria, competitiva e potencialmente conflituante com as necessidades portuguesas no âmbito energético. Os EUA e a China são claramente os maiores consumidores mundiais de energia do mundo e na busca incessante pelas fontes energéticas competem com Portugal usando argumentos financeiros, diplomáticos e económicos que Portugal nunca conseguirá alcançar. Além do mais estes dois países são os principais importadores e exportadores da Nigéria. Em relação à Rússia, além do factor petróleo também existe o factor gás natural, visto que a Rússia quer manter a posição dominante no fornecimento de gás natural à Europa, influenciando ou tentando influenciar em termos de preço as exportações do gás natural nigeriano. Assim, Portugal poderá não recolher todos os benefícios que a sua posição geoestratégica próxima da Nigéria lhe poderá fornecer. Quanto aos **grupos subversivos**, como o MEND, e à **pirataria** no Golfo da Guiné, entendemos que estes aspectos são de difícil resolução porque a radicalização muçulmana é uma realidade no Norte do país e a pirataria a Sul conduzem a atentados bombistas contra as instituições governamentais e contra as empresas estrangeiras que operam em terra e no mar. Tudo isto conduz a uma instabilidade produtiva que faz com

que a Nigéria perca preponderância no contexto internacional como produtor petrolífero. Aliado a este factor existe a luta dos povos de diferentes etnias que se encontram na bacia do rio Níger e que recorrentemente têm enveredado por uma luta armada contra o governo e contra as empresas petrolíferas que operam na região. Todos estes factores somados às constantes subidas e descidas do **preço do petróleo** tornam a Nigéria como um fornecedor energético inconstante e de elevada incerteza para a manutenção do regular funcionamento de um país como Portugal que necessita de segurança energética para poder crescer economicamente.

Por fim temos as **Oportunidades** que pensamos traduzir os aspectos positivos que poderão fazer crescer esta relação bilateral entre Portugal e a Nigéria. As oportunidades encontradas foram a imagem externa portuguesa em África, a rota marítima do Atlântico Sul, a Nigéria como um mercado para as nossas exportações, a tecnologia hidroeléctrica portuguesa, a Zona de exploração conjunta entre S. Tomé e Príncipe e a Nigéria e a capacidade hidrográfica portuguesa.

Será ao nível da **imagem externa portuguesa em África** que Portugal poderá atrair o investimento nigeriano em Portugal e tornar as trocas comerciais entre ambos os países mais equilibradas. Pensamos que Portugal goza de uma certa credibilidade nos fóruns internacionais podendo ajudar a Nigéria na mediação de contratos entre a Nigéria e países da União Europeia, utilizando plataformas de entendimento conjuntas. A experiência portuguesa em África deverá nortear toda esta relação porque não podemos nunca esquecer o recente papel português no apoio aos países africanos através de inúmeras parcerias estabelecidas ao mais alto nível. A **rota marítima atlântica**, entre Portugal e a Nigéria, poderá conduzir ao maior e melhor escoamento para a Europa dos produtos petrolíferos nigerianos e em troca poderá também desempenhar o papel inverso, ou seja, a Nigéria poderá se tornar um país importador de produtos e serviços portugueses e tornar-se-á um **mercado para as nossas exportações**. Os portos portugueses funcionariam como os principais dinamizadores dos intercâmbios comerciais de Portugal e da Europa com a Nigéria. Nesse sentido Portugal não pode esquecer de construir as infra-estruturas necessárias para se tornar um Estado competitivo no panorama internacional.

No que diz respeito às **energias renováveis** e mais especificamente à tecnologia hidroeléctrica, a Nigéria possui apenas três centrais hidroeléctricas. Estas três barragens fazem parte de um conjunto de 14 instalações eléctricas com uma capacidade instalada de 5900 MW (megawatt) mas que apenas conseguem gerar 1600 MW devido a uma pobre

manutenção das mesmas. A Nigéria tem planeado 8000 MW de desenvolvimento de energia hídrica em 16 novas barragens para colmatar a lacuna energética do país. Também ao nível da distribuição energética, a Nigéria tem graves problemas pois apenas 36% da sua população tem acesso à energia eléctrica, constituindo-se numa excelente oportunidade para as empresas portuguesas do sector energético (MBendi, 2011). Ainda nas energias renováveis, Portugal segundo informação disponibilizada no sítio da DGED, registou um nono lugar no *Top Ten* Mundial da Capacidade Instalada Acumulada de Energia Eólica, um décimo lugar no *Top Ten* Mundial da Nova Capacidade Instalada de Energia Eólica e possui a maior central fotovoltaica do mundo, situada em Moura, o que deixa antever tecnologia e *Know how* que poderão beneficiar a Nigéria através de uma relação comercial.

A **Zona de exploração conjunta entre S. Tomé e Príncipe e a Nigéria** também se constitui como uma excelente oportunidade de criação de laços e de confiança entre os dois países. Portugal através de São Tomé e Príncipe tem hipótese de fortalecer os laços com a Nigéria e tornar-se um parceiro neste negócio. Por último entendemos que Portugal possui uma experiência e uma **capacidade hidrográfica** muito capaz, própria de um país virado para o mar e que também poderá ajudar a Nigéria a definir a sua plataforma continental com rigor e seriedade.

e. Síntese conclusiva

Portugal é um país com moderados recursos energéticos endógenos e não é um país produtor de petróleo ou de gás natural. O petróleo, o carvão e o gás natural, recursos que asseguram a generalidade das necessidades energéticas portuguesas, são escassos e induzem-nos a uma elevada dependência energética do exterior. O cenário energético nacional actual é caracterizado por uma forte dependência externa (82,9%, em 2007) e com um sistema energético fortemente dependente de fontes primárias de origem fóssil (petróleo, gás natural e carvão). Portugal está assim perante uma reduzida diversificação da oferta energética primária, aliada à escassez de recursos próprios, que conduz a uma maior vulnerabilidade do seu sistema energético às flutuações dos preços internacionais, nomeadamente do preço do petróleo, exigindo esforços no sentido de aumentar a diversificação de fornecedores energéticos.

A Nigéria surge-nos como um elemento concretizador desta diversificação energética podendo nos fornecer petróleo ou gás natural conforme as necessidades ou as políticas energéticas do nosso país. A estratégia energética portuguesa, também aqui

abordada tornou ainda mais claro a busca da diversificação energética como uma meta a atingir.

Ao analisarmos a política energética europeia através do documento da Comissão Europeia, “ *Energy 2020 – A strategy for competitive, sustainable and secure energy*”, rapidamente compreendemos que Portugal se encontra “no pelotão da frente” em termos de adopção dessa mesma política, sobretudo no que diz respeito ao reforçar da dimensão externa do mercado energético da União Europeia, que novamente aponta para uma estratégia de diversificação de fornecedores energéticos como forma de garantir segurança energética.

Assim surge-nos como inevitável a manutenção por parte de Portugal de boas relações bilaterais e multilaterais com a Nigéria para assegurar a diversificação do fornecimento energético a Portugal e potencialmente também à União Europeia. Verificamos que é ao nível do relacionamento comercial e no campo energético, que os dois países mais apoiam a sua relação bilateral. No entanto, esta relação é desequilibrada, uma vez que balança comercial entre os dois países é nitidamente favorável à Nigéria.

Por último entendemos analisar os benefícios e riscos da relação energética com a Nigéria, o que nos conduziu inevitavelmente a uma análise SWOT. Desta análise destacamos as oportunidades encontradas para que Portugal possa inverter a sua balança comercial com a Nigéria. As oportunidades encontradas foram a boa imagem externa portuguesa em África, a rota marítima do Atlântico Sul, a tecnologia hidroeléctrica portuguesa, a Zona de exploração conjunta entre S. Tomé e Príncipe e a Nigéria e a capacidade hidrográfica portuguesa. Estas oportunidades transparecem como sendo aspectos positivos do ambiente externo da relação entre Portugal e a Nigéria e que permitirão a Portugal adoptar uma estratégia que lhe permita mitigar a altamente desfavorável balança comercial entre os dois países.

3. As relações políticas e militares entre a Nigéria e os países da CPLP

a. As relações bilaterais da Nigéria com alguns países da CPLP

Face à dificuldade em definir as relações bilaterais nigerianas com os países africanos da CPLP, decidimos caracterizar as relações bilaterais sob a forma multilateral, ou seja, através das ORA. Esta forma de relacionamento entre Estados tem sido a forma escolhida para o relacionamento entre os Estados em África devido provavelmente à volatilidade das relações entre os seus governantes. Dentro desta óptica optámos por caracterizar os países da CPLP do Golfo da Guiné, Angola, São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau, ou seja, aqueles em que a influência nigeriana se faz sentir de maneira mais acentuada.

Em termos sintéticos e após uma análise dos objectivos de todas as Organizações, no Apêndice V ao presente trabalho, salientamos que apenas dois vectores são comuns. Um dos vectores é o económico, embora não se encontra verdadeiramente explícito na CPLP e o outro vector é o *político-diplomático*, que de uma maneira ou de outra teremos sempre de considerar porque em termos práticos reflectirá uma predisposição para o diálogo e um caminho para a criação de novas oportunidades nas relações entre os diferentes Estados. É referir também que os vectores segurança e confiança se encontram vertidos nas ORA, o que deixa antever uma preocupação crescente com a estabilidade, segurança e a sã convivência entre Estados, como condição para que os Estados possam lucrar das mais-valias que os seus recursos produzem e para que possam crescer de uma maneira mais sustentada e segura. Verificamos que as relações entre a Nigéria e os países africanos da CPLP baseiam-se fundamentalmente nos fóruns de discussão estabelecidos nas ORA e que em termos especificamente bilaterais são menos expressivas.

Em relação ao vector segurança, salientamos que tanto a UA como a CEDEAO já possuíram e podem vir a possuir missões de estabilização e de apoio à paz, como aquela que a Nigéria queria impor à Guiné-Bissau e que não foi aceite pela própria Guiné-Bissau.

b. Os países da CPLP e as aspirações políticas e militares da Nigéria

Quando discorremos sobre as aspirações políticas e militares nigerianas temos que assumir que toda a importância deste país reside essencialmente no

vector hidrocarbonetos e na importância geoestratégica da sua localização enquanto país. Igualmente segundo *Rowell, Marriott e Stockman* os padrões da actualidade da exploração de petróleo e de gás natural no Delta do Rio Níger são um eco das antigas relações entre a América, a Europa e a África Ocidental, ou seja constituem novamente o “*Atlantic Triangle*”.¹⁵, ou seja, segundo os autores este novo relacionamento económico já existiu no passado e volta a ter significado devido ao petróleo e aos seus derivados que faz com que África seja vista novamente como fornecedora de matérias primas a uma Europa e uma América que têm capacidade de transformação e geração de valor (2005:33).

Para melhor compreendermos a importância do Golfo da Guiné, onde se encontra a Nigéria, temos que entender que mudou o paradigma após os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001. Até esta data os EUA praticamente ignoravam o resto do mundo como fornecedores petrolífero visto terem nos países do médio oriente os seus principais fornecedores. Estes países disponham e dispõem ainda das maiores reservas petrolíferas conhecidas. Após terem iniciado as guerras do Iraque e Afeganistão, surgiu a necessidade da diversificação das fontes e origens do petróleo e dos seus derivados como modo de conseguir contornar as acções soberanas déspotas dos Estados produtores do Golfo Pérsico, minimizar o efeito do controlo dos preços pela OPEP e minorar os danos resultantes da conflitualidade armada no Iraque e Afeganistão (Traub-Metz, Yates, 2004: 51 a 53).

Neste cenário, a Nigéria começa a assumir importância estratégica mundial e não só no interior do continente africano alicerçada no seu petróleo de excelente qualidade e com baixo teor de enxofre. Esta situação tem conduzido a uma disputa dos Estados não africanos pelos referidos recursos energéticos, destacando-se os EUA (havendo perspectiva de chegar a 25%, parcela maior que a da Arábia Saudita) e a China. A China tem-se valido do seu “*soft-power*” para atender às suas necessidades petrolíferas, o que se tem verificado adequado com a Nigéria. Do outro lado os EUA, possuem uma tendência intervencionista em assuntos internos dos Estados. Seguindo essa linha, recentemente activou o *United States African Command* (USAFRICOM), exemplo típico de “*hard-power*”

¹⁵ Segundo os autores, o primeiro Triângulo Atlântico foi estabelecido entre o século XVII e o XIX e destinava-se ao comércio de bens como o açúcar e o rum e ao comércio de escravos entre as três regiões.

americano ao nível mundial.

Também os próprios africanos ressaltam que *“do ponto de vista geoestratégico, importa realçar que o espaço da CGG equivale à uma produção de 5 milhões de barris de petróleo por dia, ou, seja, como sublinhou o presidente angolano no discurso de abertura, mais de 15% da actual produção mundial de crude”* e ainda que em *“2015, o ministro do petróleo, Botelho de Vasconcelos, prognostica que o volume da produção do Golfo representará 15 % do consumo norte-americano deste produto”* (Apostolado, 2008).

É neste contexto que surge a CPLP que no entanto apresenta, enquanto Organização, poucos pontos de contacto possíveis com a Nigéria. Contudo constatamos que as aspirações políticas e militares nigerianas chocam com os interesses dos países africanos da CPLP geograficamente situados no Golfo da Guiné, reconhecendo assim toda a importância geoestratégica do Golfo da Guiné e dando azo à competição económica, fundamentalmente com Angola, o outro grande produtor petrolífero subsaariano.

Depreendemos também que a adopção declarada de uma política expansionista¹⁶ pela Nigéria, poderá facilmente alterar a já desequilibrada balança de poderes a seu favor se, tal como visto anteriormente, conseguir resolver os seus problemas internos.

Face a este intróito, vamos começar por esclarecer o interesse nigeriano na Guiné-Bissau. Apesar da Nigéria e a Guiné-Bissau distarem cerca de 2000 km, na opinião do Professor Armando Marques Guedes, expressa na entrevista presente no Apêndice II ao presente trabalho, os interesses da Nigéria na Guiné-Bissau *“devem-se essencialmente a dois factores: o do petróleo (porventura o menos importante) e o da religião (o crescente do Islão e o seu progresso para Sul)”*. Referiu também que a *“área denominada Senegâmbia (formada por países como o Senegal, a Gâmbia, a Guiné-Bissau) de elevada preponderância muçulmana e de colonização quase totalmente francófona está a tentar através do Islão estender a sua influência para Sul, o que a Nigéria como potência hegemónica não está a consentir”*.

¹⁶ De acordo com Cabral Couto, *“um Estado cuja política externa visa uma modificação a seu favor da relação de forças e o controlo político de novas áreas prossegue uma política expansionista”* (1987: 74). Também refere que *“uma política expansionista não significa necessariamente a anexação ou a conquista militar de novas áreas territoriais...”* (1987: 75).

Também entendemos que a existência de uma zona de exploração conjunta entre a Guiné-Bissau e o Senegal, que até ao momento ainda continua em fase de prospecção sem se ter provado a viabilidade de extracção petrolífera, pode levar a que a Nigéria adopte uma política de controlo e monitorização sobre a Guiné-Bissau.

Afigura-se nesta problemática e no decurso dos problemas e da conflitualidade interna que tem sido alvo a Guiné-Bissau, que ditou a sua suspensão da UA em 2008, que a Nigéria tem tentado se imiscuir nos assuntos internos guineenses. A título de exemplo, em 17 de Setembro de 2010 realizou-se inclusivamente uma cimeira da CEDEAO, convocada pelo chefe de Estado nigeriano, *Goodluck Jonathan*, tendo em vista a resolução do conflito na Guiné-Bissau (Portugal Digital, 2010). Tal apoio, sob a forma de uma força de estabilização da CEDEAO, foi no entanto dispensado porque a Guiné-Bissau conseguiu que Angola apoiasse uma reforma militar, enviando forças militares para estabelecimento de uma missão técnico-militar.

De referir que embora este apoio técnico-militar ainda não se tenha tornado efectivo, de acordo com uma notícia publicada na publicação da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé “O Apostolado”, a sociedade guineense apoia essa mesma missão de cooperação técnico-militar com Angola em detrimento de uma força de imposição da paz da CEDEAO. De acordo com Mendonça, os problemas da Guiné-Bissau não se resumem à Nigéria e manifestam “*necessidades de fiscalização da Zona Económica Exclusiva e dos recursos naturais territoriais; de um processo de modernização, reforma, reestruturação, redefinição, reintegração social e redimensionamento das Forças Armadas*” e ainda de acordo com Serra decorrem da, “*insegurança regional (Guiné-Conakry, Libéria e Serra Leoa); insegurança fronteiriça com tensão convencional (Senegal) e não-convencional (Forças em Casamansa)*”,¹⁷ (apud Leal, 2010: 27).

No que diz respeito a Angola, a realidade é no nosso entender bem diferente. Porventura a influência nigeriana em Angola é percebida de modo mais indirecto visto que Angola possui um enorme potencial militar e uma posição que

¹⁷ Segundo uma notícia da LUSA de 14 de Outubro de 2009, as Forças Armadas do Senegal violaram a fronteira com a Guiné-Bissau no Norte do país, em Varela, no litoral, para alegadamente impedirem acções dos rebeldes de Casamansa. [em linha] [consultado em 07 de Março]. Disponível em: <http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=ex.stories/541491>.

Ihe permite quiçá desafiar a hegemonia subsaariana pretendida pelos nigerianos. Assim, além da participação nas ORA das quais fazem parte, constatamos que as relações entre ambos se situam muito ao nível político e diplomático e quase sem expressão ao nível económico. No entanto, tal como refere o site InfoAngola, os dois maiores produtores de petróleo da África subsariana querem relançar e diversificar as relações de cooperação entre eles. A fim de darem um impulso às relações bilaterais, as autoridades angolanas e nigerianas decidiram, no final das conversações realizadas em Luanda, estudar a possibilidade de voltar a estabelecer uma ligação aérea regular entre Luanda e Lagos e de estudarem projectos no âmbito da construção civil e da ciência e tecnologia.

Segundo o mesmo site angolano, a Nigéria é o mais importante Estado da África Ocidental e Angola tem-se vindo a afirmar como o país líder da África Central e ainda como o segundo país mais importante da África Austral, depois da África do Sul. A posição-charneira de Angola entre a África Central e a África Austral, aliada aos seus recursos naturais e aos seus actuais índices de crescimento, confere-lhe uma importância geoestratégica de grande relevância.

Além dos factos já salientados, chamamos a atenção para a competição entre os dois países para maior produtor petrolífero da África Subsaariana, pois com o declínio produtivo da Nigéria devido aos factores já por nós enunciados, Angola tem visto as suas exportações crescerem e a sua importância a aumentar, não só em África como também no panorama mundial, devido essencialmente a uma maior estabilidade governativa e ao decréscimo acentuado da conflitualidade interna.

No caso de São Tomé e Príncipe, a sua posição geoestratégica é extremamente importante e a Nigéria já percebeu isso. A situação geoestratégica do país no contexto da exploração do petróleo é muito favorável. A sua localização no Golfo da Guiné, tal como a Nigéria, tem levado esta região a ganhar uma importância crescente devido ao desenvolvimento tecnológico (que permite a exploração de jazidas no offshore profundo e ultra-profundo) e mais uma vez devido aos interesses norte-americanos para a exploração petrolífera para evitar a grande dependência petrolífera em relação ao Golfo Pérsico.

O reconhecimento da Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe em 1997 pelas Nações Unidas, o desenlace de um contencioso com a Nigéria, permitiu o início das negociações com os países vizinhos sobre a exploração

petrolífera das áreas em que se equacionava haver petróleo em quantidade suficiente para a sua exploração. Iniciaram-se conversações com a Guiné Equatorial e com o Gabão que acabariam com a assinatura de acordos em 2001. Com a Nigéria, as negociações falharam, mas chegou-se a um compromisso para a criação de uma zona conjunta de exploração de 28 000 Km² (*“Joint Development Zone”*). Este acordo determinou a repartição das receitas e das despesas da exploração (Nigéria: 60%; STP: 40%) e a sua gestão, com uma *“Joint Development Authority”*, com sede em Abuja e constituída por quatro directores, dois de cada país e de um Conselho Ministerial Conjunto, composto por dois ministros de cada país (Pais, Raimundo 2005: 1 a 3).

Segundo Rohr, *“quando os dois países leiloaram as primeiras licenças de exploração em 2003 e 2004, as coisas não transcorreram da forma como os são-tomenses esperavam. Grande parte das companhias de petróleo se manteve distante, excepto no caso do mais promissor sector na zona de petróleo, conhecido como Bloco 1, pelo qual um consórcio da Chevron e ExxonMobil conquistou a licença de exploração por US\$ 123 milhões. Todavia, foi um dia monumental para São Tomé. Sua parcela de 40%, US\$ 49 milhões, quase equivalia ao orçamento anual do país. Mas a Nigéria reteve o valor, usando seu controle do dinheiro para forçar São Tomé a conceder licenças a certas empresas pequenas na próxima rodada de leilão empresas de propriedade de empresários nigerianos com laços estreitos com os políticos do país.”* (2008: 3). Face a este panorama entendemos que as aspirações políticas e militares nigerianas estão transpostas nestes factos reveladores de manipulação económica e indiciam a tendência hegemónica da Nigéria.

Também segundo Rohr, no mapa mundial, São Tomé e Príncipe é tido como um país pacífico, democrático e desesperadamente pobre. Seus habitantes sobrevivem de ajuda estrangeira e empréstimos internacionais. Além da pequena produção de cacau, o país não possui recursos significativos. Os são-tomenses mal podiam acreditar em sua sorte quando estudos sísmicos concluídos nos anos 90 revelaram uma enorme reserva de 11 milhões de barris de petróleo pouco além de sua costa (2008, 2). Contudo, Rohr advoga que a riqueza são-tomense não é mais do que uma miragem, a corrupção e a falta de transparência tem mergulhado o país no caos apesar de este país possuir aquilo que classifica como

a melhor lei do petróleo.

Segundo Menezes o futuro de São Tomé poderá passar por servir como uma importante base de prestação de serviços aos países da região, que totalizam mais de 170 milhões de pessoas, tornando esta região mais acessível à globalização e baseando-se numa estratégia de integração bem orientada, São Tomé e Príncipe pode assumir o papel de interface marítima e aérea para a região do Golfo da Guiné ou ainda como um destino turístico exclusivo para todos aqueles que pretendam passar umas férias em segurança num dos últimos paraísos do planeta (2008, 8).

c. Implicações para Portugal

Não podemos iniciar este subcapítulo sem primeiro analisarmos o papel de Portugal na CPLP. Assim, tal como ditou Bernardino, *“é possível constatar que a CPLP, no contexto das ORA pode ter um papel importante uma vez que o desenvolvimento económico é indissociável da segurança, o que motiva nestas organizações, a necessidade de aumentar o seu espectro de actuação”* (2008: 40).

Portugal tem procurado constituir-se como um motor da CPLP devido ao papel que desempenhou e tem desempenhado junto da ONU, UE e NATO, na defesa e projecção dos interesses dos países da CPLP. Portugal também tem sido reconhecido como um dos estimuladores da CPLP e nação líder em muitos dos processos no âmbito da defesa e segurança, assim como na relação entre a CPLP e as ORA. Será no âmbito da defesa e segurança, mais do que devido ao factor económico, que Portugal tem procurado perceber a influência política e militar nigeriana em Angola, na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe.

Bernardino referiu que se entende como instrumentos de defesa e segurança, *“as estruturas e órgãos que conferem operacionalidade a esta vertente da cooperação, que constituem os pilares do diálogo no âmbito da ligação entre Estados-membros para as dinâmicas de segurança e defesa, sendo na interligação entre estes domínios, entre a Comunidade e os países que se jogam os actuais interesses da CPLP”* (2008: 27). Assim sendo, Portugal tem fomentado a adopção de alguns instrumentos de defesa para fortalecer a segurança nos países da CPLP e ao mesmo tempo criar laços de entendimento

com os seus parceiros dentro da CPLP. Salientamos que quando nos referimos aos instrumentos de defesa e segurança da CPLP estamos a referir-nos concretamente a:

- Conferências de Chefe de Estado e de Governo;
- Reunião dos Ministros da Defesa;
- Reunião de Generais Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas;
- Fórum de Defesa da CPLP;
- Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP;
- Centro de Análise Estratégicas para Assuntos de Defesa da CPLP;
- Exercícios Militares da série Felino;
- Protocolo da cooperação no domínio da Defesa;
- Reuniões dos Directores Gerais de armamento e equipamentos de Defesa;
- Reunião dos directores dos serviços de Informações Militares.

Estão assim reunidas as condições para que Portugal no âmbito da CPLP possa vir a sofrer algumas influências das acções nigerianas. Lembramos que a CPLP, apesar de na sua génese possuir o desejo de reunir numa organização os países ligados por uma língua comum, actualmente tem vindo a progredir para algo mais objectivo na cena internacional. Assistimos a uma vontade crescente de todos os seus membros para reforçar a cooperação no sentido de uma maior afirmação em África e no mundo, o que augura um bom pronuncio para esta organização. Estes desígnios poderão conflitar com os interesses nigerianos. Designadamente, não é do interesse nigeriano juntar a um cada vez maior protagonismo económico angolano, um crescente protagonismo militar e político em África. Esse protagonismo que é em parte capacitado pela cooperação técnico militar portuguesa.

Por outro lado, poderá interessar à Nigéria, a existência de estados “fracos” como os casos da Guiné-Bissau e em certa medida São Tomé e Príncipe, para melhor controlar os seus recursos. Recorde-se que existe um acordo de partilha de recursos com São Tomé e com a eventual exploração de petróleo na Guiné-Bissau, este país é também interessante para as empresas nigerianas deste sector, muitas delas detidas por políticos nigerianos. Ora a Portugal e à CPLP interessa precisamente o contrário, que todos os Estados que integram a CPLP sejam fortes para assim projectarem na cena internacional não só os seus

interesses particulares, como os interesses da lusofonia.

Contudo, segundo fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e apesar de tudo aquilo que aqui foi dito, Portugal encara a Nigéria como um país que não é prioritário para a Cooperação Portuguesa (Anexo G). Também, após uma leitura atenta da Ficha alargada da Nigéria do MNE, podemos inferir que na perspectiva da política externa nacional, a Nigéria constitui-se num actor regional com potencial efectivo e credível, mas cuja credibilidade torna-se algo flutuante devido à má gestão financeira e económica dos recursos petrolíferos e derivados, resultantes sobretudo das interferências produzidas por actores políticos internos, movimentos revolucionários do Delta do Níger e outras facções políticas que por via de actividades ilegais afectam oleodutos, refinarias e pontos de distribuição.

Portugal poderá intervir nas instancias internacionais sobre as aspirações nigerianas se estas afectarem a estabilidade dos países africanos da CPLP e a organização em si. Fazendo-o com todo o seu poder de influenciador e apaziguador (*soft-power*) que lhe tem valido a nível internacional algum sucesso em negociações internacionais (veja-se o caso de Timor Leste).

Ainda com base no desiderato da segurança, Portugal através da Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005, de 22 de Dezembro, que aprova o documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, criou o Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), descrito por nós no Apêndice 6 ao presente trabalho.

Por último ressaltamos que no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” de 2006 é expresso que a cooperação Portuguesa estará também desperta para a necessidade de apoiar a valorização e capacidade de intervenção de instituições como a UA, a SADC e a CEDEAO, incluindo a contribuição da Cooperação técnico-militar, que arcam hoje um papel cada vez mais saliente na arquitectura da paz, da segurança e do desenvolvimento internacional.

d. Síntese conclusiva

Neste capítulo analisámos as relações políticas e militares entre a Nigéria e os países da CPLP, nomeadamente com Angola, São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau. Em virtude do cenário analisado compreendemos agora que o grande

motor destas relações é o factor económico e mais especificamente o factor energético. O petróleo domina as relações entre os Estados por nós analisados.

A posição geoestratégica do Golfo da Guiné, onde se situa a Nigéria, faz aumentar o potencial deste país em se tornar um fornecedor petrolífero de ainda maior importância para os EUA, que num cenário pós 11 de Setembro de 2001, procuram diversificar as suas fontes e origens energéticas para diminuir a sua dependência dos países árabes do médio oriente.

Também esclarecemos que as relações bilaterais não são preferidas. As relações entre os Estados africanos desenrolam-se sobretudo nas ORA. As ORA que entendemos serem as mais importantes são a UA, a CEDEAO e a CGG e analisámos os seus objectivos. Deste estudo transparece que apenas dois vectores são comuns a todas as organizações, o económico e o político-diplomático. Mas além destes vectores encontramos o vector militar como garantia de segurança do escoamento dos produtos petrolíferos de toda a região, assim como, mais um meio de garantir a hegemonia nigeriana. O caso de Angola é diferente dos demais porque tendo em vista a recente declaração de intenções para o estreitar de laços, inferimos que os dois países se vêm mais como parceiros em África do que opositores.

Por último discorremos acerca das implicações para Portugal da influência política e militar nigeriana em Angola, São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau. Consideramos que esta influência provavelmente seria de pouca monta para Portugal se não fosse a CPLP. Ajuizamos também, pelo facto de Portugal ter fomentado a adopção de alguns instrumentos de defesa para fortalecer a segurança nos países da CPLP, que a influência nigeriana é percebida. Identicamente, o facto de no PAMPA estar incluído um eixo (o eixo 3) que refere especificamente a Cooperação com Organizações Regionais e Sub-Regionais africanas como sendo extremamente importante para que Portugal é indiciador da preocupação portuguesa com a Nigéria. Esta preocupação portuguesa é também devida ao renovado interesse que a África tem merecido por parte da Comunidade Internacional, fundada no princípio do “African Ownership”.

Pensamos também que não é do interesse nigeriano juntar a um cada vez mais percebido protagonismo económico angolano, um crescente protagonismo militar e político em África, capacitado muito provavelmente pela cooperação

técnico militar portuguesa ameaçando quiçá a liderança nigeriana em África.

Por último também entendemos que poderá interessar à Nigéria, a existência de estados “fracos” como a Guiné-Bissau e em certa medida São Tomé e Príncipe, para permitir um melhor controlo nigeriano de toda a região. Este facto ao nível dos recursos naturais, nomeadamente do petróleo é também muito importante para as empresas nigerianas, muitas delas detidas por políticos nigerianos, para que estas possam tirar o maior proveito dos seus recursos. Entendemos que o desejo português seja contrário ao nigeriano e que através da CPLP, Portugal tem procurado fortalecer todos os Estados que integram a CPLP para assim se projectarem na cena internacional, salvaguardando os seus interesses particulares e os interesses da lusofonia.

Conclusões e recomendações

Conclusões

Resta-nos, apresentar as respostas ao problema inicialmente colocado e que decorreram da verificação dos resultados face às hipóteses estabelecidas. O objectivo proposto com este trabalho foi o caracterizar da relação energética entre Portugal e a Nigéria e ainda analisar sucintamente as relações entre a Nigéria e países africanos da CPLP ao nível político e militar, verificando eventuais implicações para Portugal. Os países africanos da CPLP que caracterizámos foram Angola, São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau. Como objectivo específico, avaliámos os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças das relações bilaterais entre Portugal e a Nigéria e entre este país e os já referidos três países africanos de forma a tirar ilações para Portugal no campo energético e no campo político e militar para a participação portuguesa na CPLP.

Para cumprirmos o objectivo proposto propusemo-nos responder à seguinte questão central: **Qual o contributo energético Nigeriano para Portugal e como é percebida por Portugal a influência política e militar da Nigéria no âmbito dos países da CPLP?** O modelo de análise que nos guiou e que nos permitiu encontrar respostas a esta questão, apoia-se em seis hipóteses de trabalho, as quais procurámos testar ao longo do presente estudo.

Face à metodologia por nós aplicada, entendemos que a Nigéria é um Estado com elevadas potencialidades e dificuldades, rico em recursos energéticos e com pouca evolução económica e social. Possui uma governação ineficaz em muitos aspectos, pois subsistem grandes problemas por resolver. Aspira a ser considerada como uma potência hegemónica regional e apresenta elevada estabilidade interna. Esta instabilidade é visível devido aos movimentos subversivos de natureza separatista, à pirataria e aos confrontos étnicos que grassam pelo país, designadamente entre o Norte do país, maioritariamente muçulmano e o Sul do país, maioritariamente cristão. Os governantes nigerianos também se caracterizam pela corrupção e existe ingerência militar na governação. Estes são factos que induzem uma constante luta pelo poder e pelo controlo dos recursos internos, o que nos indica que a *Hipótese 1, a actual situação política e militar da Nigéria é instável e indutora de elevado grau de incerteza, devido fundamentalmente à luta pelo poder* foi validada.

Como vimos, a instabilidade interna é uma constante e não é só política, comprovada mais uma vez pela recente onda de violência pós eleitoral no Norte do país

principalmente nos estados islâmicos de Adamawa, Bauchi, Jigawa, Kaduna, Kano, Sokoto, Yobe e Katsina, onde houve violência contra a vitória do presidente Goodluck Jonathan, um político cristão do PDP (Anexo H), isto apesar dos observadores eleitorais da CEDEAO e da UA considerarem livres, justas e transparentes as eleições presidenciais na Nigéria, segundo notícia do sítio na internet África 21¹⁸.

A resistência armada, especialmente no delta do Rio Níger, onde se situam a maior parte das indústrias petrolíferas nigerianas e internacionais, tem causado inúmeros prejuízos e levado a uma quebra acentuada da produção. Este facto aliado à maior parte das infra-estruturas petrolíferas nigerianas serem marítimas e portanto extremamente vulneráveis a ataques e sabotagens faz com que a Nigéria veja a sua posição de maior produtor energético ameaçada na África subsaariana por Angola, que por sua vez possui um ambiente interno mais estável para as empresas petrolíferas operarem. Concluimos que *a Hipótese 2, a situação energética nigeriana está em declínio devido à instabilidade produtiva provocada pela insegurança*, é válida.

Energeticamente Portugal é caracterizado por uma forte dependência externa, com uma reduzida diversificação da oferta energética primária, aliada à escassez de recursos próprios, que conduz a uma enorme vulnerabilidade do sistema energético português às flutuações dos preços internacionais, nomeadamente do preço do petróleo, exigindo esforços no sentido de aumentar a diversificação.

A Nigéria surge-nos como um elemento potenciador para a diversificação energética. A estratégia energética portuguesa inclui o desiderato da busca da diversificação energética como uma meta a atingir, o que indicia a inevitabilidade da manutenção por parte de Portugal de boas relações bilaterais e multilaterais com países como a Nigéria para assegurar a diversificação do fornecimento energético a Portugal e consequentemente aumentar a sua segurança energética. Esta política energética portuguesa também se enquadra nos objectivos mais amplos da política energética europeia. Face ao que ficou explícito somos levados a validar a *Hipótese 3* levantada por nós, ou seja *Portugal está num processo de diversificação energética, tentando complementar as suas principais fontes energéticas com novos fornecedores internacionais e por isso Portugal tem vantagens em ter a Nigéria como fornecedor energético*.

¹⁸ Notícia disponível em <http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=11795890&canal=401>, acedida em 25 de Abril de 2011.

Em relação aos benefícios e riscos da relação energética com a Nigéria executamos uma análise SWOT que procurámos fundamentar o melhor possível. Identificámos claramente algumas forças, fraquezas, ameaças e oportunidades e somos levados a validar a *Hipótese 4, o principal benefício para Portugal é a diversificação energética e o principal risco é a instabilidade nigeriana* pois Portugal através da Nigéria reduz significativamente a sua dependência energética da Eurásia mas tem que assumir um risco causado pela pirataria, grupos subversivos, corrupção e lutas pelo poder que condicionam todo o ambiente interno nigeriano.

A posição geoestratégica do golfo da Guiné, onde se situa a Nigéria, assume-se cada vez mais como tendo a maior importância para os EUA, que num cenário pós 11 de Setembro de 2001, tem procurado diversificar as suas fontes e origens do petróleo para diminuir a sua dependência dos países árabes do médio oriente. Tanto a Nigéria como Portugal já perceberam este novo contexto mundial, no entanto enquanto Portugal considera se constituir como o motor da CPLP devido ao papel que desempenhou e tem desempenhado junto da ONU, UE e NATO na defesa e projecção dos interesses dos países da CPLP, a Nigéria, ao invés, pensa assumir através do seu enorme potencial humano e também através da adopção duma política que lhe garanta o controlo em toda a região do Golfo da Guiné, ou seja, enquanto uns pensam em cooperação, os outros pensam em hegemonia. Claramente decidimos não validar a *Hipótese 5, os interesses Portugueses e nigerianos nos países africanos da CPLP são coincidentes*.

No que diz respeito à cooperação militar nigeriana com os países africanos da CPLP, esta ainda há pouco tempo se manifestou, através de uma proposta do governo nigeriano, que pretendia através da CEDEAO forçar a nível político e militar a resolução do conflito na Guiné-Bissau, alegando um pedido da anterior presidência da Guiné. Assim, foi proposto um contingente militar nigeriano, sob a égide da CEDEAO com a missão de estabilizar o país. No entanto, este facto foi prontamente negado e desmentido pelo presidente guineense, tendo inclusivamente Angola se disponibilizado para ajudar a Guiné-Bissau na resolução dos seus problemas internos, o que foi aceite. Face a este recente acontecimento e a todo um passado sem qualquer tipo de ligação entre países entendemos não validar a *Hipótese 6* que nos indicava que *a cooperação militar nigeriana com os países africanos da CPLP é possível no curto e médio prazo*.

Por último entendemos que apesar do enorme contributo energético nigeriano para Portugal, toda a sua influência tem sido percebida por Portugal pois as potencialidades e as

dificuldades no golfo da Guiné têm sido debatidas em diversos contextos. Como prova do interesse português surge o estímulo para a adopção de alguns instrumentos para fortalecer a segurança nos países da CPLP, no sentido destes criarem uma capacidade própria de defesa e segurança. Também através do Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), Portugal entende o papel das ORA, pois neste programa se aponta a cooperação com organizações regionais e sub-regionais africanas como sendo extremamente importante para que Portugal devido, entre outros factores, ao renovado interesse que África tem merecido por parte da Comunidade Internacional, fundado no princípio do “African Ownership”.

Recomendações

Face às constatações evidenciadas neste trabalho entendemos fazer algumas recomendações que no nosso entender são passíveis de se considerar sobre esta temática. Sob o ponto de vista energético e baseando-nos principalmente na análise das oportunidades encontradas, nos benefícios e riscos da relação energética portuguesa com a Nigéria e partindo do pressuposto de que estas poderão fazer crescer a relação bilateral com este país, salientamos aquelas que economicamente nos permitirão chegar mais além. Neste sentido, ressaltamos as oportunidades que residem na rota marítima do Atlântico Sul que urge potenciar do lado português através da modernização dos nossos portos, criação de uma capacidade de armazenamento de gás ainda maior e melhoria das interligações por gasoduto com a Espanha, que possam tornar Portugal num *hub* para as exportações de gás nigeriano para a Europa. Esta estratégia nacional potencia a relação com a Nigéria no campo energético e alivia por essa via o cerco energético Russo à Europa.

Outra recomendação que nos atrevemos a sugerir, passa pela utilização da Nigéria enquanto mercado para as nossas exportações, designadamente no campo da energia verde através da exportação de tecnologia hidroeléctrica portuguesa, pois a Nigéria tem ainda um sector hidroeléctrico com pouca expressão, face ao potencial da sua rede hidrográfica. Esta aposta permitiria reduzir o desequilíbrio comercial entre os dois países e mitigaria também alguns dos impactos ambientais resultantes da quase total dependência nigeriana de combustíveis fósseis.

No que diz respeito à distribuição energética, na Nigéria apenas 36% da sua população tem acesso à energia eléctrica e pensamos que aqui também reside uma oportunidade para a exportação de tecnologia portuguesa assim como de bens e serviços.

Portugal também poderia rentabilizar junto da Nigéria utilizando o seu Know How na diversificação das fontes de energia eléctrica, como a eólica e a fotovoltaica, além da hídrica e conseguir através das instâncias governamentais acordos que permitam às empresas portuguesas entrarem no mercado nigeriano e deste modo reduzirmos o défice que apresentamos na balança comercial com a Nigéria.

Sob o ponto de vista da influência política e militar nigeriana nos países africanos da CPLP resta-nos recomendar a manutenção e se possível incremento do espírito de cooperação e sã convivência com a CPLP e com os seus membros, a subsistência das acções conducentes à salvaguarda da segurança e da paz nos países africanos da CPLP e a continuação na observação e monitorização das actividades das Organizações Regionais Africanas. Ainda referente a este aspecto parece-nos importante utilizar o Curso de Estudos Africanos do IESM alargando-o a países com a Nigéria de forma a promover a cooperação e a boa governação em África, sabendo nós que este é um dos pontos fracos da Nigéria e diríamos mesmo da África.

Por último, entendemos que uma maior, melhor e mais aprofundada análise das oportunidades decorrentes do relacionamento português com a Nigéria, através dum futuro trabalho com maior envergadura poderá conduzir a conclusões mais assertivas que poderão ajudar Portugal a dinamizar as suas relações este importante países da África ocidental.

Bibliografia

APOSTOLADO (2008). Comissão do Golfo da Guiné quer MONUC mais eficaz. [em linha]. [Referência de 7 de Abril de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.apostolado-angola.org/articleview.aspx?id=2386>>

BERBÉM, António (2001). O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada. Lisboa: ISCSP

BLUME, Till, MAYR, Matthias (2009). Peace and Security in West Africa: Supporting Regional Organizations. First publ. in Regional Leaders in the Global Security Arena: Interests, Strategies and Capabilities; 11 th New Faces Conference, 31 March – 2 April 2008, Berlin, Germany/David Bosold, Kathrin Brockmann (eds.). Berlin: DGAP, 2009, pp. 85-97 (=DGAP-Bericht; 14). [em linha]. [Referência de 3 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://kops.ub.uni-konstanz.de/volltexte/2010/10690/pdf/2009_DGAP_WestAfrica_Blume.pdf>.

BONIFACE, Pascal (1996). Dicionário das Relações Internacionais. Lisboa: Plátano Edições Técnicas

BARROS, Manuel (2003). Conferência: Existe alguma possibilidade de no Golfo da Guiné se desenvolver uma política regional de petróleo? Apresentada na Conferência Internacional da Fundação Friedrich Ebert, em Yaoundé, nos Camarões: Política Petrolífera no Golfo da Guiné: Segurança e Conflito, Crescimento Económico, Desenvolvimento Social. Centro de Estudos Estratégicos de Angola: 3 de Outubro de 2003

BERNARDINO, Luís (2008). Políticas de Segurança e Defesa em África e para África. O papel das organizações regionais africanas. [em linha]. [referência de 5 de Abril de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=289>>

BES (2009). Banco Espírito Santo. Espirito Santo Research. Research Sectorial. Caracterização Sócio Económica Nigéria. [em linha]. [referência de 9 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=a573e51a-4979-46eb-b0fe>.pt>

BP (2010). Statistical Review of World Energy June 2010. [em linha]. [referência de 2 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2008/STAGING/local_assets/2010_downloads/statistical_review_of_world_energy_full_report_2010.pdf>

CIA (2011). The World Fact Book. África. Nigéria. [em linha]. [referência de 2 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>>

COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO) (2007a). [em linha]. Abuja: Descobrir a CEDEAO. [referência de 2 de Março de 2011]. Disponível na internet em : < <http://www.comm.ecowas.int>>.

COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO) (2007b). [em linha]. Abuja: TREATY OF ECOWAS. [referência de 6 de Abril de 2011]. Disponível na internet em : <<http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=treaty&lang=en>>.

COUTO, Abel Cabral (1988) - Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso. Lisboa: IAEM.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA (1999). [em linha]. [referência de 12 de Novembro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.nigeria-law.org/ConstitutionOfTheFederalRepublicOfNigeria.htm>>

COUNTRY STUDIES US (2011). Nigéria. Foreign Relations. [em linha]. [referência de 3 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://countrystudies.us/nigeria/80.htm>>

CPLP (2007). Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. [em linha]. [referência de 6 de Abril de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=49>>

CPLP (2008). Construindo a Comunidade, 12 Anos de vitalidade e dinamismo. Lisboa: Europress – Editores e Distribuidores de Publicações Lda.

CRISIS GROUP AFRICA (2006). Fuelling the Níger delta Crisis. Report N°118 – 28 Setemember 2006. Crisis Group.

CRISIS GROUP AFRICA (2010). Northern nigeria: background to conflict. Africa. Report N°168 – 20 December 2010. Crisis Group.

DGEG (2011). Direcção Geral de Energia e Geologia. Caracterização Energética Nacional. [em linha]. [referência de 8 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.dgge.pt/>>

DOUGHERTY, James E., PFALTZGRAFF Jr., Robert L. (2003). Relações Internacionais. As teorias em confronto. Lisboa: Gradiva – Publicações Lda.

ENE 2020 (2010). Diário da República, 1ª série – nº73 – 15de Abril de 2010, páginas 1289 a 1296. Resolução do Conselho de Ministros nº29/2010. Estratégia Nacional para a Energia com o horizonte 2020. Lisboa: Assembleia da República

EGREP (2011). Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos. . [em linha]. [Lisboa]. [referência de 09 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.erse.pt/pt/Paginas/home.aspx>>

ERSE (2011). Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. [em linha]. [Lisboa]. [referência de 09 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.egrep.pt/#>>

EXPRESSO [em linha]. [Lisboa]. Economia, Gás: Argélia, Níger e Nigéria assinam acordo para construção de gasoduto trans-sariano [referência de 31 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.aeiou.expresso.pt/gas-argelia-niger-e-nigeria-assinam-acordo-para-construcao-de-gasoduto-trans-sariano=f524393>>

EUROPEAN COMMUNITIES (2007) Nigeria and the European Union Trade for Development. An Introduction to the Economic Partnership Agreement. Luxemburgo, European Communities.

GALP ENERGIA (2008). Galp Energia Relatório e Contas: Do Sucesso para Novos Desafios. Lisboa: Galp

GALP ENERGIA (2009). Galp Energia Relatório e Contas: Do Sucesso para Novos Desafios. Lisboa: Galp

GALP ENERGIA [em linha]. [Lisboa]. Aproveitamento [referência de 31 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.Galpenergia/.../Aproveitamento/...>>

HILL, Jonathan (2010). Sufism in Northern Nigeria: Force for Counter Radicalization. [SI]. US Army War College: Strategic Studies Institute

Icep Portugal - Investimento Comércio e Turismo (2006). Nigéria: Ficha de Mercado. Unidade de Conhecimento de Mercado. Lisboa: Icep Portugal.

INE (2011). Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas do Comércio Internacional 1993-2009. Edição 2010. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INFOGLOBAL (2011). Angola e Nigéria aprofundam relações. [em linha]. [referência de 19 de Abril de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.info-angola.ao/index2.php?option=com_content&task=emailform&id=2680&itemid=898/>

JOINT DEVELOPMENT AUTHORITY (2011). Introdução à Joint Development Zone (JDZ). [em linha]. [referência de 03 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.nigeriasaotomejda.com/>>

LEAL, João (2010). Visão Prospectiva das Actividades Complementares das Forças Armadas no Âmbito da CPLP. Trabalho de Investigação Individual, CEMC 2009/2010. Lisboa: IESM.

LIBRARY OF THE CONGRESS. 2008. Federal Research Division, Country Profile: Nigeria. [em linha]. [referência de 11 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://memory.loc.gov/frd/cs/profiles/Nigeria.pdf>>

MBENDI, (2011). Electric Power Overview in Nigeria. . [em linha]. [referência de 18 de Abril de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.mbendi.com/indy/powr/af/ng/p0005.htm>>

MEID, (2011). Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento. [em linha]. [Lisboa]. [referência de 09 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.min-economia.pt/innerPage.aspx?idCat=51&idMasterCat=13&idLang=1>>

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (2006). Uma visão estratégica para a cooperação Portuguesa. [em linha]. [Lisboa]. [referência de 19 de Abril de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf>

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (2009). Portugal na União Europeia. Lisboa: Direcção Geral dos Assuntos Europeus

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (2011). Política Externa. África Subsariana. [em linha]. [Lisboa]. [referência de 09 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.mne.gov.pt/mne/pt/infopolitica/polexternas/>>

MENEZES, Aires Bruzaca de (2008). Os desafios de integração para um pequeno país africano insular e periférico. São Tomé e Príncipe. Comunicação efectuada na IV Reunião dos Economistas da Comunidade da Países de Língua Portuguesa.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2006). Programa de Apoio às Missões de Paz em África. [em linha]. [referência de 19 de Abril de 2011]. Disponível na Internet em: <http://ema.marinha.pt/PT/actividade/programas/Documents/PAMPA.pdf>>

MOYOSORE, Akin-Ojo (2010). The military Dimension of the Niger Delta Crisis: Increasing the Effectiveness of Security Forces Through Information Operations. Fort Leavenworth, Kansas: U.S. Army Command and General Staff College

NATIONAL GEOGRAPHIC (2005). Atlas. África I. Espanha: The National Geographic Society

NIGERIA-SÃO TOME E PRINCIPE JOINT DEVELOPMENT ZONE [em linha]. [Lisboa]. [referência de 17 de Novembro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.nigeriasaotomejda.com/>>

NYE Jr., Joseph S. (2002). Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História. Lisboa: Gradiva – Publicações Lda.

OJE (2010). [em linha]. [Lisboa]. Notícias de África [referência de 31 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.oje.pt/noticias/africa/forcas-armadas-da-cedeao-analisam-questoes-militares-da-sub-regiao>>

ONU (2011). United Nations. PeaceKeeping. Troop and police contributors archive (2000-2010). [em linha]. [Referência de 2 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors_archive.shtml

RAIMUNDO, António, PAIS, Rita (2005). Relatório: as relações europa-áfrica: o caso de São Tomé e Príncipe. IEEI: Universidade de Aveiro.

PERCIVAL, Bas, VALK, Benjamim, GEUNS, Lucia van (2009). Gambling in Sub-Saharan Africa. Energy Security through the Prism of Sino-African Relations. The Hague: Netherlands Institute of International Relations

PLOCH, Lauren (2010). Report for Congress: Nigeria: Current Issues. [S.I.]: Congressional Research Services

PORTUGAL DIGITAL (2010). [em linha]. [Lisboa]. [Referência de 5 de Novembro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=10982732>

PÚBLICO (2010). [em linha]. [Lisboa]. Nigéria rejeita decisão do TIJ sobre a península de Bakassi [referência de 05 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.publico.pt/Mundo/nigeria-rejeita-decisao-do-tij-sobre-peninsula-de-bakassi_191471>

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 2ª Edição. Lisboa. Gradiva

ROHR, Mathieu von (2008). São Tomé e Príncipe: como roubar uma nação africana. Tradução de George El Khouri Andolfato em 19 de Abril de 2008. Der Spiegel

ROWELL, Andy, MARRIOTT, James, STOCKMAN, Lorne (2005). The next Gulf. London, Washington and Oil Conflict in Nigeria. EU: Constable & Robinson Ltd.

THE WORLD BANK [em linha]. [Lisboa]. Crescimento do Produto Interno Bruto [referência de 31 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>

UNFPA. 2011. Country Profile: Nigeria. [em linha]. [referência de 1 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.unfpa.org/public/_ns/YWRleGVyby1mZC1wb3J0bGV0OjpkZXhlcml8tZmQtY3Rpb249MT12aWV3RGF0YVZpZXc_/cache/bypass/appid/31>

UNIÃO AFRICANA (2009). Plano Estratégico 2009-2012. [em linha]. [referência de 18 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: http://www.au.int/en/sites/default/files/Strategic_Plan2009-2012.pdf>

UNIÃO EUROPEIA (2011). Energy 2020 – A strategy for competitive, sustainable and secure energy. . [em linha]. [referência de 17 de Abril de 2011]. Disponível na Internet em: http://ec.europa.eu/energy/strategies/2010/2020_en.htm>

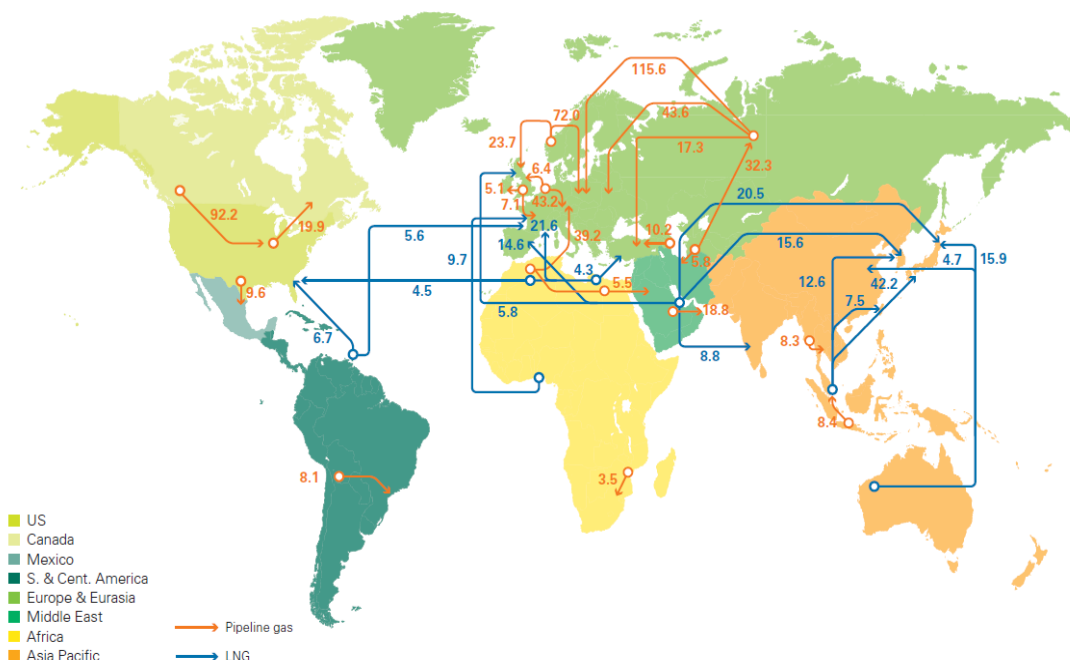
VITORIANO, José, PEREIRA, Maria, LUCENA, Maria (1998). História da África Ocidental. Lisboa: ISCSP

Anexo A – Produção energética nigeriana

Figura 1 – As mais importantes trocas comerciais de gás natural

Major trade movements

Trade flows worldwide (billion cubic metres)

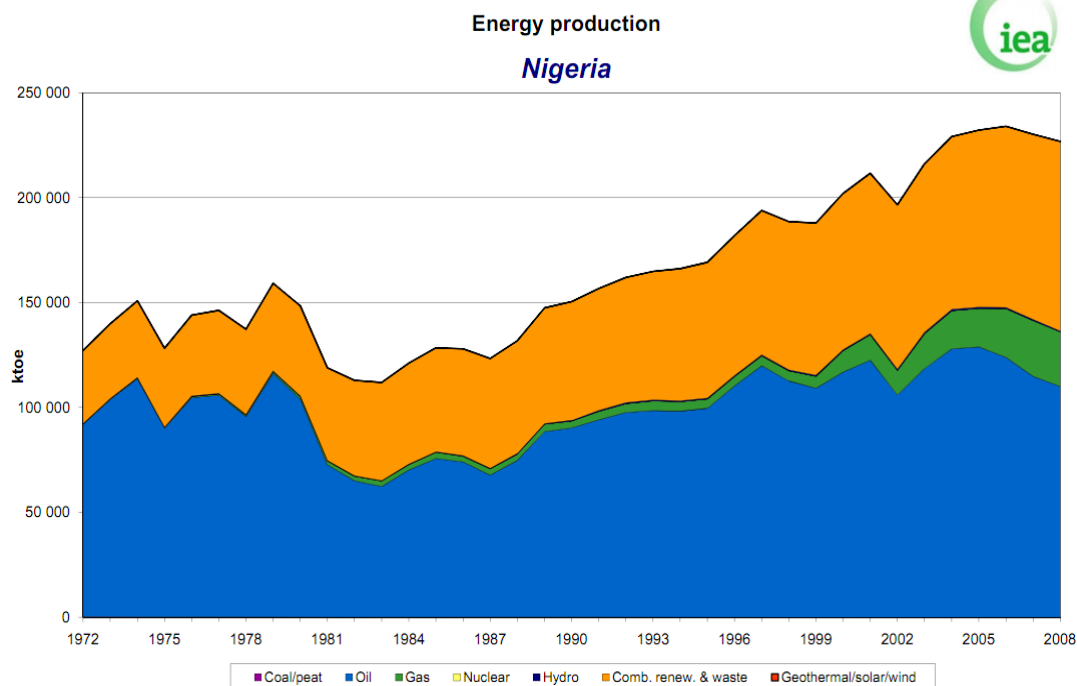


(Fonte: BP - statistical_review_of_world_energy_full_report_2010)

Figura 2 – Produção de energia na Nigéria (1972-2008)

IEA Energy Statistics

Statistics on the Web: <http://www.iea.org/statist/index.htm>



© OECD/IEA 2010

For more detailed data, please consult our on-line data service at <http://data.iea.org>.

(Fonte: http://www.iea.org/stats/pdf_graphs/NGPROD.pdf, acedido em 2 de Fevereiro de 2011)

Figura 3 – Reservas de petróleo provadas 1999-2009



Proved reserves

	At end 1999 Thousand million barrels	At end 1999 Thousand million barrels	At end 2009 Thousand million barrels	Thousand million tonnes	At end 2009 Thousand million barrels	Share of total	R/P ratio
US	34.3	29.7	28.4	3.4	28.4	2.1%	10.8
Canada	11.6	18.3	33.2	5.2	33.2	2.5%	28.3
Mexico	52.0	21.5	11.9	1.6	11.7	0.9%	10.8
Total North America	97.9	69.5	73.4	10.2	73.3	5.5%	15.0
Argentina	2.2	3.1	2.5	0.3	2.5	0.2%	10.2
Brazil	2.8	8.2	12.8	1.8	12.9	1.0%	17.4
Colombia	2.0	2.3	1.4	0.2	1.4	0.1%	5.4
Ecuador	1.4	4.4	6.5	0.9	6.5	0.5%	36.1
Peru	0.8	0.9	1.1	0.2	1.1	0.1%	21.1
Trinidad & Tobago	0.6	0.8	0.8	0.1	0.8	0.1%	15.1
Venezuela	58.0	76.8	172.3	24.8	172.3	12.9%	*
Other S. & Cent. America	0.6	1.3	1.4	0.2	1.4	0.1%	26.8
Total S. & Cent. America	69.5	97.8	198.9	28.5	198.9	14.9%	80.6
Azerbaijan	n/a	1.2	7.0	1.0	7.0	0.5%	18.6
Denmark	0.6	0.9	0.8	0.1	0.9	0.1%	9.5
Italy	0.8	0.9	1.0	0.1	0.9	0.1%	27.2
Kazakhstan	n/a	25.0	39.8	5.3	39.8	3.0%	64.9
Norway	8.4	10.9	7.5	0.9	7.1	0.5%	8.3
Romania	1.2	1.2	0.5	0.1	0.5	*	14.2
Russian Federation	n/a	59.2	74.3	10.2	74.2	5.6%	20.3
Turkmenistan	n/a	0.5	0.6	0.1	0.6	*	8.0
United Kingdom	3.8	5.0	3.1	0.4	3.1	0.2%	5.8
Uzbekistan	n/a	0.6	0.6	0.1	0.6	*	15.2
Other Europe & Eurasia	68.4	2.3	2.1	0.3	2.2	0.2%	14.9
Total Europe & Eurasia	84.2	107.8	137.2	18.5	136.9	10.3%	21.2
Iran	92.9	93.1	137.6	18.9	137.6	10.3%	89.4
Iraq	100.0	112.5	115.0	15.5	115.0	8.6%	*
Kuwait	97.1	96.5	101.5	14.0	101.5	7.6%	*
Oman	4.3	5.7	5.6	0.8	5.6	0.4%	18.9
Qatar	4.5	13.1	26.8	2.8	26.8	2.0%	54.7
Saudi Arabia	260.1	262.8	264.1	36.3	264.6	19.8%	74.6
Syria	2.0	2.3	2.5	0.3	2.5	0.2%	18.2
United Arab Emirates	96.1	97.8	97.8	13.0	97.8	7.3%	*
Yemen	2.0	1.9	2.7	0.3	2.7	0.2%	24.5
Other Middle East	0.1	0.2	0.1	†	0.1	*	8.4
Total Middle East	681.0	685.8	753.7	102.0	754.2	56.6%	84.8
Algeria	9.2	11.3	12.2	1.5	12.2	0.9%	18.5
Angola	2.1	5.1	13.5	1.8	13.5	1.0%	20.7
Chad	—	—	0.9	0.1	0.9	0.1%	20.9
Republic of Congo (Brazzaville)	0.7	1.7	1.9	0.3	1.9	0.1%	19.4
Egypt	4.3	3.8	4.2	0.6	4.4	0.3%	16.2
Equatorial Guinea	—	0.6	1.7	0.2	1.7	0.1%	15.2
Gabon	1.0	2.6	3.7	0.5	3.7	0.3%	44.1
Libya	22.8	29.5	44.3	5.8	44.3	3.3%	73.4
Nigeria	16.0	29.0	37.2	5.0	37.2	2.8%	49.5
Sudan	0.3	0.3	6.7	0.9	6.7	0.5%	37.5
Tunisia	1.8	0.3	0.6	0.1	0.6	*	18.4
Other Africa	0.9	0.7	0.6	0.1	0.6	*	11.0
Total Africa	58.1	84.7	127.5	16.9	127.7	9.6%	36.0
Australia	3.1	4.7	4.2	0.5	4.2	0.3%	20.7
Brunei	1.2	1.3	1.1	0.1	1.1	0.1%	17.6
China	16.0	15.1	14.8	2.0	14.8	1.1%	10.7
India	4.3	5.0	5.8	0.8	5.8	0.4%	21.1
Indonesia	5.1	5.2	3.7	0.6	4.4	0.3%	11.8
Malaysia	3.7	5.0	5.5	0.7	5.5	0.4%	20.4
Thailand	0.2	0.4	0.5	0.1	0.5	*	3.8
Vietnam	0.1	1.8	4.7	0.6	4.5	0.3%	35.7
Other Asia Pacific	0.9	1.4	1.4	0.2	1.3	0.1%	11.2
Total Asia Pacific	34.7	39.9	41.7	5.6	42.2	3.2%	14.4
Total World	1006.4	1085.6	1332.4	181.7	1333.1	100.0%	45.7
of which: European Union	7.7	9.0	6.1	0.8	6.3	0.5%	8.2
OECD	116.4	93.3	91.3	12.4	90.8	6.8%	13.5
OPEC	763.2	831.9	1028.8	140.4	1029.4	77.2%	85.3
Non-OPEC†	175.8	166.4	180.6	24.6	180.9	13.6%	14.7
Former Soviet Union	67.3	87.2	123.0	16.7	122.9	9.2%	25.5
Canadian oil sands*	n/a	163.3	143.3	23.3	143.3		
Proved reserves and oil sands	n/a	1248.9	1475.7	205.0	1476.4		

*More than 100 years.

†Less than 0.05.

*Less than 0.05%.

†Excludes Former Soviet Union.

*Remaining established reserves, less reserves 'under active development'.

Notes: Proved reserves of oil – Generally taken to be those quantities that geological and engineering information indicates with reasonable certainty can be recovered in the future from known reservoirs under existing economic and operating conditions. Reserves-to-production (R/P) ratio – If the reserves remaining at the end of any year are divided by the production in that year, the result is the length of time that those remaining reserves would last if production were to continue at that rate. Source of data – The estimates in this table have been compiled using a combination of primary official sources, third-party data from the OPEC Secretariat, World Oil, Oil & Gas Journal and an independent estimate of Russian reserves based on information in the public domain. Canadian proved reserves include an official estimate of 27.1 billion barrels for oil sands 'under active development'. Venezuelan reserves are taken from the OPEC Annual Statistical Bulletin, which notes that the figure includes 'proven reserves of the Magma Reserve Project in the Orinoco Belt, which amounted to 94,168mb in 2008'. Reserves include gas condensate and natural gas liquids (NGLs) as well as crude oil. Annual changes and shares of total are calculated using thousand million barrels figures.

(Fonte: BP - statistical_review_of_world_energy_full_report_2010)

(Fonte: BP - statistical review of world energy full report 2010)

Figura 5 – Preço dos barris de petróleo em dólares 1972-2009

 **Spot crude prices**

US dollars per barrel	Dubai \$/bbl*	Brent \$/bbl†	Nigerian Forcados \$/bbl	West Texas Intermediate \$/bbl‡
1972	1.90	—	—	—
1973	2.83	—	—	—
1974	10.41	—	—	—
1975	10.70	—	—	—
1976	11.63	12.80	12.87	12.23
1977	12.38	13.92	14.21	14.22
1978	13.03	14.02	13.65	14.55
1979	29.75	31.61	29.25	25.08
1980	35.69	36.83	36.98	37.96
1981	34.32	35.93	36.18	36.08
1982	31.80	32.97	33.29	33.65
1983	28.78	29.55	29.54	30.30
1984	28.06	28.78	28.14	29.39
1985	27.53	27.56	27.75	27.98
1986	13.10	14.43	14.46	15.10
1987	16.95	18.44	18.39	19.18
1988	13.27	14.92	15.00	15.97
1989	15.62	18.23	18.30	19.68
1990	20.45	23.73	23.85	24.50
1991	16.63	20.00	20.11	21.54
1992	17.17	19.32	19.61	20.57
1993	14.93	16.97	17.41	18.45
1994	14.74	15.82	16.25	17.21
1995	16.10	17.02	17.26	18.42
1996	18.52	20.67	21.16	22.16
1997	18.23	19.09	19.33	20.61
1998	12.21	12.72	12.62	14.39
1999	17.25	17.97	18.00	19.31
2000	26.20	28.50	28.42	30.37
2001	22.81	24.44	24.23	25.93
2002	23.74	25.02	25.04	26.16
2003	26.78	28.83	28.66	31.07
2004	33.64	38.27	38.13	41.49
2005	49.35	54.52	55.69	56.59
2006	61.50	65.14	67.07	66.02
2007	68.19	72.39	74.48	72.20
2008	94.34	97.26	101.43	100.06
2009	61.39	61.67	63.35	61.92

*1972-1985 Arabian Light, 1986-2009 Dubai dated.
†1976-1983 Forties, 1984-2009 Brent dated.
‡1976-1983 Posted WTI prices, 1984-2009 Spot WTI (Cushing) prices.

Source: Platts.

(Fonte: BP - statistical_review_of_world_energy_full_report_2010)

Figura 6 – Preço do gás natural em dólares 1984-2009

 **Prices**

US dollars per million Btu	LNG Japan cif	Natural gas				Crude oil OECD countries cif
		Average German Import Price*	Heren NBP Index†	US Henry Hub‡	Canada Alberta‡	
1984	5.10	4.00	—	—	—	5.00
1985	5.23	4.25	—	—	—	4.75
1986	4.10	3.93	—	—	—	2.57
1987	3.35	2.55	—	—	—	3.09
1988	3.34	2.22	—	—	—	2.56
1989	3.28	2.00	—	1.70	—	3.01
1990	3.64	2.78	—	1.64	1.05	3.82
1991	3.99	3.19	—	1.49	0.89	3.33
1992	3.62	2.69	—	1.77	0.98	3.19
1993	3.52	2.50	—	2.12	1.69	2.82
1994	3.18	2.35	—	1.92	1.45	2.70
1995	3.46	2.39	—	1.69	0.89	2.96
1996	3.66	2.46	1.87	2.76	1.12	3.54
1997	3.91	2.64	1.96	2.53	1.36	3.29
1998	3.05	2.32	1.86	2.08	1.42	2.16
1999	3.14	1.88	1.58	2.27	2.00	2.98
2000	4.72	2.89	2.71	4.23	3.75	4.83
2001	4.64	3.66	3.17	4.07	3.61	4.08
2002	4.27	3.23	2.37	3.33	2.57	4.17
2003	4.77	4.06	3.33	5.63	4.83	4.89
2004	5.18	4.32	4.46	5.85	5.03	6.27
2005	6.05	5.88	7.38	8.79	7.25	8.74
2006	7.14	7.85	7.87	6.76	5.83	10.66
2007	7.73	8.03	6.01	6.95	6.17	11.95
2008	12.55	11.56	10.79	8.85	7.99	16.76
2009	9.06	8.52	4.85	3.89	3.38	10.41

*Source: 1984-1990 German Federal Statistical Office, 1991-2009 German Federal Office of Economics and Export Control (BAFA).
†Source: Heren Energy Ltd.
‡Source: Energy Intelligence Group, *Natural Gas Week*.
Note: Btu = British thermal units; cif = cost+insurance+freight (average prices).

(Fonte: BP - statistical_review_of_world_energy_full_report_2010)

Figura 7 – Reservas de gás natural provadas 1999-2009



Proved reserves

	At end 1999 Trillion cubic metres	At end 1999 Trillion cubic metres	At end 2008 Trillion cubic metres	Trillion cubic feet	At end 2009 Trillion cubic metres	Share of total	R/P ratio
US	4.73	4.74	6.93	244.7	6.93	3.7%	11.7
Canada	2.73	1.72	1.75	62.0	1.75	0.9%	10.9
Mexico	2.06	0.86	0.50	16.8	0.48	0.3%	8.2
Total North America	9.52	7.32	9.18	323.4	9.16	4.9%	11.3
Argentina	0.67	0.73	0.40	13.2	0.37	0.2%	9.1
Bolivia	0.12	0.52	0.71	25.1	0.71	0.4%	57.9
Brazil	0.11	0.23	0.36	12.7	0.36	0.2%	30.4
Colombia	0.11	0.19	0.11	4.4	0.12	0.1%	11.8
Peru	0.34	0.25	0.25	11.2	0.32	0.2%	91.3
Trinidad & Tobago	0.29	0.61	0.44	15.4	0.44	0.2%	10.7
Venezuela	2.99	4.15	4.98	200.1	5.67	3.0%	*
Other S. & Cent. America	0.17	0.14	0.07	2.5	0.07	*	19.7
Total S. & Cent. America	4.90	6.81	7.32	284.6	8.06	4.3%	53.2
Azerbaijan	n/a	1.23	1.31	46.3	1.31	0.7%	88.8
Denmark	0.11	0.14	0.06	2.3	0.06	*	7.6
Germany	0.29	0.23	0.10	2.7	0.08	*	6.4
Italy	0.30	0.19	0.06	2.3	0.06	*	9.6
Kazakhstan	n/a	1.78	1.82	64.4	1.82	1.0%	56.6
Netherlands	1.57	1.55	1.14	38.3	1.09	0.6%	17.3
Norway	1.73	1.25	2.22	72.3	2.05	1.1%	19.8
Poland	0.16	0.15	0.11	3.8	0.11	0.1%	26.6
Romania	0.13	0.35	0.63	22.2	0.63	0.3%	57.9
Russian Federation	n/a	42.44	43.30	1567.1	44.38	23.7%	84.1
Turkmenistan	n/a	2.59	8.10	286.2	8.10	4.3%	*
Ukraine	n/a	1.01	0.98	34.7	0.98	0.5%	51.0
United Kingdom	0.56	1.27	0.29	10.3	0.29	0.2%	4.9
Uzbekistan	n/a	1.58	1.68	59.4	1.68	0.9%	26.1
Other Europe & Eurasia	47.41	0.43	0.45	15.7	0.44	0.2%	46.6
Total Europe & Eurasia	52.28	56.17	62.26	2229.1	63.09	33.7%	64.8
Bahrain	0.18	0.12	0.09	3.0	0.09	*	6.7
Iran	17.00	25.00	29.61	1045.7	29.61	15.8%	*
Iraq	3.12	3.29	3.17	111.9	3.17	1.7%	*
Kuwait	1.40	1.48	1.78	63.0	1.78	1.0%	*
Oman	0.28	0.83	0.98	34.6	0.98	0.5%	39.6
Qatar	4.62	11.16	25.37	895.8	25.37	13.5%	*
Saudi Arabia	5.22	6.15	7.57	279.7	7.92	4.2%	*
Syria	0.16	0.24	0.28	10.0	0.28	0.2%	48.9
United Arab Emirates	5.65	6.00	6.43	227.1	6.43	3.4%	*
Yemen	0.20	0.48	0.49	17.3	0.49	0.3%	*
Other Middle East	0.01	0.01	0.05	2.2	0.06	*	24.2
Total Middle East	37.83	54.74	75.82	2690.4	76.18	40.6%	*
Algeria	3.25	4.52	4.50	159.1	4.50	2.4%	55.3
Egypt	0.35	1.22	2.15	77.3	2.19	1.2%	34.9
Libya	1.22	1.32	1.54	54.4	1.54	0.8%	*
Nigeria	2.83	3.51	5.25	185.4	5.25	2.8%	*
Other Africa	0.82	0.87	1.27	45.0	1.27	0.7%	65.3
Total Africa	8.48	11.44	14.71	521.2	14.76	7.9%	72.4
Australia	0.96	1.99	3.08	108.7	3.08	1.6%	72.7
Bangladesh	0.73	0.32	0.34	12.5	0.36	0.2%	18.0
Brunei	0.32	0.37	0.35	12.4	0.35	0.2%	30.7
China	1.02	1.37	2.46	86.7	2.46	1.3%	28.8
India	0.69	0.65	1.09	39.4	1.12	0.6%	28.4
Indonesia	2.55	2.62	3.18	112.5	3.18	1.7%	44.3
Malaysia	1.61	2.48	2.38	84.1	2.38	1.3%	38.0
Myanmar	0.27	0.29	0.57	20.1	0.57	0.3%	49.4
Pakistan	0.65	0.70	0.84	32.0	0.91	0.5%	23.9
Papua New Guinea	0.23	0.43	0.44	15.6	0.44	0.2%	*
Thailand	0.23	0.35	0.34	12.7	0.36	0.2%	11.6
Vietnam	–	0.17	0.56	24.1	0.68	0.4%	85.2
Other Asia Pacific	0.26	0.34	0.36	12.9	0.36	0.2%	20.9
Total Asia Pacific	9.50	12.07	16.00	573.6	16.24	8.7%	37.0
Total World	122.40	148.55	185.28	6621.2	187.49	100.0%	62.8
of which: European Union	3.36	3.98	2.49	85.5	2.42	1.3%	14.1
OECD	15.60	14.26	16.44	571.2	16.18	8.6%	14.4
Former Soviet Union	47.06	50.85	57.46	2067.1	58.53	31.2%	84.2

*More than 100 years.

*Less than 0.05%.

n/a not available.

Notes: Proved reserves of natural gas – Generally taken to be those quantities that geological and engineering information indicates with reasonable certainty can be recovered in the future from known reservoirs under existing economic and operating conditions. Reserves-to-production (R/P) ratio – If the reserves remaining at the end of any year are divided by the production in that year, the result is the length of time that those remaining reserves would last if production were to continue at that rate. Source of data – The estimates in this table have been compiled using a combination of primary official sources and third-party data from Cedigaz and the OPEC Secretariat.

(Fonte: BP - statistical_review_of_world_energy_full_report_2010)

Figura 8 – Produção de gás natural 1999-2009

Production*											Change 2009 over 2008	2009 share of total
Billion cubic metres	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
US	533.3	543.2	555.5	536.0	540.8	526.4	511.1	524.0	545.6	574.4	593.4	3.5%
Canada	176.8	182.2	186.5	187.9	184.7	183.7	187.4	188.4	184.1	173.4	161.4	-6.7%
Mexico	37.1	37.8	37.4	38.9	41.2	42.7	45.0	51.6	54.0	54.0	58.2	8.1%
Total North America	747.2	763.2	779.4	762.8	766.6	752.8	743.6	764.0	783.7	801.8	813.0	1.6%
Argentina	34.6	37.4	37.1	36.1	41.0	44.9	45.6	46.1	44.8	44.1	41.4	-5.9%
Bolivia	2.3	3.2	4.7	4.9	6.4	9.8	11.9	12.9	13.8	14.3	12.3	-14.0%
Brazil	7.4	7.5	7.7	9.2	10.0	11.0	11.0	11.3	11.3	14.0	11.9	-15.0%
Colombia	5.2	5.9	6.1	6.2	6.1	6.4	6.7	7.0	7.5	9.1	10.5	16.3%
Trinidad & Tobago	11.7	14.5	15.5	18.0	26.3	27.3	31.0	36.4	39.0	39.3	40.6	3.6%
Venezuela	27.4	27.9	29.6	28.4	25.2	28.4	27.4	31.5	32.1	29.2	27.9	-4.1%
Other S. & Cent. America	3.5	3.7	3.9	3.8	3.6	4.0	4.9	5.8	6.6	7.1	7.0	-1.0%
Total S. & Cent. America	92.0	100.2	104.5	106.7	118.7	131.7	138.6	151.1	155.1	157.1	151.6	-3.2%
Azerbaijan	5.4	5.1	5.0	4.7	4.6	4.5	5.2	6.1	9.8	14.8	14.8	0.2%
Denmark	7.8	8.2	8.4	8.4	8.0	9.4	10.4	10.4	9.2	10.1	8.4	-16.3%
Germany	17.8	16.9	17.0	17.0	17.7	16.4	15.8	15.6	14.3	13.0	12.2	-6.3%
Italy	16.0	15.2	14.0	13.4	12.7	11.9	11.1	10.1	8.9	8.5	7.4	-12.0%
Kazakhstan	9.0	10.4	10.5	10.2	12.6	20.0	22.6	23.9	26.8	29.8	32.2	8.6%
Netherlands	60.2	58.1	62.4	60.3	58.1	68.5	62.5	61.6	60.5	66.6	62.7	-5.6%
Norway	48.5	49.7	53.9	65.5	73.1	78.5	85.0	87.6	89.7	99.2	103.5	4.5%
Poland	3.4	3.7	3.9	4.0	4.0	4.4	4.3	4.3	4.3	4.1	4.1	0.3%
Romania	14.0	13.8	13.6	13.2	13.0	12.8	12.4	11.9	11.5	11.4	10.9	-4.2%
Russian Federation	535.7	528.5	526.2	538.8	561.5	573.3	580.1	595.2	592.0	601.7	527.5	-12.1%
Turkmenistan	20.6	42.5	46.4	48.4	53.5	52.8	57.0	60.4	65.4	66.1	36.4	-44.8%
Ukraine	16.4	16.2	16.6	17.0	17.6	18.4	18.6	18.7	18.7	19.0	19.3	1.7%
United Kingdom	99.1	108.4	105.8	103.6	102.9	96.4	88.2	80.0	72.1	69.6	59.6	-14.1%
Uzbekistan	50.3	51.1	52.0	51.9	52.0	54.2	54.0	54.5	59.1	62.2	64.4	3.9%
Other Europe & Eurasia	11.4	11.1	10.9	11.2	10.6	11.0	10.8	11.5	10.8	10.3	9.5	-6.8%
Total Europe & Eurasia	915.8	938.9	946.6	967.6	1001.9	1032.3	1038.0	1051.7	1053.2	1086.3	973.0	-10.2%
Bahrain	8.7	8.8	9.1	9.5	9.6	9.8	10.7	11.3	11.8	12.7	12.8	1.2%
Iran	56.4	60.2	66.0	75.0	81.5	84.9	103.5	108.6	111.9	116.3	131.2	13.1%
Kuwait	8.6	9.6	10.5	9.5	11.0	11.9	12.2	12.5	12.1	12.8	12.5	-1.7%
Oman	5.5	8.7	14.0	15.0	16.5	18.5	19.8	23.7	24.0	24.1	24.8	3.2%
Qatar	22.1	23.7	27.0	29.5	31.4	39.2	45.8	50.7	63.2	77.0	89.3	16.3%
Saudi Arabia	46.2	49.8	53.7	56.7	60.1	65.7	71.2	73.5	74.4	80.4	77.5	-3.5%
Syria	5.4	5.5	5.0	6.1	6.2	6.4	5.5	5.7	5.6	5.5	5.8	6.2%
United Arab Emirates	38.5	38.4	44.9	43.4	44.8	46.3	47.8	49.0	50.3	50.2	48.8	-2.5%
Other Middle East	3.4	3.4	3.0	2.6	1.8	2.5	3.4	4.1	4.1	4.5	4.5	1.3%
Total Middle East	194.7	208.1	233.3	247.2	262.9	285.1	319.9	339.1	357.4	383.4	407.2	6.5%
Algeria	86.0	84.4	78.2	80.4	82.8	82.0	88.2	84.5	84.8	85.8	81.4	-4.9%
Egypt	16.8	21.0	25.2	27.3	30.1	33.0	42.5	54.7	55.7	59.0	62.7	6.6%
Libya	5.0	5.9	6.2	5.9	5.5	8.1	11.3	13.2	15.3	15.9	15.3	-3.5%
Nigeria	6.0	12.5	14.9	14.2	19.2	22.8	22.4	28.4	35.0	35.0	24.9	-28.7%
Other Africa	5.8	6.3	6.8	7.5	7.1	9.3	11.2	11.8	14.4	18.6	19.5	5.6%
Total Africa	119.7	130.1	131.3	135.3	144.8	155.2	175.6	192.6	205.2	214.3	203.8	-4.6%
Australia	30.8	31.2	32.5	32.6	33.2	35.3	37.1	38.9	40.0	38.3	42.3	11.0%
Bangladesh	8.3	10.0	10.7	11.4	12.3	13.2	14.5	15.3	16.3	17.9	19.7	10.6%
Brunei	11.2	11.3	11.4	11.5	12.4	12.2	12.0	12.6	12.3	12.2	11.4	-5.8%
China	25.2	27.2	30.3	32.7	35.0	41.5	49.3	58.6	69.2	80.3	85.2	6.4%
India	25.1	26.4	26.4	27.6	29.5	29.2	28.6	29.3	30.1	30.5	29.3	-28.9%
Indonesia	70.0	65.2	63.3	69.7	73.2	70.3	71.2	70.3	67.6	69.7	71.9	3.5%
Malaysia	40.8	45.3	46.9	48.3	51.8	53.9	61.1	63.3	64.6	64.9	62.7	-3.3%
Myanmar	1.7	3.4	7.0	8.4	9.6	10.2	12.2	12.6	13.5	12.4	11.5	-6.7%
New Zealand	5.3	5.6	5.9	5.6	4.3	3.9	3.6	3.7	4.1	3.8	4.0	4.4%
Pakistan	20.3	21.5	22.7	24.6	30.4	34.5	35.5	36.1	36.8	37.5	37.9	1.3%
Thailand	19.2	20.2	19.6	20.5	21.8	22.4	23.7	24.3	26.0	28.8	30.9	7.6%
Vietnam	1.3	1.6	2.0	2.4	2.4	4.2	6.9	6.8	7.1	7.9	8.0	1.0%
Other Asia Pacific	3.3	3.3	3.6	5.3	6.4	6.2	7.0	10.1	12.5	13.7	13.6	-0.4%
Total Asia Pacific	262.6	272.1	282.4	300.6	322.3	336.8	363.7	381.7	400.0	417.9	438.4	5.2%
Total World	2332.0	2412.6	2477.5	2520.2	2617.2	2694.0	2779.5	2880.2	2954.7	3060.8	2987.0	-2.1%
of which: European Union	226.6	231.9	232.8	227.6	223.6	227.3	211.9	201.2	187.5	189.4	171.2	-9.3%
OECD	1047.2	1070.9	1093.7	1083.8	1091.1	1088.1	1072.2	1086.6	1097.1	1125.5	1127.2	0.4%
Former Soviet Union	637.8	654.2	657.1	671.4	702.1	723.4	737.7	759.0	772.1	793.8	694.9	-12.2%
Other EMES	647.0	687.5	726.8	765.0	824.0	882.5	969.6	1034.6	1085.5	1141.5	1164.9	2.3%

*Excluding gas flared or recycled.

Notes: As far as possible, the data above represents standard cubic metres, measured at 15°C and 1013 millibar (mbar); because it is derived directly from tonnes of oil equivalent using an average conversion factor, it does not necessarily equal with gas volumes expressed in specific national terms.

Annual changes and shares of total are calculated using million tonnes of oil equivalent figures.

Growth rates are adjusted for leap years.

Natural gas production data expressed in billion cubic feet per day is available at www.bp.com/statisticalreview.

Source: Includes data from Codigaz.

(Fonte: BP - statistical_review_of_world_energy_full_report_2010)

Anexo B – Consumo energético português

Figura 1 – O Consumo de Petróleo em Portugal (1999-2009)

Consumption*											
Thousand barrels daily	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
US	19519	19701	19649	19761	20033	20732	20802	20687	20680	19498	18686
Canada	1926	1937	2023	2067	2132	2248	2247	2246	2323	2287	2195
Mexico	1842	1910	1899	1837	1885	1918	1974	1970	2017	2010	1945
Total North America	23286	23548	23571	23865	24050	24898	25023	24904	25020	23795	22826
Argentina	445	431	405	364	372	388	414	431	484	499	473
Brazil	2114	2056	2082	2063	1985	1999	2033	2087	2258	2397	2405
Chile	249	236	230	228	228	240	254	264	346	357	333
Colombia	227	233	216	211	211	214	229	238	229	199	184
Ecuador	131	129	132	131	137	141	168	182	196	207	216
Peru	159	155	148	147	140	153	152	147	154	172	188
Venezuela	474	496	545	594	479	523	576	607	597	607	609
Other S. & Cent. America	1095	1118	1159	1175	1201	1213	1222	1254	1269	1243	1235
Total S. & Cent. America	4905	4855	4916	4913	4754	4871	5047	5210	5533	5681	5653
Austria	251	245	265	272	294	296	294	278	279	279	270
Azerbaijan	111	123	81	74	86	92	108	98	92	74	60
Belarus	154	143	149	145	148	153	146	165	152	172	192
Belgium & Luxembourg	670	702	669	691	748	785	815	839	832	812	781
Bulgaria	93	84	87	98	115	105	109	116	113	103	98
Czech Republic	174	169	179	174	185	203	211	208	206	210	205
Denmark	222	215	205	200	193	189	195	197	196	189	174
Finland	224	224	222	226	239	224	233	225	226	225	212
France	2044	2007	2023	1967	1965	1978	1960	1956	1923	1902	1893
Germany	2824	2783	2804	2714	2684	2634	2605	2624	2593	2517	2422
Greece	384	407	412	416	405	438	436	454	445	437	417
Hungary	151	145	142	140	138	142	163	169	169	164	161
Iceland	18	19	18	19	18	20	21	20	24	20	20
Republic of Ireland	172	170	185	182	178	184	194	194	198	190	169
Italy	1960	1966	1946	1943	1927	1873	1819	1813	1759	1680	1580
Kazakhstan	147	158	180	195	207	227	234	239	245	263	260
Lithuania	63	49	56	53	51	55	58	59	59	64	61
Netherlands	880	897	942	962	962	1003	1070	1093	1144	1089	1054
Norway	216	201	213	208	219	210	212	217	222	214	211
Poland	431	427	415	420	435	460	479	516	535	554	553
Portugal	330	324	327	338	317	322	331	300	302	289	289
Romania	195	203	217	226	199	230	223	219	223	221	211
Russian Federation	2625	2583	2566	2606	2622	2619	2601	2709	2708	2817	2695
Slovakia	73	73	68	76	71	68	81	82	86	90	83
Spain	1423	1452	1508	1526	1559	1593	1619	1602	1617	1574	1492
Sweden	337	318	318	317	332	319	315	322	308	302	287
Switzerland	271	263	281	267	259	258	262	269	243	258	262
Turkey	638	677	645	656	662	667	656	635	656	663	621
Turkmenistan	80	79	83	86	95	95	100	118	113	117	120
Ukraine	272	256	268	286	295	310	296	339	329	307	307
United Kingdom	1721	1697	1697	1693	1717	1764	1802	1795	1714	1681	1611
Uzbekistan	138	132	130	125	142	134	109	102	99	101	101
Other Europe & Eurasia	448	417	445	469	493	502	540	549	582	592	580
Total Europe & Eurasia	19760	19577	19766	19760	19940	20139	20301	20498	20203	20193	19872
Iran	1221	1301	1314	1413	1498	1558	1620	1693	1685	1761	1741
Kuwait	243	246	251	271	296	327	359	333	338	370	419
Qatar	51	60	73	89	105	122	144	158	174	198	209
Saudi Arabia	1543	1579	1605	1632	1759	1880	1987	2065	2212	2390	2614
United Arab Emirates	271	258	297	326	340	364	394	420	448	475	455
Other Middle East	1358	1394	1439	1432	1396	1454	1506	1578	1612	1671	1708
Total Middle East	4889	4838	4979	5164	5394	5706	6010	6247	6469	6864	7146
Algeria	187	192	200	222	231	240	251	260	288	311	331
Egypt	573	564	548	534	550	567	629	610	650	693	720
South Africa	457	463	474	486	503	514	516	529	550	532	518
Other Africa	1273	1264	1295	1310	1329	1369	1405	1387	1442	1509	1513
Total Africa	2490	2484	2517	2552	2614	2691	2800	2786	2931	3045	3082
Australia	843	837	845	846	851	856	886	918	925	936	941
Bangladesh	68	66	80	80	83	83	94	93	93	92	93
China	4477	4772	4872	5288	5803	6772	6984	7410	7771	8086	8625
China Hong Kong SAR	194	202	244	268	270	316	287	305	324	294	286
India	2134	2254	2284	2374	2420	2573	2569	2638	2638	3071	3183
Indonesia	1019	1122	1162	1191	1218	1290	1289	1252	1273	1314	1344
Japan	5598	5557	5422	5347	5440	5269	5343	5213	5039	4846	4396
Malaysia	435	435	442	482	473	485	489	458	481	476	468
New Zealand	130	133	134	139	149	149	154	156	156	156	148
Pakistan	363	373	366	357	321	325	312	356	388	389	414
Philippines	375	348	347	331	331	338	315	284	300	285	285
Singapore	619	654	716	699	668	748	794	853	916	968	1002
South Korea	2178	2229	2235	2282	2300	2283	2308	2317	2389	2287	2327
Taiwan	964	1003	991	999	1069	1084	1090	1097	1123	1037	1014
Thailand	788	784	768	827	881	967	1005	996	985	962	975
Other Asia Pacific	334	357	375	381	396	419	432	433	462	481	516
Total Asia Pacific	20518	21126	21282	21891	22671	23967	24331	24721	25462	25662	25998
Total World	76448	76428	77032	77945	79424	82261	83513	84367	85619	85239	84077
of which: European Union	14814	14892	14861	14797	14868	15032	15204	15260	14926	14775	14143
OECD	47469	47653	47692	47676	48277	49073	49489	49322	49008	47353	45327
Former Soviet Union	3714	3631	3646	3688	3769	3815	3798	3948	3973	4115	3965
Other EMEs	24465	25144	25694	26581	27377	29374	30226	31096	32639	33771	34785

*Inland demand plus international aviation and marine bunkers and refinery fuel and loss. Consumption of fuel ethanol and biodiesel is also included.

*Less than 0.05%.

Notes: Annual changes and shares of total are calculated using million tonnes per annum figures.

Growth rates are adjusted for leap years.

Differences between these world consumption figures and world production statistics on page 8 are accounted for by stock changes, consumption of non-petroleum additives and substitute fuels, and unavoidable disparities in the definition, measurement or conversion of oil supply and demand data.

(Fonte: BP - statistical_review_of_world_energy_full_report_2010)

Figura 2 – O Consumo de Gás Natural em Portugal (1999-2009)

Consumption											
Billion cubic metres	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Change 2009 over 2008
US	634.4	660.7	629.7	651.5	630.8	634.0	623.3	614.1	654.0	657.7	646.6
Canada	87.4	92.8	88.2	90.2	97.7	95.1	98.1	96.9	96.7	98.2	94.7
Mexico	37.4	40.2	40.7	45.8	50.6	53.4	53.3	60.9	63.1	66.1	69.6
Total North America	759.2	793.7	758.7	787.4	779.1	782.4	774.7	771.9	813.9	822.0	810.9
Argentina	32.4	33.2	31.1	30.3	34.6	37.9	40.4	41.8	43.9	44.4	43.1
Brazil	7.6	9.4	11.9	14.1	15.8	18.7	19.3	20.6	22.0	25.2	20.3
Chile	5.0	6.5	7.3	7.4	8.0	8.7	8.4	7.8	4.6	2.7	3.3
Colombia	5.2	5.9	6.1	6.1	6.0	6.3	6.7	7.0	7.4	7.6	8.7
Ecuador	0.3	0.3	0.3	0.2	0.3	0.3	0.4	0.7	0.5	0.5	0.5
Peru	0.4	0.3	0.4	0.4	0.5	0.9	1.5	1.8	2.7	3.4	3.5
Venezuela	27.4	27.9	29.6	29.4	25.2	29.4	27.4	31.5	32.2	30.7	29.7
Other S. & Cent. America	11.3	12.4	14.0	15.1	17.5	16.3	18.4	24.1	24.7	26.7	25.5
Total S. & Cent. America	89.5	96.0	100.7	102.1	107.9	117.5	122.5	135.3	138.1	141.0	134.7
Austria	8.5	8.1	8.6	8.5	9.4	9.5	10.0	9.4	8.9	9.5	9.3
Azerbaijan	5.4	5.2	7.5	7.5	7.7	8.3	8.6	9.1	9.0	9.2	7.7
Belarus	14.8	15.7	15.7	16.1	15.8	17.9	18.4	19.0	18.8	19.2	16.1
Belgium & Luxembourg	14.7	14.9	14.6	14.8	16.0	16.5	16.6	17.0	16.9	17.0	17.3
Bulgaria	3.0	3.3	3.0	2.7	2.8	2.8	3.1	3.2	3.3	3.3	2.5
Czech Republic	8.6	8.3	8.9	8.7	9.7	9.1	9.6	9.3	8.7	8.7	8.2
Denmark	5.0	4.9	5.1	5.1	5.2	5.2	5.0	5.1	4.6	4.6	4.4
Finland	3.7	3.7	4.1	4.0	4.5	4.3	4.0	4.2	3.9	4.0	3.6
France	37.9	39.3	41.9	40.5	43.0	45.1	44.0	42.1	42.4	43.8	42.6
Germany	80.2	79.5	82.9	82.6	85.5	85.9	86.2	87.2	82.9	81.2	78.0
Greece	1.5	2.0	2.0	2.1	2.4	2.7	2.8	3.2	4.0	4.2	3.4
Hungary	11.0	10.7	11.9	11.8	13.2	13.0	13.4	12.7	11.9	11.8	10.1
Iceland	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Republic of Ireland	3.3	3.8	4.0	4.1	4.1	4.1	3.9	4.5	4.8	5.0	4.8
Italy	62.2	64.9	65.0	64.6	71.2	73.9	79.1	77.4	77.8	77.8	71.6
Kazakhstan	7.7	9.5	9.3	10.7	12.9	14.9	18.8	20.3	19.5	20.1	19.6
Lithuania	2.4	2.7	2.8	2.9	3.1	3.1	3.3	3.2	3.6	3.2	2.7
Netherlands	38.5	39.0	40.0	39.8	40.0	40.9	39.3	38.1	37.0	38.6	38.9
Norway	3.6	4.0	3.8	4.0	4.3	4.6	4.5	4.4	4.3	4.3	4.1
Poland	10.3	11.1	11.5	11.2	11.2	13.1	13.6	13.7	13.7	13.9	13.7
Portugal	2.3	2.4	2.6	3.1	3.0	3.9	4.2	4.1	4.3	4.7	4.3
Romania	17.2	17.1	16.6	17.2	18.3	17.5	17.6	18.1	16.1	16.0	13.6
Russian Federation	352.8	354.0	366.2	367.7	384.9	394.1	400.3	408.5	422.1	416.0	399.7
Slovakia	6.4	6.5	6.9	6.5	6.3	6.1	6.6	6.0	5.7	5.7	5.6
Spain	15.0	16.9	18.2	20.8	23.6	27.4	32.4	33.7	35.1	38.6	34.6
Sweden	0.8	0.7	0.7	0.8	0.8	0.8	0.8	0.9	1.0	0.9	1.2
Switzerland	2.7	2.7	2.8	2.8	2.9	3.0	3.1	3.0	2.9	3.1	3.0
Turkey	12.4	14.6	16.0	17.4	20.9	22.1	26.9	30.5	35.1	36.0	32.1
Turkmenistan	11.0	12.2	12.5	12.9	14.2	15.0	16.1	18.4	21.3	19.0	19.8
Ukraine	70.9	71.0	68.9	67.7	69.0	68.5	69.0	67.0	63.2	60.0	47.0
United Kingdom	93.6	96.9	96.4	95.1	95.4	97.4	94.7	89.9	91.0	93.9	96.5
Uzbekistan	47.8	45.7	48.6	50.9	45.8	43.4	42.7	41.9	45.9	48.7	48.7
Other Europe & Eurasia	12.7	13.2	14.5	13.6	14.1	15.6	15.8	16.3	16.9	16.3	14.0
Total Europe & Eurasia	967.8	994.6	1014.5	1018.3	1060.5	1089.4	1114.2	1121.4	1135.5	1138.5	1058.6
Iran	58.4	62.9	70.1	79.2	82.9	86.5	105.0	108.7	113.0	119.3	131.7
Kuwait	8.6	9.6	10.5	9.5	11.0	11.9	12.2	12.5	12.1	12.8	13.4
Oman	14.0	9.7	11.0	11.1	12.2	15.0	18.7	19.6	19.7	20.2	21.1
Saudi Arabia	46.2	49.8	53.7	56.7	60.1	65.7	71.2	73.5	74.4	80.4	77.5
United Arab Emirates	31.4	31.4	37.9	36.4	37.9	40.2	42.1	43.4	49.2	59.5	59.1
Other Middle East	22.5	23.4	23.7	24.7	25.0	27.8	30.1	33.8	34.7	39.7	42.9
Total Middle East	181.1	186.7	206.8	217.6	229.0	247.1	279.2	291.5	303.1	331.8	345.6
Algeria	21.3	19.8	20.5	20.2	21.4	22.0	23.2	23.7	24.3	25.4	26.7
Egypt	16.4	20.0	24.5	26.5	29.7	31.7	31.6	36.5	38.4	40.8	42.5
South Africa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Other Africa	15.6	17.4	17.6	19.0	20.4	23.6	24.5	23.9	28.2	29.9	24.8
Total Africa	53.4	57.2	62.6	64.7	71.5	77.4	79.4	84.1	90.8	96.1	94.0
Australia	20.2	20.5	22.0	22.4	22.4	22.8	21.9	24.0	25.7	25.5	25.7
Bangladesh	8.3	10.0	10.7	11.4	12.3	13.2	14.5	15.3	16.3	17.9	19.7
China	21.5	24.5	27.4	29.2	33.9	39.7	46.8	56.1	69.5	81.3	98.7
China Hong Kong SAR	3.3	3.0	3.0	2.9	1.8	2.7	2.7	2.9	2.2	2.6	2.5
India	25.1	26.4	26.4	27.6	29.5	31.9	35.7	37.3	40.1	41.3	51.9
Indonesia	32.0	29.7	31.0	32.9	35.0	32.2	33.2	31.3	33.3	33.3	36.6
Japan	69.4	72.3	74.3	72.7	79.8	77.0	78.6	83.7	90.2	93.7	87.4
Malaysia	16.1	24.1	25.2	26.2	27.2	23.7	29.9	33.0	33.0	33.6	31.5
New Zealand	5.3	5.6	5.9	5.6	4.3	3.9	3.6	3.7	4.1	3.8	4.0
Pakistan	20.3	21.5	22.7	24.6	30.4	34.5	35.5	36.1	36.8	37.5	37.9
Philippines	1	1	0.1	1.8	2.7	2.5	3.3	2.6	3.2	3.3	3.3
Singapore	1.5	1.7	4.6	5.0	5.4	6.5	6.5	6.6	6.6	9.2	9.7
South Korea	16.8	18.9	20.8	23.1	24.2	28.4	30.4	32.0	34.7	35.7	33.8
Taiwan	6.3	6.8	7.3	8.2	8.4	10.2	10.3	11.1	11.8	11.6	11.3
Thailand	19.2	22.0	24.8	26.9	28.8	29.9	32.5	33.3	35.4	37.4	39.2
Other Asia Pacific	4.9	5.5	5.8	6.0	6.5	8.7	12.1	12.3	13.0	13.6	13.2
Total Asia Pacific	270.3	292.6	312.1	326.4	352.8	367.6	397.5	425.3	455.8	481.4	496.6
Total World	2321.3	2410.8	2455.3	2516.5	2600.9	2681.4	2767.5	2829.5	2937.1	3010.8	2940.4
of which: European Union	428.8	439.7	451.0	450.3	471.3	485.5	493.6	486.7	481.2	489.9	459.9
OECD	1293.2	1345.9	1329.7	1359.8	1381.6	1402.7	1409.6	1411.7	1405.4	1488.1	1439.1
Former Soviet Union	520.3	523.6	540.8	543.7	561.2	573.8	586.3	596.9	612.0	604.6	559.1
Other EMEs	507.8	541.3	584.9	613.1	658.1	704.9	771.6	821.0	859.7	918.1	942.2

† Less than 0.05.

* Less than 0.05%.

Source: Includes data from Codigaz.

Notes: Annual changes and shares of total are calculated using million tonnes of oil equivalent figures. Growth rates are adjusted for leap years.

The difference between these world consumption figures and the world production statistics on page 24 is due to variations in stocks at storage facilities and liquefaction plants, together with unavoidable disparities in the definition, measurement or conversion of gas supply and demand data. As far as possible, the data above represents standard cubic metres, measured at 15°C and 1013mbar; because it is derived directly from tonnes of oil equivalent using an average conversion factor, it does not necessarily equal with gas volumes expressed in specific national terms. Natural gas consumption data expressed in billion cubic feet per day is available at: www.bp.com/statisticalreview.

(Fonte: BP - statistical_review_of_world_energy_full_report_2010)

Figura 3 – O Comércio de Gás Natural em Portugal (2009)

Natural gas: trade movements 2009		From		To		LNG		Total	
Billion cubic metres		Billion cubic metres		Billion cubic metres		Billion cubic metres		Billion cubic metres	
To	From	To	From	To	From	To	From	To	From
Algeria	19.85	Algeria	19.85	Algeria	19.85	Algeria	19.85	Algeria	19.85
Libya	8.61	Libya	8.61	Libya	8.61	Libya	8.61	Libya	8.61
Morocco	8.61	Morocco	8.61	Morocco	8.61	Morocco	8.61	Morocco	8.61
Spain	1.00	Spain	1.00	Spain	1.00	Spain	1.00	Spain	1.00
Italy	1.00	Italy	1.00	Italy	1.00	Italy	1.00	Italy	1.00
France	1.00	France	1.00	France	1.00	France	1.00	France	1.00
Germany	1.00	Germany	1.00	Germany	1.00	Germany	1.00	Germany	1.00
UK	1.00	UK	1.00	UK	1.00	UK	1.00	UK	1.00
Portugal	1.00	Portugal	1.00	Portugal	1.00	Portugal	1.00	Portugal	1.00
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
World exports	26.84	World exports	26.84	World exports	26.84	World exports	26.84	World exports	26.84
World imports	26.84	World imports	26.84	World imports	26.84	World imports	26.84	World imports	26.84

(Fonte: BP - statistical_review_of_world_energy_full_report_2010)

Figura 4 – O consumo de Energia Hidroeléctrica em Portugal (1999-2009)



Consumption*

Million tonnes oil equivalent	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Change 2009 over 2008	2009 share of total
US	73.0	63.0	49.6	60.4	63.0	61.3	61.8	66.1	56.6	58.2	62.2	7.1%
Canada	78.1	80.8	75.0	79.1	76.1	76.6	82.1	80.2	83.6	92.9	90.2	-2.6%
Mexico	7.4	7.5	6.4	5.6	4.5	5.6	6.2	6.8	6.1	8.6	6.0	-30.9%
Total North America	158.5	151.2	131.1	145.1	143.6	143.6	150.1	153.2	146.3	159.7	158.3	-0.8%
Argentina	4.9	6.5	8.4	8.1	7.7	6.9	7.9	9.8	8.5	8.4	9.2	9.7%
Brazil	66.3	68.9	60.6	64.7	69.2	72.6	76.4	78.9	84.6	83.6	88.5	12.0%
Chile	3.1	4.3	4.9	5.2	5.2	4.9	8.0	8.6	5.2	5.6	5.6	1.5%
Colombia	7.6	6.9	7.1	7.6	8.1	9.0	9.0	9.7	9.5	10.4	9.3	-11.2%
Ecuador	1.6	1.7	1.6	1.7	1.6	1.7	1.6	1.6	2.0	2.6	2.1	-18.1%
Peru	3.3	3.7	4.0	4.1	4.2	4.0	4.1	4.4	4.4	4.3	4.5	4.5%
Venezuela	13.7	14.2	13.7	13.5	13.7	15.9	17.6	18.5	18.9	19.6	19.5	-0.7%
Other S. & Cent. America	17.7	18.5	17.0	17.9	18.3	17.9	18.5	18.5	19.4	19.8	19.8	0.4%
Total S. & Cent. America	118.2	124.8	117.3	122.9	127.9	132.8	140.9	148.0	152.5	154.4	158.4	2.9%
Austria	9.2	9.5	9.5	9.0	8.1	7.7	7.7	7.2	7.7	7.9	8.3	5.3%
Azerbaijan	0.3	0.3	0.3	0.5	0.6	0.6	0.7	0.6	0.5	0.5	0.5	3.7%
Belarus	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	0.3%
Belgium & Luxembourg	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	-29.6%
Bulgaria	0.7	0.6	0.4	0.6	0.7	0.7	1.1	1.0	0.7	0.8	0.9	22.2%
Czech Republic	0.5	0.5	0.6	0.6	0.4	0.6	0.7	0.7	0.6	0.5	0.7	24.9%
Denmark	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	-26.7%
Finland	2.9	3.3	3.1	2.4	2.1	3.4	3.1	2.6	3.2	3.9	2.9	-25.4%
France	16.6	15.3	17.0	13.9	13.5	13.5	11.8	12.7	13.2	13.7	13.1	-4.2%
Germany	4.4	4.9	5.3	5.4	4.3	4.7	4.6	4.4	4.6	4.5	4.2	-7.4%
Greece	1.1	0.9	0.6	0.8	1.2	1.2	1.3	1.5	0.8	0.9	1.6	67.1%
Hungary	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	0.1	7.3%
Iceland	1.4	1.4	1.5	1.6	1.6	1.6	1.6	1.7	1.9	2.8	2.8	-1.0%
Republic of Ireland	0.2	0.2	0.1	0.2	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	-5.8%
Italy	10.3	10.0	10.6	8.9	8.3	9.6	8.2	8.4	7.4	9.4	10.5	11.1%
Kazakhstan	0.4	1.7	1.8	2.0	2.0	1.8	1.8	1.8	1.8	1.7	1.7	1.8%
Lithuania	0.2	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.3	14.7%
Netherlands	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	-3.7%
Norway	27.6	32.2	27.4	29.4	24.0	24.7	30.9	27.1	30.6	31.8	28.8	-9.3%
Poland	1.0	0.9	1.0	0.9	0.7	0.8	0.9	0.7	0.7	0.6	0.7	10.1%
Portugal	1.7	2.7	3.3	1.9	3.6	2.3	1.2	2.6	2.3	1.7	2.0	21.3%
Romania	4.1	3.3	3.4	3.6	3.0	3.7	4.6	4.2	3.6	3.9	3.6	-8.4%
Russian Federation	36.4	37.4	39.8	37.2	36.6	40.8	39.6	39.6	40.4	37.7	39.8	5.9%
Slovakia	1.1	1.1	1.2	1.2	0.9	1.0	1.1	1.0	1.0	1.0	1.1	11.1%
Spain	6.4	7.7	9.3	5.2	9.3	7.2	4.0	5.8	6.2	5.3	6.1	14.7%
Sweden	16.2	17.8	17.9	15.0	12.1	12.7	16.5	14.0	15.0	15.6	14.9	-4.4%
Switzerland	9.1	8.3	9.4	8.0	7.9	7.6	7.1	7.0	8.0	8.2	8.1	-0.8%
Turkey	7.8	7.0	5.4	7.6	8.0	10.4	9.0	10.0	8.1	7.5	8.1	7.6%
Turkmenistan	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	-
Ukraine	3.3	2.6	2.8	2.2	2.1	2.7	2.8	2.9	2.3	2.6	2.7	4.1%
United Kingdom	1.2	1.2	0.9	1.1	0.7	1.1	1.1	1.0	1.2	1.2	1.2	1.9%
Uzbekistan	1.3	1.3	1.2	1.6	1.7	1.6	1.4	1.4	1.4	1.4	1.4	0.3%
Other Europe & Eurasia	16.8	15.9	15.4	15.1	16.1	17.2	17.5	16.7	15.4	15.4	16.1	4.7%
Total Europe & Eurasia	183.2	188.6	189.4	176.3	169.0	179.8	180.3	177.1	179.3	181.0	182.0	0.6%
Iran	1.2	0.9	0.9	1.8	2.2	2.7	3.0	4.2	4.1	1.7	1.3	-21.0%
Kuwait	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Qatar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saudi Arabia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
United Arab Emirates	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Other Middle East	0.9	1.0	1.0	1.1	1.0	1.3	1.1	1.2	1.1	1.1	1.1	0.4%
Total Middle East	2.0	1.8	1.9	2.9	3.2	4.0	4.1	5.4	5.1	2.8	2.4	-12.5%
Algeria	+	+	+	+	0.1	0.1	0.1	+	0.1	0.1	0.1	10.9%
Egypt	3.4	3.2	3.3	3.2	2.9	2.9	2.9	2.9	3.5	3.3	3.1	-5.1%
South Africa	0.2	0.3	0.5	0.5	0.2	0.2	0.2	0.3	0.6	0.2	0.2	44.5%
Other Africa	13.7	13.4	14.1	15.2	15.5	16.7	17.3	17.9	18.2	18.8	18.5	-1.1%
Total Africa	17.3	17.0	17.8	18.9	18.7	19.8	20.5	21.2	22.3	22.3	22.0	-1.3%
Australia	3.6	3.6	3.6	3.6	3.7	3.6	3.6	3.6	3.2	2.7	2.6	-3.1%
Bangladesh	0.2	0.2	0.2	0.2	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	1.9%
China	46.1	50.3	62.8	65.2	64.2	80.0	89.8	98.6	109.8	132.4	139.3	5.5%
China Hong Kong SAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
India	18.6	17.4	16.3	15.5	15.7	19.0	22.0	25.4	27.7	26.0	24.0	-7.4%
Indonesia	2.1	2.3	2.6	2.3	2.1	2.2	2.4	2.2	2.6	2.6	2.7	4.8%
Japan	18.9	18.5	18.6	18.9	21.1	21.1	17.3	19.6	16.9	16.8	16.7	-0.5%
Malaysia	1.7	1.7	1.5	1.2	1.3	1.3	1.2	1.6	1.5	2.0	2.0	0.8%
New Zealand	5.2	5.5	4.9	5.6	5.3	6.1	5.3	5.3	5.3	5.1	5.5	8.7%
Pakistan	4.9	4.0	4.1	4.6	5.8	5.5	6.9	6.9	7.1	6.1	6.2	1.7%
Philippines	1.8	1.8	1.6	1.6	1.8	1.9	1.9	2.2	1.9	2.2	2.2	-1.0%
Singapore	0.9	0.9	0.5	0.7	1.1	1.0	0.8	0.8	0.8	0.7	0.7	-0.3%
South Korea	1.1	1.0	1.1	0.6	0.7	0.7	0.9	0.9	1.0	0.9	0.8	-12.7%
Taiwan	0.8	1.4	1.4	1.7	1.7	1.4	1.3	1.8	1.8	1.6	1.5	-4.9%
Thailand	0.8	1.4	1.4	1.7	1.7	1.4	1.3	1.8	1.8	1.6	1.5	-4.9%
Other Asia Pacific	7.8	8.2	9.1	8.9	9.5	9.3	8.9	10.2	10.8	11.7	12.6	8.1%
Total Asia Pacific	113.6	116.7	128.4	130.7	134.2	153.2	162.8	179.5	190.8	211.1	217.1	3.1%
Total World	592.9	600.1	595.9	596.9	595.5	633.1	658.5	684.3	695.3	721.4	740.3	1.5%
of which: European Union	79.3	81.9	85.9	72.6	70.7	72.3	69.6	69.7	70.1	73.1	73.9	1.4%
OECD	305.8	305.0	282.8	287.3	281.9	285.7	287.8	291.3	285.4	301.9	298.8	-0.7%
Former Soviet Union	51.5	52.1	54.2	52.0	51.2	56.9	56.0	55.6	56.3	53.1	55.3	4.6%
Other EMEs	235.6	243.1	248.9	257.6	263.4	290.6	314.7	337.4	354.6	376.5	386.1	2.8%

*Based on gross primary hydroelectric generation and not accounting for cross-border electricity supply. Converted on the basis of thermal equivalence assuming 38% conversion efficiency in a modern thermal power station.

†Less than 0.05.

*Less than 0.05%.

Notes: Growth rates are adjusted for leap years.

Hydroelectricity data expressed in terawatt-hours is available at www.bp.com/statisticalreview

(Fonte: BP - statistical_review_of_world_energy_full_report_2010)

Anexo C – Sistema nacional de gás

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)

A organização do Sistema Nacional de Gás Natural assenta fundamentalmente na exploração da rede pública de gás natural, constituída pela Rede Nacional de Transporte, Instalações de Armazenamento e Terminais de GNL e pela Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural.

A actividade de transporte de gás natural é exercida mediante a exploração da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural, que corresponde a uma única concessão do Estado. O Operador da rede transporte é também responsável pela Gestão Técnica Global do SNGN, reunindo as competências para assegurar a gestão eficiente do SNGN, a coordenação do funcionamento das infra-estruturas do sistema e a cooperação com o operador da rede de transporte interligada.

A distribuição de gás natural processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural, mediante atribuição pelo Estado de concessões de serviço público, exercidas em exclusivo e em regime de serviço público, bem como por licenças de distribuição em redes locais autónomas, não ligadas ao sistema interligado de gasodutos e redes, igualmente exercidas em exclusivo e em regime de serviço público.

A actividade de comercialização de gás natural é livre, ficando, contudo, sujeita a atribuição de licença pela entidade administrativa competente.

No exercício da sua actividade, os comercializadores podem livremente comprar e vender gás natural. Para o efeito, têm o direito de acesso às instalações de armazenamento e terminais de GNL, às redes de transporte e às redes de distribuição, mediante o pagamento de uma tarifa regulada. O funcionamento do SNGN para o período abrangido pelo ano gás 2008-2009 e o 1.º semestre do ano gás 2009-2010 (Julho a Dezembro de 2009) foi caracterizado pela ERSE através do “Relatório de Funcionamento do SNGN”, elaborado em Maio 2010.

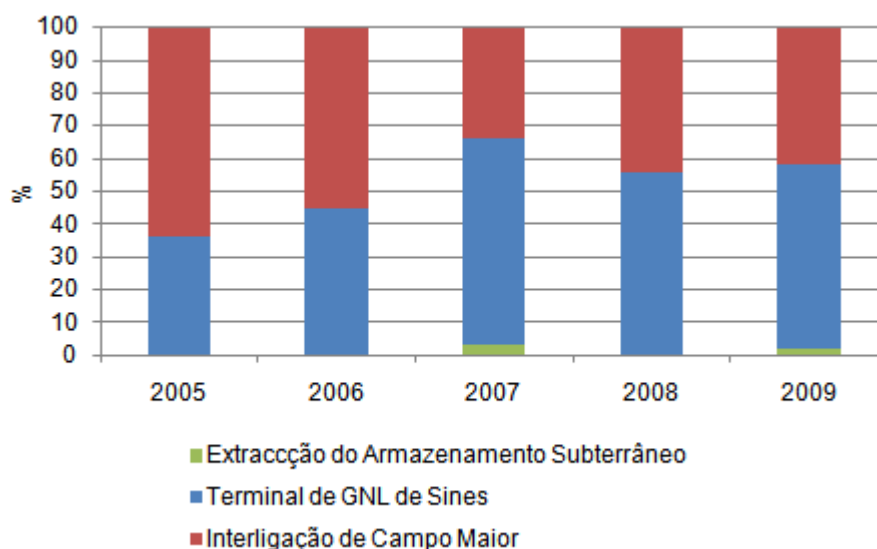
Aquisição e Importação

Portugal é caracterizado por não ter jazigos de gás natural, ou seja, não há produção de gás natural em território nacional. O aprovisionamento de gás natural para o mercado português é efectuado através de entradas no sistema por via da interligação com Espanha (Campo Maior e Valença) e do terminal portuário de Sines, através de contratos take-or-pay de longo prazo em que os principais países fornecedores de gás natural são a Argélia e a Nigéria. Assim, o fornecedor mais importante de gás natural a Portugal, actualmente, é a Sonatrach a partir do jazigo em Hassi R'Mel - Argélia.

O transporte é feito através do gasoduto do Maghreb até Tânger e através do Estreito de Gibraltar até Tarifa. Desta localidade segue em gasoduto até próximo de Badajoz, entrando no território nacional em Campo Maior. A capacidade da interligação de Campo Maior é de 122,4 GWh/dia (cerca de 420 000 m³/h). O segundo fornecedor mais importante é a Nigéria, mas através da forma liquefeita (GNL). Este GNL chega em navios metaneiros ao terminal de Sines, com uma capacidade nominal de emissão para a rede de 192,8 GWh/dia (cerca de 675 000 m³/h).

A repartição do aprovisionamento é ilustrada na figura seguinte, onde se pode observar que, para os últimos três anos, o terminal de GNL de Sines (contratos de GNL com proveniência da Nigéria) assegurou a maior parte do abastecimento de gás natural no mercado português, com o valor de 2009 a representar cerca de 55% do volume total de gás contratado para o mercado nacional. Em 2007 e 2008 registou-se a utilização da infra-estrutura de armazenamento subterrâneo para a compensação de períodos de menor disponibilidade de emissão de gás natural por parte do terminal de GNL de Sines.

Figura 1 – Repartição do aprovisionamento em Portugal



O Terminal de GNL

O Terminal de GNL de Sines está situado na costa atlântica portuguesa, na zona industrial do porto de Sines, aproximadamente a 120 km a sul de Lisboa e compreende instalações portuárias de recepção e descarga de navios metaneiros, dois tanques de armazenagem de GNL, instalações de processamento de GNL e de despacho de gás natural para o gasoduto que liga o Terminal de GNL de Sines à rede de transporte de gás natural (lote 7). A entidade responsável pela actividade de Recepção, Armazenamento e de Regaseificação de GNL é a REN Atlântico, operador do Terminal de GNL.

A Directiva 2003/55/CE prevê que o acesso aos terminais de GNL deve ser baseado em tarifas e/ou metodologias aprovadas pelas respectivas entidades reguladoras, publicadas e aplicáveis a todos os agentes de mercado. Nos termos do Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, o exercício das actividades de recepção e armazenamento de GNL, processa-se em regime de concessão, ficando sujeito a regulação.

O Terminal é composto por (i) uma estação de acostagem para navios com uma capacidade de 35 000 a 165 000 m³ GNL (ou 249,9 a 1178,1 GWh) com um tempo de descarga de, aproximadamente, 20 horas, (ii) dois tanques de armazenagem com uma capacidade comercial de 120 015,5 m³ GNL (ou 856,9 GWh) e (iii) cinco vaporizadores destinados à regaseificação. O terminal de GNL tem uma capacidade (nominal) de emissão garantida de 675 000 m³/h ou 192,8 GWh/dia (o equivalente a 5,26 bcm/ano*), uma capacidade de ponta de 900 000 m³/h ou 257,1 GWh/dia e pode carregar até 3 000 camiões cisternas por ano (ou equivalente a 0,08 bcm/ano ou seja cerca 866,3 GWh/ano). Em 2009, iniciou-se a expansão do terminal de GNL, nomeadamente o aumento de capacidade de armazenagem de GNL em 150 000 m³, através da construção do terceiro reservatório, o reforço da capacidade de regaseificação de 5,26 bcm/ano** para cerca de 8,5 bcm/ano*** e a construção de uma nova baía de enchimento de camiões cisterna.

A actividade do terminal de GNL durante os últimos 5 anos relativamente às descargas de navios metaneiros e enchimentos de camiões cisterna é apresentada no quadro seguinte.

Tabela 1 – Actividade do terminal GNL

	2005	2006	2007	2008	2009
Total de navios metaneiros recebidos	23	28	35	35	36

	2005	2006	2007	2008	2009
Total de GNL descarregado(Mm ³ GNL)	2,9	3,5	4,6	4,6	4,3
Total de enchimentos de camiões-cisternas	1059	1618	2265	2097	2094

*1 bcm (billion cubic meters) = 10⁹ m³.

**Aproximadamente 600 000 m³(n)/h (900 000 m³(n)/h nas pontas)

***Aproximadamente 970 000 m³(n)/h (1 350 000 m³(n)/h nas pontas)

Armazenamento Subterrâneo

A actividade de armazenamento subterrâneo compreende a recepção, a compressão, o armazenamento no subsolo e a despressurização e secagem do gás para posterior entrega à rede de transporte.

Segundo a Directiva 2003/55/CE, o acesso às instalações de armazenamento subterrâneo pode ser efectuado sob a forma de um acesso negociado com os respectivos operadores, de um acesso regulado ou, ainda, por uma combinação de ambos.

De acordo com o Decreto-Lei 30/2006, de 15 de Fevereiro, a actividade de armazenamento subterrâneo é exercida em regime de concessão de serviço público, integrando a exploração da Rede Nacional de Transporte, Infra-estruturas de Armazenamento e Terminais de GNL (RNTIAT).

O armazenamento subterrâneo do Carriço é uma infra-estrutura composta por quatro cavidades de armazenamento de gás natural numa formação salina natural, detida pela REN Armazenagem e pela Transgás Armazenagem, e uma instalação de superfície comum a todo o complexo, detida e explorada pela REN Armazenagem.

O Plano de Desenvolvimento das Infra-estruturas do SNGN, apresentado em 2008, prevê a construção de mais cinco cavernas subterrâneas, além das quatro existentes.

Actualmente a capacidade de armazenamento é de 2155 GWh (cerca de 190 Mm³). No que respeita à capacidade de movimentação da estação de superfície, é de 80 000 m³/h na injeção e de cerca de 300 000 m³/h na extracção.

A utilização do armazenamento subterrâneo do Carriço, até ao final do ano 2009, esteve quase exclusivamente relacionada com a manutenção das reservas de segurança, estabelecidas nos termos do Decreto-Lei n.º 140/2006, e reservas operacionais, enquadradas no Regulamento de Operação das Infra-estruturas.

A utilização da infra-estrutura de armazenamento do Carriço com um propósito comercial ocorreu pontualmente a partir do final de 2008, tendo como finalidade a compensação de períodos de menor disponibilidade de emissão de gás natural para a rede de transporte a partir do terminal de GNL de Sines.

Transporte

O transporte consiste na veiculação de gás natural numa rede interligada de alta pressão, para efeitos de recepção e entrega a distribuidores e a instalações fisicamente ligadas à rede de transporte, excluindo a comercialização.

A actividade de transporte é separada jurídica e patrimonialmente das demais actividades desenvolvidas no âmbito do Sistema Nacional de Gás Natural, assegurando-se assim a independência e a transparência do exercício da actividade e do seu relacionamento com as demais. No âmbito desta actividade, compete ao operador da rede de transporte manter e desenvolver a rede de gasodutos de alta pressão e as suas interligações com outras redes, bem como assegurar a capacidade da rede a longo prazo.

Considerando que a Rede Nacional de Transporte de Gás Natural assume um papel crucial no Sistema Nacional de Gás Natural, a sua exploração integra a gestão global do sector, assegurando a coordenação sistémica das infra-estruturas de armazenamento, dos terminais e das redes de distribuição de gás natural, tendo em vista a continuidade e a segurança do abastecimento e o funcionamento integrado e eficiente do sistema de gás natural.

A entidade responsável pela actividade de transporte de gás natural é a REN Gasodutos, o operador da rede de transporte. Compete ainda ao operador da rede de transporte a actividade de Gestão Técnica Global do SNGN que consiste em assegurar a gestão eficiente do SNGN, nomeadamente através da coordenação do funcionamento das infra-estruturas do SNGN e das infra-estruturas ligadas a este sistema.

A rede de transporte em alta pressão encontra-se dividida em sete gasodutos com as características e a localização indicadas no quadro e figura seguintes.

Tabela 2 – Rede de transporte de gás em alta pressão

Gasodutos	Troço	Extensão do troço central (km)	Entrada em exploração
Lote 1	Setúbal a Leiria	193	Fevereiro de 1997
Lote 2	Leiria a Braga	352	Fevereiro de 1997
Lote 3	Campo Maior a Leiria	221	Fevereiro de 1997
Lote 4	Braga a Tuy	73	Dezembro de 1997
Lote 5	Portalegre a Guarda	191	Outubro de 1999
Lote 6	Coimbra a Viseu	76	Setembro de 1999
Lote 7	Setúbal a Sines	88	Novembro de 2003

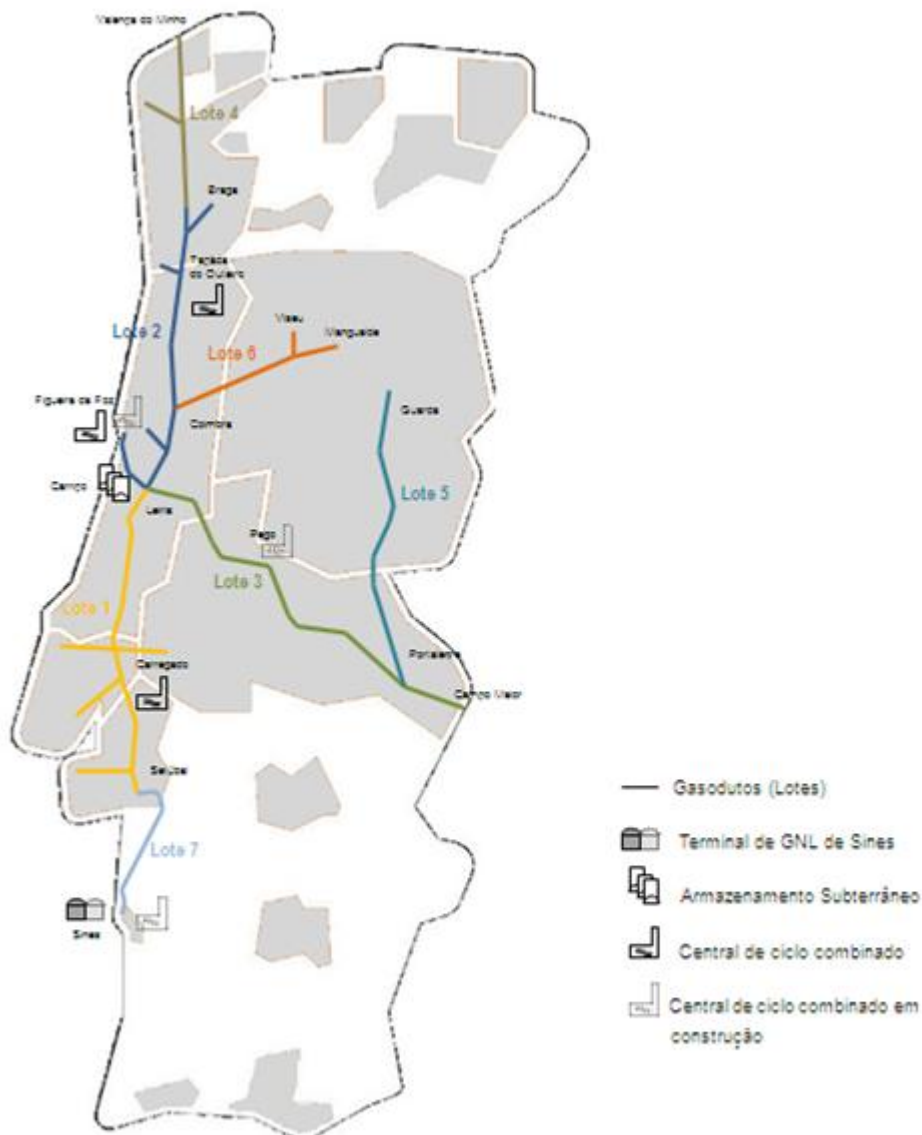
A rede de transporte contava, no final de 2009, com 1267 km, desenvolvidos geograficamente por dois grandes eixos:

Um eixo Sul - Norte desde o terminal de GNL até Valença do Minho que garante o abastecimento de gás natural à faixa litoral de Portugal com as localidades mais densamente povoadas. Este eixo tem uma grande derivação para Viseu;

Um eixo entre Campo Maior, onde é feita a ligação Espanha - Portugal, e o armazenamento subterrâneo, no Carriço. Este eixo tem uma derivação (Sul - Norte) para a Guarda.

Desta forma, contam-se duas interligações da rede de transporte de Portugal com a rede de transporte de Espanha, sendo uma em Campo Maior (Badajoz) e outra em Valença do Minho (Tuy). O ponto de entrada de Campo Maior tem uma capacidade de interligação de 122,4 GWh/dia e, a interligação de Valença do Minho foi até 2008 um ponto de saída com capacidade de 8,2 GWh/dia. No entanto, em 2009 esta interligação passou a ser utilizada como ponto de entrada em Portugal, com uma capacidade de 23,0 GWh/dia.

Figura 2 – Rede de transporte de gás em Portugal



A entrada de gás natural na rede de transporte, verificada no ano de 2009, foi de 55,6 TWh (4,68 bcm). A capacidade máxima de importação de gás natural por gasoduto é de 8,95 bcm, o que permite constatar que existe presentemente capacidade disponível para um rápido desenvolvimento do sector. O quadro apresenta o balanço de gás natural na rede de transporte desde 2006.

Tabela 3 – O balanço de gás natural na rede de transporte (2006-2009)

	2006	2007	2008	2009
ENTRADAS	51,7	51,1	53,9	56,3
Interligações	27,8	18,3	23,4	22,5
Mercado Interno	23,4	16,4	23,0	22,5
Trânsito	4,4	1,9	0,4	0
Terminal de GNL	23,1	31,5	30,1	33,1
Armazenamento - Extracção	0,8	1,3	0,3	0,7

**A NIGÉRIA ENQUANTO FACTOR INCONTORNÁVEL PARA PORTUGAL NO CAMPO ENERGÉTICO E PARA
ALGUNS PAÍSES DA CPLP NA ESFERA POLÍTICO-MILITAR**

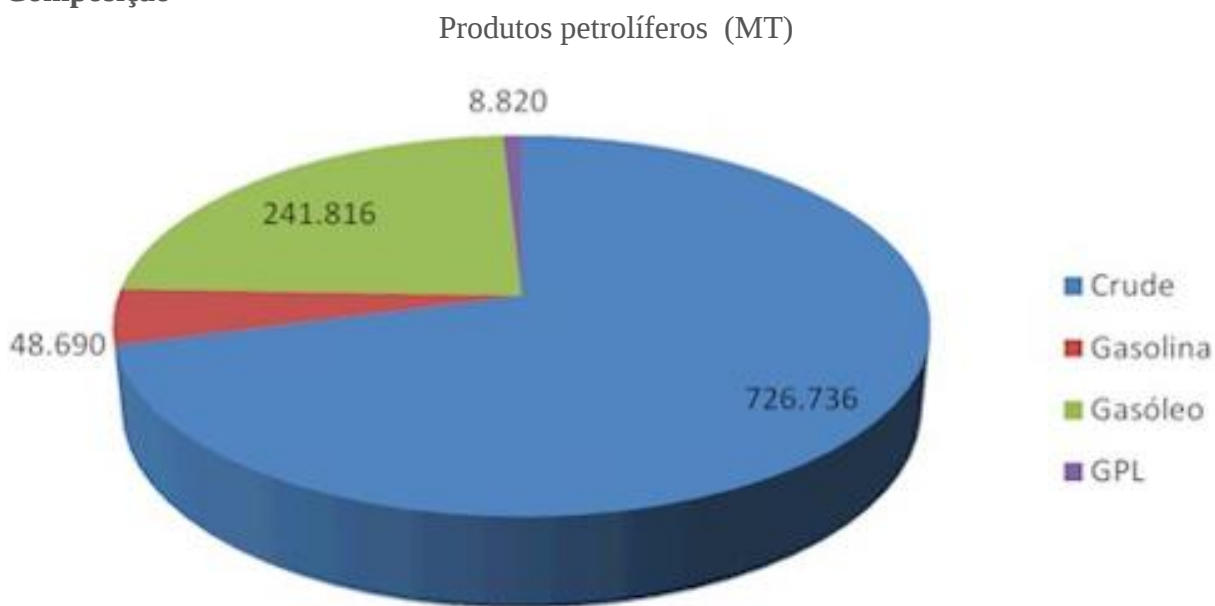
	2006	2007	2008	2009
SAÍDAS	51,9	51,3	53,9	51,7
GRMS	45,9	48,5	53,0	50,6
Armazenamento - Injecção	1,5	0,9	0,4	1,1
Interligações	4,5	1,9	0,5	0
Mercado internacional	0,1	0	0	0
Trânsito	4,4	1,9	0,5	0

Unidade: TWh

Anexo D – Reservas estratégicas petrolíferas portuguesas

Relativamente, às Reservas Estratégicas Petrolíferas Portuguesas, os dados estão presentes na Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos (EGREP) e são relativos ao 3º Trimestre de 2010. Mostram-nos que o crude¹⁹ é a maior reserva de produtos petrolíferos de Portugal, seguido pelo gasóleo, gasolina e gás de petróleo liquefeito (GPL). De referir que no que diz respeito à localização das reservas e mais especificamente o gasóleo, a gasolina e o GPL encontram-se na sua totalidade em território nacional mas parte significativa do crude encontra-se junto da empresa abastecedora que o disponibilizará quando assim for solicitado. Em termos numéricos, a EGREP apenas detém cerca de 37% das reservas de segurança totais, estando entregues os restantes aos operadores. Por último, constatamos que as reservas de consumo têm os seguintes montantes: fuelóleo para 70 dias, gasóleo 33 dias, gasolina 32 e 11 dias para o GPL.

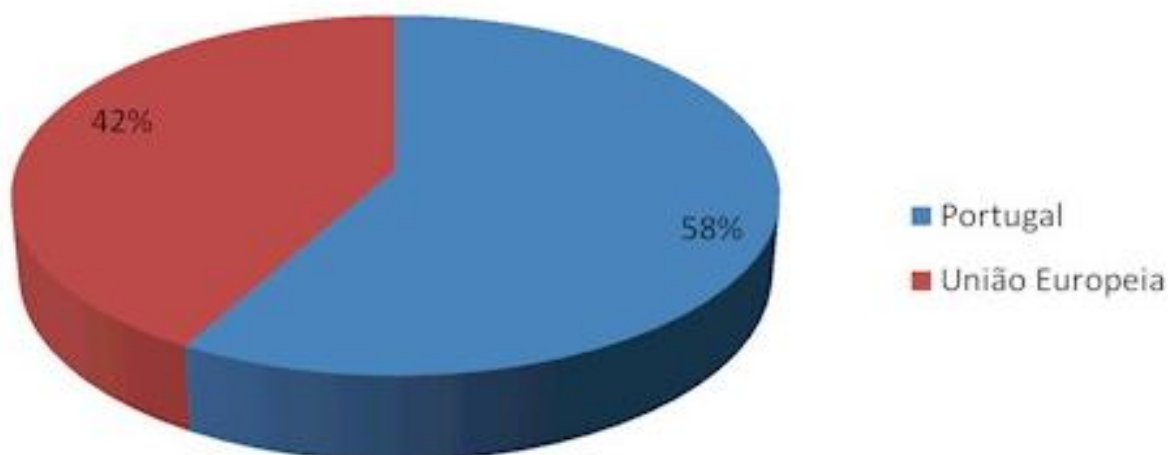
Composição



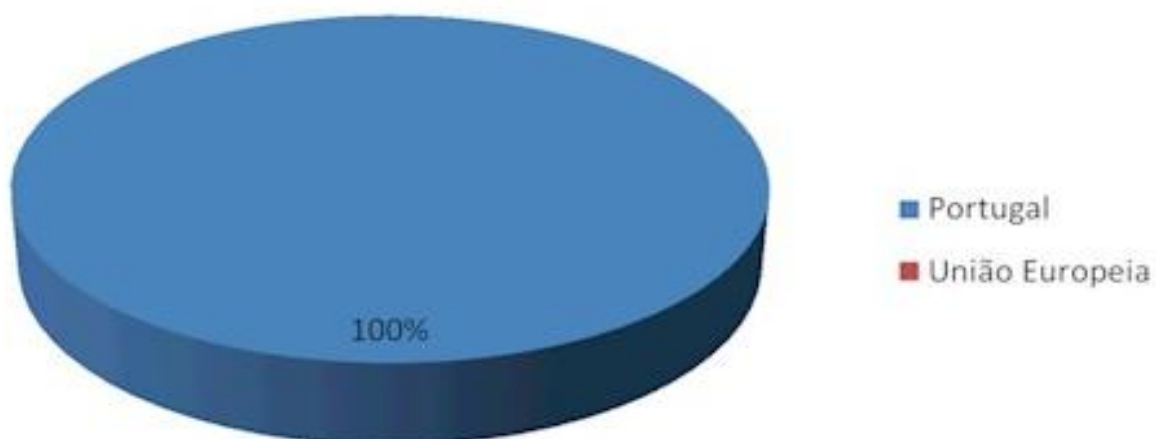
¹⁹ Petróleo bruto.

Localização

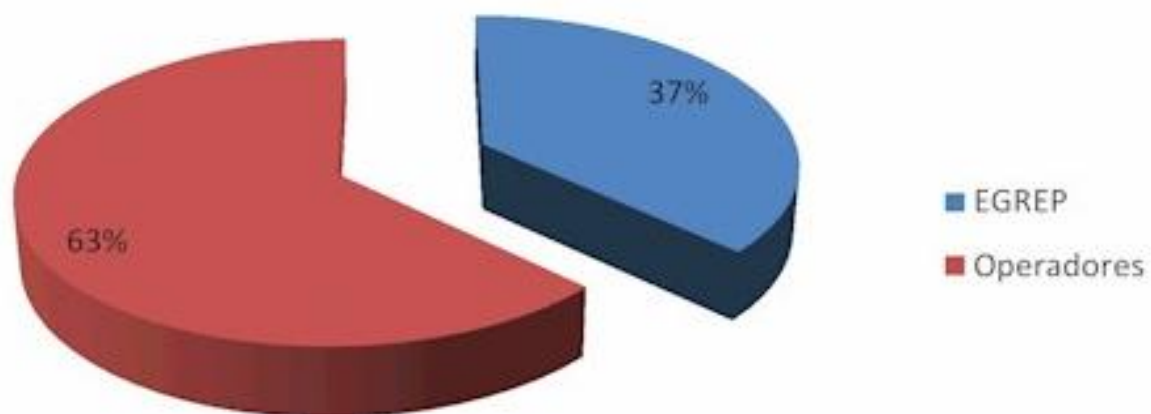
Crude



Gasolinas, Gasóleos e GPL



Reservas de Segurança Totais



Reservas da EGREP em dias de consumo

Produtos	Dias
Gasolina	32
Gasóleo	33
Fuelóleo	70
GPL	11

Anexo E – O petróleo em Portugal

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (MEID)

Petróleo é toda a concentração ou mistura natural de hidrocarbonetos sólidos, líquidos e/ou gasosos, incluindo todas as substâncias de qualquer outra natureza que, com eles, se encontrem em combinação, suspensão ou mistura. Excluem-se da definição os xistos betuminosos. A DGEG é a entidade licenciadora quer relativamente à avaliação prévia quer ao contrato de concessão.

Os combustíveis líquidos são produtos obtidos por destilação do petróleo bruto e tratamentos subsequentes, designadamente gasolinas para automóveis e de aviação, nafta petroquímica, petróleos de iluminação e de motores, carboreactores, gasóleos, fuelóleos, GPL, óleos e massas lubrificantes, solventes e outros derivados líquidos do petróleo bruto destinados ao consumo. A DGEG é a entidade responsável pelo licenciamento das instalações de recepção, processamento, refinação, armazenamento, transporte, distribuição e fornecimento de combustíveis, sem prejuízo das competências atribuídas às autarquias e às Direcções Regionais de Economia (DRE's) e procede ao reconhecimento das entidades inspectoras das instalações de combustíveis derivados do petróleo. Sendo também responsável: pela monitorização do cumprimento das obrigações nacionais e internacionais relativas a reservas obrigatórias de combustíveis; e pela produção de estatísticas relativas à produção, importação, consumo e exportação.

A participação do petróleo na energia primária tem vindo a decrescer representando actualmente cerca de 52% sendo que metade desta energia tem utilização final no sector dos transportes.

A contribuição do Petróleo para a produção de energia eléctrica diminuiu drasticamente. Estão em curso em Portugal importantes investimentos no aparelho refinador no sentido de o tornar mais consentâneo com a actual estrutura de consumo.

A criação da Entidade Gestora das Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos (EGREP) e a forma definida para se assegurar o nível de reservas obrigatórias entre a agência e a indústria, coloca Portugal em linha com as exigências definidas na Directiva nº 98/93/CE e facilitou a entrada de novos comercializadores introduzindo maior concorrência no mercado.

Existem, no entanto, ainda barreiras a eliminar e, por isso, será regulamentado o Decreto-Lei n.º 31/2006, com a definição do regime de acesso de terceiros às instalações de armazenamento e de transporte por oleoduto consideradas de utilidade pública. Será prosseguido o esforço de prospecção de combustíveis fósseis no território português.

A protecção dos direitos e interesses dos consumidores em relação aos preços, à qualidade dos produtos e serviços, ao acesso à informação e à segurança de abastecimento continuarão a ser privilegiados.

Anexo F – Balança comercial entre Portugal e a Nigéria
Instituto Nacional de Estatística (INE)
Estatística do Comércio Internacional de 2010

No que respeita às entradas de bens, é também a Espanha o maior fornecedor de Portugal, tendo mantido a sua posição de relevo ao longo de toda a série analisada, contudo neste fluxo regista-se uma maior variedade dos maiores parceiros e nas respectivas posições relativas, do que a verificada na saída de bens. Ao nível dos parceiros comunitários, não se registaram variações significativas ao longo do período em análise, já nos Países Terceiros houve mudanças e trocas que se evidenciaram ao longo dos anos. Especial destaque para o Japão que ao longo do período em análise foi perdendo importância como fornecedor de bens a Portugal, e em oposição o Brasil, Nigéria e China têm vindo a ganhar importância no ranking dos principais países de origem dos bens com destino a Portugal.

Os Principais Mercados Fornecedores

Tal como se verifica na saída de bens, para além dos bens provenientes dos mercados externos serem sobretudo dos parceiros comunitários, a entrada de bens apresenta uma elevada concentração num número limitado de países. No período entre 1993 e 2009, apenas os 10 principais fornecedores concentravam por ano, em média, 79% do valor global. Em termos de evolução realça-se um ligeiro decréscimo no peso dos 10 maiores mercados de destino a partir de 2005, tendo atingido um peso de 76% em 2008, apesar de em 2009 se ter registado uma ligeira recuperação (78%).

Figura 1 – Comércio Internacional: Evolução do peso dos principais mercados fornecedores (1993-2009)

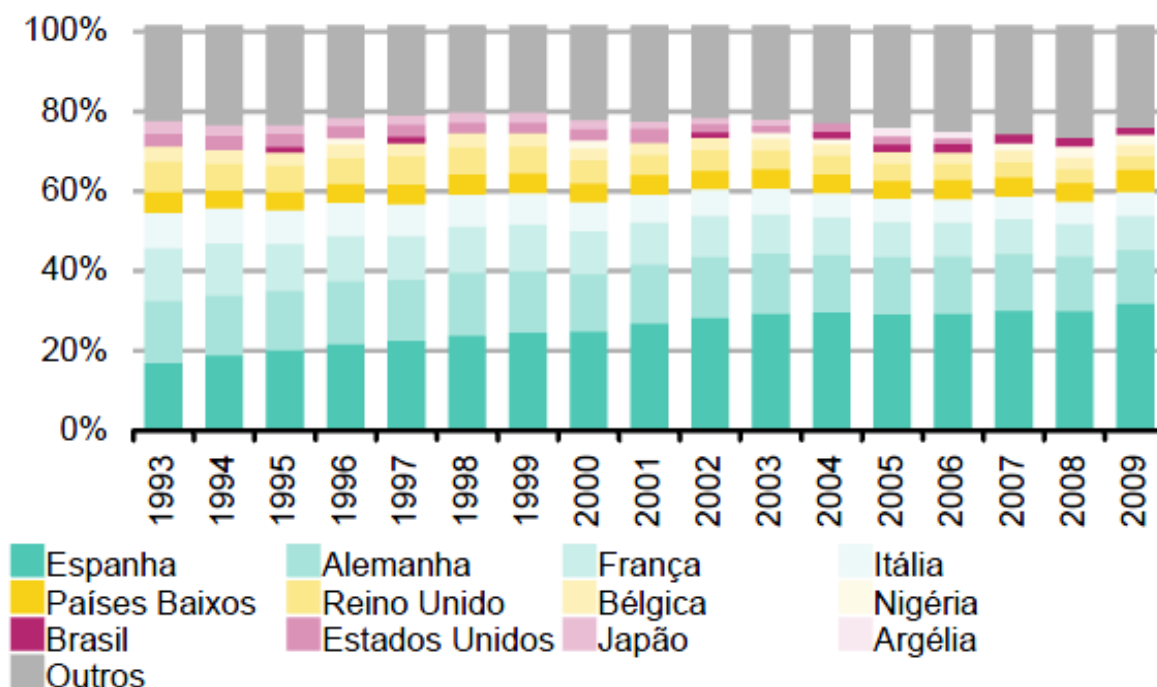
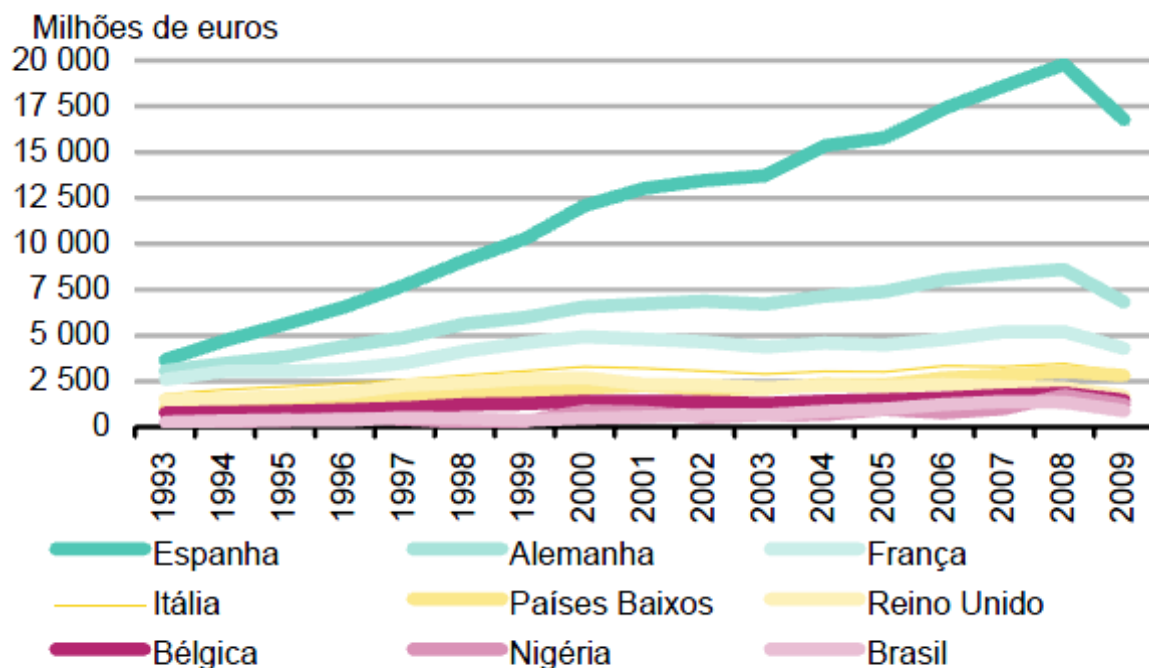


Figura 2 – Comércio Internacional: Evolução do valor dos principais mercados fornecedores (1993-2009)



A análise dos 10 principais mercados fornecedores, no período entre 1993 e 2009, mostra uma maior variedade de parceiros e maiores alterações nas respectivas posições relativas, do que a verificada na saída de bens. Em 1993 e 1994, os maiores fornecedores de bens eram: Espanha, Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo, Japão, Estados Unidos (com os três últimos países a trocarem de posição entre si) e Suíça (inclui Liechtenstein).

A partir de 1995, a Suíça deixa de ser um dos principais parceiros, sendo substituída até 2004 na 10ª posição ora pelo Brasil (1995, 1997 e 2002), pela Nigéria (1996, 2000, 2003 e 2004), pela Suécia (1998), pela Noruega (1999) ou pelo Japão (2001, passando a Noruega à 9ª posição).

A partir de 2004, o Japão deixa igualmente de ser um dos maiores mercados fornecedores nacionais, enquanto o Brasil passa definitivamente a fazer parte do ranking dos 10 principais mercados. Em 2005, a Argélia atingiu a 8ª posição, reflexo do forte acréscimo registado na entrada de bens originários desse país, nomeadamente de Combustíveis minerais, superando os Estados Unidos, o Brasil e a Nigéria.

No ano seguinte, como resultado do aumento registado na entrada de bens com origem no Brasil e das quebras verificadas na Argélia e nos Estados Unidos, o mercado sul-americano ascendeu à 8ª posição. A partir de 2007, a Argélia e os Estados Unidos deixaram de fazer parte do ranking dos 10 principais mercados fornecedores, em contrapartida da Nigéria e da China. Deste modo, em 2009 os principais mercados fornecedores de bens passaram a ser Espanha, Alemanha, França, Itália, Países Baixos, Reino Unido, Bélgica, Nigéria, China e Brasil.

Anexo G – Ficha alargada da Nigéria do MNE

27/01/11

NIGÉRIA Ficha alargada

1. Geopolítica

	
	 https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/maps/maptemplate_zi.html

2. Alguns dados estatísticos²⁰

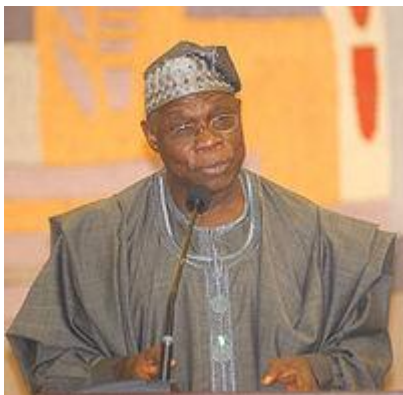
Principais recursos naturais	Gás natural, petróleo, estanho, ferro e solo arável
Esperança média de vida²¹	48 (2008)
Posição Índice de Desenvolvimento Humano³	142 ^a (num total de 169 países)
Estrutura etária	0-14 (41.5%), 15-64 (55.5%), 65 e mais (3.1%)
Nível prevalência HIV/SIDA²	1% (dados de 2007)
Literacia²	60% (2008)
Despesas com educação	0.9% PIB (1991)
Despesas militares	1.5 % PIB (2006) Forças Armadas - 76.000 efectivos
Exportações Principais clientes	EUA (35.1), Índia (10.4%), Brasil (9.3%), Espanha (7.2%) França (4.7%) (2009)
Importações Principais fornecedores	China (14.9%), EUA (8.9%), Países Baixos (8.2%), Coreia do Sul (5.5%), Reino Unido (4.7), e França (4.2%) (2009)

²⁰ Dados CIA – World Fact Book

²¹ Dados Banco Mundial

³ Dados PNUD

3. Antecedentes políticos



Ex-PR Olusegun Obasanjo

A República Federal da Nigéria tornou-se independente do Reino Unido em 1 de Outubro 1960. Num percurso paralelo ao de muitos países subsarianos, a Nigéria viveu sob grande instabilidade política após a sua independência, com sucessivas acções de tomada de poder protagonizadas por elementos das Forças Armadas. Um dos episódios mais marcantes da instabilidade do país ocorreu com a tentativa secessionista do Biafra que, entre 1967 e 1970, provocou uma guerra civil sangrenta e que terminou com a rendição das forças separatistas.

Por outro lado, o país tem sido marcado por importantes rivalidades étnicas (mais de 250 grupos étnicos) e religiosas – a etnia Hausa-Fulani (muçulmana) no Norte (29% total população), e as etnias Yoruba (cristãos/animistas) do Sudoeste (21%) e Ibo do Leste (18%), o que dificulta o sentimento de pertença a uma única identidade nacional.

Em 13 de Fevereiro 1976, o General Murtala Muhammed foi assassinado numa tentativa falhada de golpe de Estado, vindo o seu Chefe de Gabinete, o Tenente-General Olusegun Obasanjo, a tornar-se o Chefe de Estado. Este manteve o calendário fixado pelo seu predecessor sobre o retorno dos civis ao poder, ao mesmo tempo que efectuou reformas nas Forças Armadas e procurou desenvolver a economia do país. Uma Assembleia Constituinte foi eleita em 1977 com o objectivo de redigir uma nova Constituição, que viria a ser publicada em 21 de Setembro 1978. Foi levantada a proibição de actividade política, em vigor desde o início dos governos militares, o que permitiu a formação de partidos políticos que se apresentaram ao ciclo eleitoral de 1979, no decurso do qual Shehu Shagari, do Partido Nacional da Nigéria, foi eleito Presidente. Assumiu o cargo em 1 de Outubro 1979, tendo esta sido a primeira vez na história da Nigéria em que se verificou uma transferência de poder pacífica.

O ciclo de golpes de Estado regressaria em 31 de Dezembro de 1983 com a tomada do poder pelo Major-General Muhammadu Buhari, que se proclamou líder do Conselho Militar Supremo. Este, por sua vez, foi deposto em 27 de Agosto 1985 pelo General Ibrahim Babangida, que se viria a manter em funções até 27 de Agosto 1993, altura em que, pressionado por manifestações de rua que resultaram na morte de mais de 100 pessoas, acabou por ceder o poder a um Governo interino. Com a situação do país cada vez mais insustentável, o então Ministro da Defesa, Sani Abacha, assumiu o controlo e forçou a demissão do Governo provisório, em 17 de Novembro 1993.

Em 8 de Junho 1998, na sequência da morte do Presidente Sani Abacha, o General Abdulsalami Abubakar toma o poder e promove a realização de eleições parlamentares e presidenciais em 27 de Fevereiro 1999, nas quais é eleito como Presidente Olusegun Obasanjo. Uma nova constituição vê a luz nesse mesmo ano, simbolizando a transferência pacífica de poder para os civis. A mesma instituiu um sistema de governo presidencialista, com mandatos de 4 anos renováveis apenas uma vez e uma estrutura federal de organização

política (36 Estados), com muitos poderes investidos na autoridade do Governador estadual, modelo que visa amenizar as tensões de um país marcado pelas clivagens étnicas e religiosas.

Apesar das intenções apresentadas de consolidar o regime democrático através do poder civil, as fortes rivalidades étnicas e a corrupção endémica continuaram a marcar a sociedade nigeriana. Um símbolo elucidativo das divisões religiosas do país foi a instauração da Lei Islâmica (Sharia) nos Estados do Norte em 2000.

4 – Assuntos actualmente mais prementes na relação com Portugal

Apesar de ser um dos países mais populosos do mundo, um fornecedor importante de gás e petróleo a Portugal e um actor incontornável no contexto africano, em geral, e na África Ocidental, em particular, Portugal tem tido um relacionamento escasso ao nível de contactos políticos e económicos com a Nigéria. A balança comercial portuguesa é altamente deficitária, não estando as empresas portuguesas a aproveitar o enorme potencial deste mercado. A expectativa de avultados investimentos do Estado nigeriano na região do Delta do Níger, em consequência de um plano de amnistia, poderá abrir novas oportunidades de negócio para as empresas nacionais, em especial as que operam na área de infra-estruturas.

Em 21 de Maio 2010, S. Exa. o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação endereçou uma carta ao seu homólogo nigeriano pela qual o convidou a visitar Lisboa, em data a acordar através dos canais diplomáticos, e assim estreitar os laços de cooperação entre os dois países, em especial nos campos político e económico.

Acordo sobre Transportes Aéreos – No final de Maio 2009, a Nigéria propôs a realização de negociações bilaterais com vista à celebração deste Acordo. Contudo, o INAC (Instituto Nacional de Aviação Civil) referiu que, antes de se iniciar o processo de negociação, a Nigéria teria de concordar com as cláusulas-tipo da União Europeia, sem cuja aceitação Portugal não poderia celebrar nenhum acordo bilateral neste domínio. Aguarda-se reacção da parte nigeriana.

Acordo de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos - As negociações entre Portugal e Nigéria decorrem desde 2005. Em Agosto de 2008, Portugal enviou a última contraproposta de texto às autoridades nigerianas que ainda não responderam.

Convenção para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento – Em 15 de Fevereiro de 2010, o Centro de Estudos Fiscais do Ministério das Finanças (CEF) reagiu à proposta de texto nigeriana, apresentada em finais de Março 2008. Foi solicitado parecer ao Departamento de Assuntos Jurídicos, em 4 de Março 2010. Em 2 de Junho seguinte, o DAJ emitiu parecer, sendo a próxima fase o início das rondas negociais com a Nigéria. O projecto de Convenção foi submetido à apreciação da Nigéria em 23 de Junho 2010, via Embaixada em Abuja e, apesar das insistências, continua em análise pelas competentes autoridades nigerianas.

Acordo de Cooperação nas áreas da Educação, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Cultura, Juventude, Desporto, Comunicação Social e Turismo, assinado em 30 de Abril de 2008, em Lisboa. Publicado no D.R. nº42, 1ª série, de 2 de Março de 2009. A aguardar pela conclusão dos procedimentos internos da Nigéria.

Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, assinado em Lagos, em 25 de Maio de 1990. Publicado no D.R nº113, 1ª série, de 17 de Maio de 1991. Falta notificação da Nigéria sobre a conclusão dos respectivos procedimentos de aprovação interna.

5 – Política interna



Umaru Yar'Adua

▪ Em 21 de Abril 2007, Umaru Yar'Adua foi eleito Presidente com 70% dos votos²², resultado que foi contestado pelos seus adversários Buhari e Atiku Abubakar. Quer o Tribunal Eleitoral de Abuja quer o Supremo Tribunal de Justiça defenderam a legalidade do escrutínio. Contudo, a decisão desta última entidade jurisdicional esteve longe de ser consensual, tendo três membros do colectivo de sete juízes defendido a realização de novas eleições. À luz das normas internacionais e regionais (CEDEAO), o escrutínio não foi regular.

▪ Após um prolongado período de doença do Presidente Umaru Yar'Adua, que criou um clima de instabilidade política, o Vice-Presidente Goodluck Jonathan passou a exercer a liderança em Fevereiro 2010. Com a morte de Yar'Adua em 5 de Maio 2010, Jonathan foi empossado no dia seguinte como Presidente da Nigéria. A transição de um Presidente para o outro gerou rivalidades internas no seio do Partido Democrático Popular, no poder desde 1999, quanto à proveniência geográfica do candidato a nomear. Ao abrigo da alternância que garante dois mandatos seguidos a um candidato do PDP do Norte muçulmano, seguindo-se-lhe posteriormente um do Sul cristão e animista, o Norte teria teoricamente teria direito a mais um mandato (Yar'Adua estava ainda no seu primeiro). Todavia, e apesar de ser oriundo do Sul, Goodluck Jonathan conseguiu garantir a nomeação do PDP para se candidatar à Presidência, o que no actual panorama político nigeriano, onde aquele partido predomina desde 1999, lhe garantirá seguramente a eleição.

▪ Ao tomar posse em Maio, Jonathan reiterou as três prioridades Executivo, a saber: reforma eleitoral; reforma do sector electricidade; e processo de amnistia do Delta do Níger. Sobre a primeira vertente, foi nomeado o novo Presidente da Comissão Nacional de Eleições, Attahiru Jega, Vice-Reitor da Universidade de Kano, cuja imparcialidade é reconhecida. Todavia, a dificuldade em organizar o recenseamento de cerca de 70 milhões de eleitores obrigou a Comissão Nacional de Eleições a adiar as eleições presidenciais, parlamentares e de governadores de Janeiro de 2011 para Abril de 2011, pairando ainda assim muitas incertezas quanto à possibilidade da Comissão em garantir a realização de eleições livres e justas.



PR Goodluck Jonathan

▪ A situação de instabilidade crónica no Estado do Delta do Níger conheceu alguma acalmia, para a qual terá contribuído o empenho político que o PR Yar'Adua colocou no processo de negociações do processo de paz com os guerrilheiros do MEND (Movimento para a Emancipação do Delta do Níger) do qual resultou um acordo e a amnistia, decretada pelo Governo em 25 de Junho 2009. Ao abrigo desse acordo, o Governo anunciou um plano de investimento em infra-estruturas para a região, orçado em mil milhões de dólares, estando também previsto verbas para o apoio à integração dos guerrilheiros na vida civil. A execução destes planos tem sido marcada pela corrupção e o desvio de fundos, e apesar de se terem registado alguns sucessos,

²² A Missão de Observação Eleitoral da UE considerou que o escrutínio foi marcado pela fraude, não representando um avanço no processo de democratização do país.

têm ocorrido esporadicamente actos de violência da parte de facções do MEND, mas também de gangs que operam naquela região. O regresso da violência ao Delta do Níger representa um duro revés para o Presidente Jonathan, ele próprio originário do Sul do país. O relativo falhanço desta iniciativa evidencia a ineficácia das instituições nigerianas em proteger as instalações petrolíferas, que são a principal fonte de rendimento da Nigéria, tanto pela acção das suas forças de segurança como através de acordos políticos. A retoma da actividade terrorista num período pré-eleitoral agrava ainda mais a instabilidade vivida naquele país e coloca dúvidas quanto à capacidade do Estado nigeriano em controlar efectivamente todo o seu território.

- O Estado do Plateau, situado na charneira entre o norte muçulmano e o sul cristão e animista, constitui um microcosmo do mosaico das religiões e etnias do país. Episódios de violência têm sido recorrentes nesta região, resultando na morte de centenas de pessoas.
- A Nigéria faz parte do grupo de países com um índice de desenvolvimento humano (IDH) baixo, encontrando-se na 142ª posição no total dos 169 países avaliados²³. No contexto regional, os valores da Nigéria colocam-na acima da média dos seus vizinhos, à excepção do Gana, Camarões, Benim e Togo.

6 – Política externa



MNE Henry Odein Ajumogobia

- Membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e da União Africana (UA). É membro não-permanente do CSNU para o biénio 2010-2011.
- Em 16 de Fevereiro 2010, na Cimeira de Abuja, a Nigéria foi reeleita para a presidência da CEDEAO, pelo período de um ano, o que constituiu um assinalável êxito para a Administração Jonathan.

- Na qualidade de presidente da CEDEAO, a Nigéria tem-se mostrado particularmente activa na abordagem à crise política na Costa Marfim, onde foi célere a mobilizar os demais Estados-membros daquela organização na condenação da atitude de Laurent Gbagbo de não aceitar a derrota eleitoral e abandonar o poder a favor de Alassane Ouattara. Com efeito, tanto o Presidente Jonathan como o MNE Ajumogobia têm apelado a uma intervenção armada da CEDEAO para retirar Gbagbo do poder, sendo a Nigéria vista neste contexto em África como alinhada com a União Europeia e os Estados Unidos. Todavia, ao fazer depender a intervenção de um mandato do CSNU que dificilmente existirá, dada a oposição de China e Rússia, Abuja parece não querer realmente correr o risco de intervir militarmente num país vizinho onde vive cerca de um milhão de nigerianos, sobretudo com eleições previstas para Abril. Também atendendo à falta de consenso no seio da CEDEAO, a intervenção armada deverá ser interpretada mais como uma ameaça para fazer Gbagbo abandonar o poder do que uma realidade iminente.

²³ Dados PNUD 2010. Em 2009, a Nigéria apresentava um nível médio de IDH (158º em 183 países)

- Sendo a potência predominante da África Ocidental (com 152 milhões de habitantes, é o país mais populoso de África) a Nigéria assumiu a liderança de várias operações de manutenção de paz, nomeadamente na Libéria (2 vezes) e Serra Leoa. Participa ainda nas missões no Sudão/Darfur, sob a égide da UA, e na Costa do Marfim. As tropas nigerianas estiveram presentes ainda na ex-Jugoslávia, Angola e Ruanda e, actualmente, cerca de 6 mil soldados participam em 12 missões da ONU a nível mundial. O antigo Presidente Obasanjo desempenhou um papel muito activo na iniciativa do NEPAD (Novo Programa de Parceria Económica para o Desenvolvimento de África) e foi Presidente da UA no biénio de 2005-2006.
- No âmbito regional, as relações foram por algum tempo conflituosas com os Camarões devido a disputas fronteiriças. Em 10 de Outubro 2002, o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) emitiu um veredicto que implicou pequenos ajustamentos ao longo da fronteira terrestre entre os dois países, com a transferência de soberania de algumas aldeias. A questão mais importante em causa era, contudo, a soberania sobre a península de Bakassi, que o TIJ atribuiu aos Camarões, embora sendo mais flexível no respeitante à posse dos campos petrolíferos da zona marítima. Uma Comissão Mista entre os dois Estados, funcionando sob os auspícios da ONU, definiu as modalidades de transferência e, em 12 de Junho 2006, as partes firmaram o Acordo de Greentree, saindo os nigerianos definitivamente da península de Bakassi, em 14 de Agosto 2008.
- Com outros actores regionais, será de salientar o bom relacionamento com São Tomé e Príncipe. Os dois países criaram uma Zona de Desenvolvimento Conjunta, com o objectivo de explorar os recursos petrolíferos do Golfo da Guiné e garantir a segurança marítima da zona económica exclusiva de ambos. A Nigéria tem ainda acordos de Parceria Especial com Cabo Verde e África do Sul.
- A primeira *troika* Ministerial entre União Europeia (UE) e a Nigéria, ocorrida em 20 de Maio 2008, em Liubliana, conferiu grande impulso ao diálogo político entre as duas partes. Neste encontro foram definidas as grandes linhas de orientação do relacionamento bilateral, que viriam a ser plasmadas, na segunda reunião da *Troika* Ministerial UE-Nigéria, em 9 de Junho 2009, em Praga, no documento *Nigeria-EU Joint Way Forward* (A Nigéria é um dos três países africanos que tem este estatuto avançado do relacionamento bilateral com a UE, os outros sendo Cabo Verde e a África do Sul). As áreas de acção prioritária definidas foram: Paz e Segurança; Boa Governança e Direitos Humanos; Comércio e Integração Regional; e Assuntos Centrais para o Desenvolvimento. A terceira reunião, marcada para 10 de Novembro de 2010 em Abuja, foi adiada para a primeira metade de 2011 por falta de agenda de membros da Comissão Europeia e Presidência belga.
- O projecto de construção do gasoduto trans-sariano, ainda a aguardar financiamento, tem contribuído para aprofundar as relações entre a Nigéria e o vizinho Níger e ainda com a Argélia.
- A Nigéria tem participado nos últimos anos nas reuniões que o G8 tem vindo a manter com alguns países africanos, no quadro do NEPAD. O país ambiciona participar no G20, pretensão que se sente com direito, tendo em consideração a sua dimensão geográfica e económica, tendo para esse efeito desenvolvido diligências activas.

7 – Relações Luso-Nigerianas

7.1 Políticas

Os dois países encetaram relações diplomáticas em 30 de Junho de 1975, cada um mantendo uma Embaixada residente no outro país. As visitas bilaterais de alto nível têm sido escassas, sendo de assinalar a visita do MNE nigeriano a Lisboa em Abril de 2008, no decurso da qual foi firmado um Acordo de Cooperação nas áreas da Educação, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Cultura, Juventude, Desporto, Comunicação Social e Turismo. No âmbito das Presidências portuguesas do Conselho da UE, em 2000 e 2007, os presidentes Obasanjo e Yar'Adua, respectivamente, visitaram Portugal. Do lado português, S.Exa o SENEC visitou a Nigéria em 2005.

7.2 Económicas

Os indicadores económicos mais recentes, que remontam ao primeiro semestre de 2009, colocam a Nigéria na 13ª posição dos fornecedores de Portugal. As importações nacionais concentram-se sobretudo nos óleos brutos de petróleo e no gás natural (60% do gás consumido em Portugal provém da Nigéria), sendo as nossas exportações mais reduzidas e diversificadas, com a predominância para as máquinas e veículos. A Nigéria é o nosso 53º cliente, sendo a balança comercial bilateral claramente desfavorável para Portugal.

No âmbito do Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica de 15 de Junho de 1982, foi criada uma Comissão Mista Luso-Nigeriana, que se reuniu em Agosto de 1998.

7.3 Culturais

Os dois países subscreveram um Acordo nesta matéria (vide nº 4 supra) que aguarda pela conclusão dos procedimentos internos na Nigéria para entrar em vigor em vigor.

No campo do ensino da língua portuguesa, existe na Universidade de Abuja uma cadeira de introdução ao português para os alunos do 1º ano da licenciatura de inglês.

7.4 Cooperação

A Nigéria não é um país prioritário para a Cooperação Portuguesa, tendo a Ajuda Pública ao Desenvolvimento Nacional atribuída àquele país sido de 55.840€²⁴, no ano de 2008. A nível sectorial, a Educação, nomeadamente o Ensino Superior, foi a prioridade na aposta da cooperação com a Nigéria, através do financiamento da rede de Docência e da atribuição de bolsas de Estudo.

O montante mais elevado disponibilizado nos últimos 4 anos foi de 86.478€, em 2006.

7.5 Comunidade Portuguesa/Nigeriana

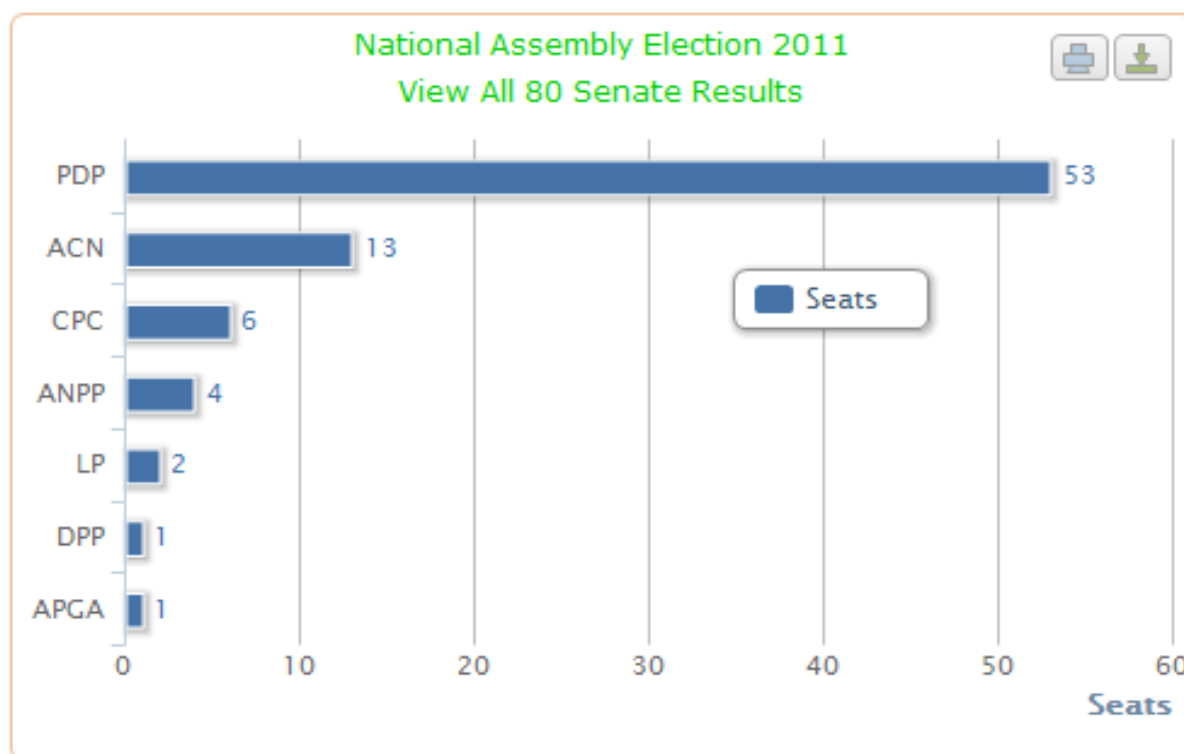
Em 2009 residiam em Portugal 299 cidadãos nigerianos²⁵. Em sentido inverso, de acordo com a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, 68 cidadãos nacionais residiam na Nigéria.

²⁴ Dados do IPAD

²⁵ Dados do SEF

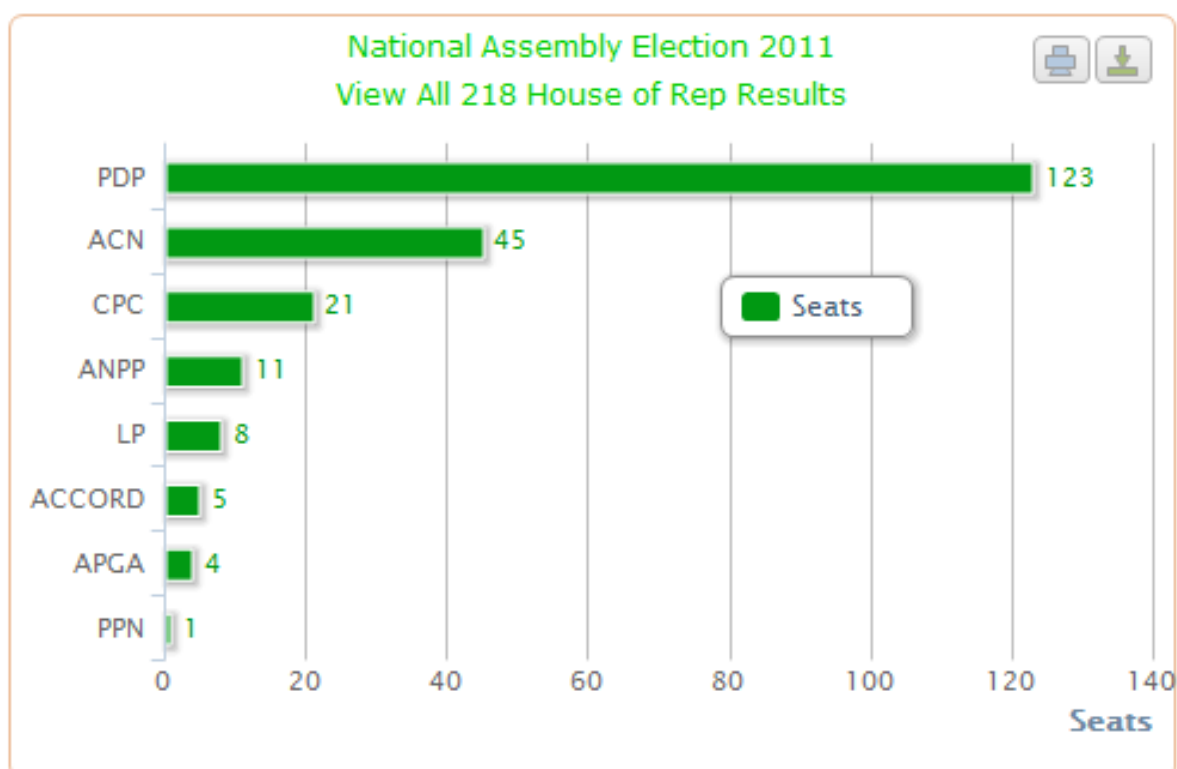
Anexo H – Resultados das eleições nigerianas de Abril de 2011

Resultados para a Assembleia Nacional – Senado



(Fonte: <http://nigeriaelections.org/index.php>, acedido em 26 de Abril de 2011)

Resultados para a Assembleia Nacional – Câmara dos Representantes



(Fonte: <http://nigeriaelections.org/index.php>, acedido em 26 de Abril de 2011)

Percentagem de votantes e intenção de voto

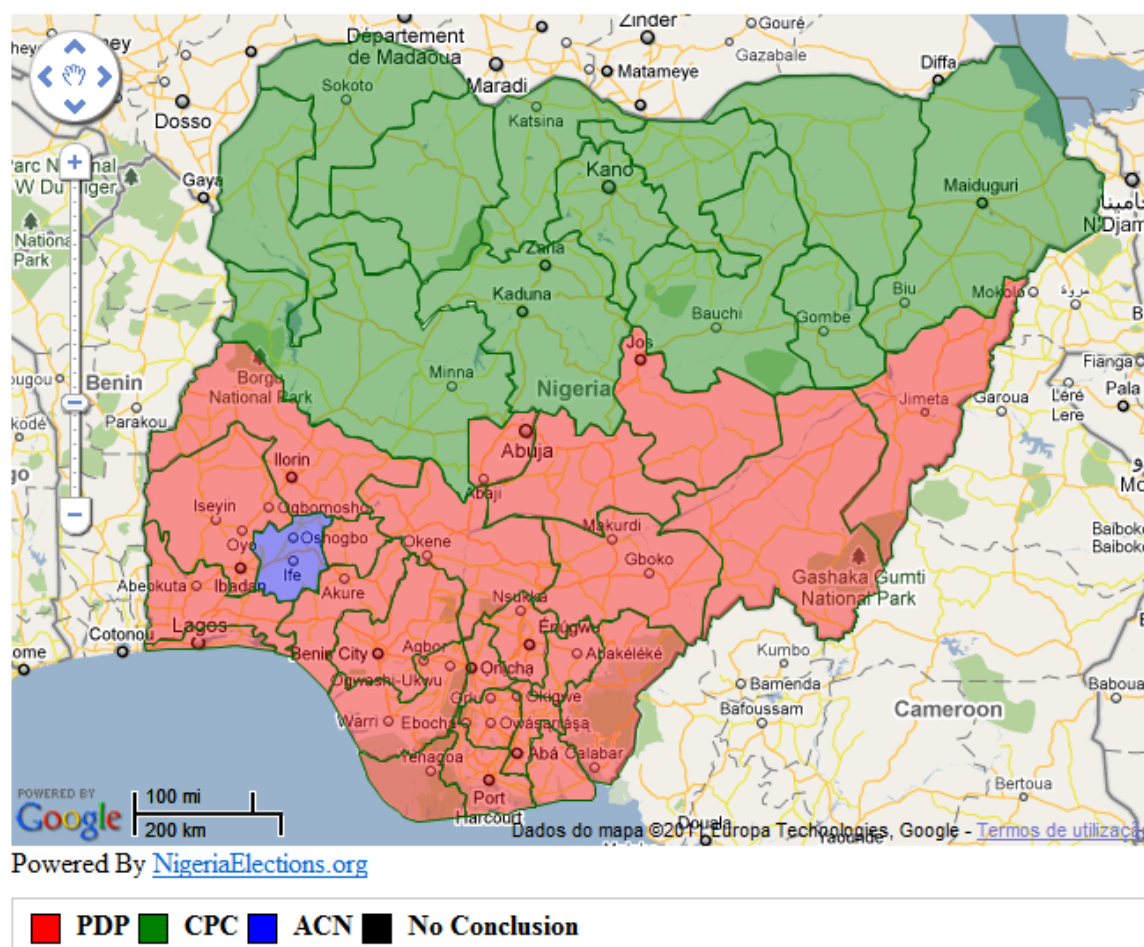
Summary

PARTY	VOTES	MARGIN
PDP	22,495,187	58.89%
CPC	12,214,853	31.98%
ACN	2,067,301	5.41%
ANPP	917,012	2.40%
Others	504,866	1.32%

(Fonte: <http://nigeriaelections.org/index.php>, acedido em 26 de Abril de 2011)

Análise dos votos por região

Geographical Analysis (2011 Presidential Election)



(Fonte: <http://nigeriaelections.org/index.php>, acedido em 26 de Abril de 2011)

Apêndices I – Matriz conceptual do TII

Enunciado do Tema		
A Nigéria enquanto factor incontornável para Portugal no campo energético e para alguns países da CPLP na esfera político-militar		
Questão Central		
Qual o contributo energético Nigeriano para Portugal e como é percebida por Portugal a influência política e militar da Nigéria no âmbito dos países da CPLP?		
 		
Questões Derivadas	Hipóteses (H)	Confirmação das H
QD1. Qual a situação política e militar actual da Nigéria?	H1. A actual situação política e militar da Nigéria é instável e indutora de elevado grau de incerteza, devido fundamentalmente à luta pelo poder.	Páginas 10 a 15
QD2. Qual a situação energética nigeriana no contexto dos fornecedores de energia mundiais?	H2. A situação energética nigeriana está em declínio devido à instabilidade produtiva provocada pela insegurança.	Página 7 a 9
QD3. Qual a situação energética Portuguesa?	H3. Portugal está num processo de diversificação energética, tentando complementar as suas principais fontes energéticas com novos fornecedores internacionais e por isso Portugal tem vantagens em ter a Nigéria como fornecedor energético.	Páginas 17 a 19
QD4. Quais os benefícios e os riscos para Portugal em ter a Nigéria como fornecedor energético?	H4. O principal benefício para Portugal é a diversificação energética e o principal risco é a instabilidade nigeriana.	Páginas 25 a 30
QD5. Quais serão os interesses portugueses e nigerianos nos países africanos da CPLP?	H5. Os interesses portugueses e nigerianos nos países africanos da CPLP são coincidentes.	Página 32 a 37
QD6: Qual a cooperação militar portuguesa e nigeriana em Angola, na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe?	H6. A cooperação militar nigeriana com os países africanos da CPLP é possível no curto e médio prazo.	Página 40 a 41

Resposta à Questão Central

Entendemos que o contributo energético nigeriano para Portugal é enorme, aumenta a diversificação e consequentemente a segurança energética portuguesa. A influência nigeriana tem sido percebida por Portugal de forma indirecta via CPLP, mas Portugal tem sabido cooperar com os países africanos da CPLP através de numerosas missões técnico-militares que lhes permitem aumentar a soberania e segurança.

Apêndices II – Entrevista ao Professor Doutor Armando Marques Guedes

Armando Marques Guedes, Professor Doutor detentor de um extenso currículo, do qual destacamos: Professor Associado com Agregação, de nomeação definitiva, da Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, desde Maio de 2005, e Membro do Conselho dessa Faculdade; Professor Convidado (1999-2010) Curso de Defesa Nacional (IDN), Instituto de Defesa Nacional, Ministério da Defesa; Professor Convidado (1999-2009) Instituto de Estudos Superiores Militares (IAEM, depois IESM), Ministério da Defesa, e desde 2010 Professor e membro do Conselho Científico do mesmo Instituto; Professor Convidado do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCP SI), Ministério da Administração Interna (MAI), e coordenador científico de uma pós-graduação em Gestão de Crises Cíveis. Bem como Professor Convidado no Instituto Nacional de Administração (INA), no Ministério da Ciência e Ensino Superior. É, também, o representante da Faculdade de Direito da Nova junto ao IESM, no quadro da Comissão de Gestão do Protocolo entre as duas instituições, que visa estabelecer um Programa de Doutoramento no Instituto. Em Portugal, tem servido desde 2005 como Presidente da Assembleia Geral, Sociedade Portuguesa de Direito Internacional (SPDI) uma branch da International Law Association (ILA); Vice-Presidente do Conselho Superior do Movimento Europeu, Portugal; primeiro membro do Conselho Directivo e depois Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT); Vice-Presidente da Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa; Vice-Presidente do Instituto for Luso-Árabe para a Cooperação (ILAC), e Presidente da sua Comissão de Relações Externas e Institucionais; Presidente da Comissão de Relações Internacionais e Institucionais, Instituto da Democracia Portuguesa (IDP), e Membro do seu Conselho de Curadores; Membro Fundador do Centro Português de Geopolítica.

Relativamente à temática apresentada, referiu que:

Em termos gerais, a mudança verificada em 2008 com a cessação do contrato de abastecimento do petróleo nigeriano pela GALP e a sua mudança para um contrato de fornecimento de gás natural, percebe-se muito provavelmente devido à actual política energética da GALP, que reflecte a política da sua Direcção, ou seja, estamos a assistir a uma mudança do paradigma em relação ao petróleo visto que actualmente a GALP se encontra a apostar mais no gás natural e a dinamizar o seu fornecimento para todo o país.

Também em relação à entrada da GALP em S. Tomé e Príncipe, aquando do início do processo, ficamos com a percepção de que houve a um conjunto de dificuldades internas em firmar um acordo interministerial conjunto que nos possibilitaria entrar directamente no negócio do petróleo de S. Tomé e Príncipe, retirando daí todos os benefícios que seriam expectáveis.

Especificamente em relação aos actuais contratos de exploração do petróleo e do gás natural continuou referindo que estes são sinónimo de uma “atipicidade atípica”, ou seja, são muito diferentes dos demais contratos, mas têm especificidades próprias que os caracterizam de um modo geral mas também ele atípico. Assim, estes contratos de exploração envolvem características próprias que poderão envolver negociações difíceis entre países (ou Estados e empresas privadas) sobre as zonas de exploração.

A Convenção de Montego Bay esclarecer as regiões em que se exerce soberania de cada Estado costeiro: grosso modo, esta estende-se além do seu território e das suas águas interiores e, no caso de Estado arquipélago, das suas águas arquipelágicas, a uma zona de mar adjacente designada pelo nome de mar territorial. Esta soberania também se estende ao espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial, bem como ao leito e ao subsolo deste mar. A soberania sobre o mar territorial é exercida de conformidade com a presente Convenção

e as demais normas de direito internacional.

Esta responsabilidade dos Estados, resultante do acordo multilateral estabelecido com a Convenção refere especificamente que os países são responsáveis pelo mar territorial, zona económica exclusiva, plataforma continental, biodiversidade da área e outros, e estabelece os princípios gerais da exploração dos recursos naturais do mar, como os recursos vivos, os do solo e os do subsolo. Acontece que as diferentes zonas económicas exclusivas dos países são contíguas e que a maior parte dos países não possui o conhecimento e a tecnologia necessárias ao seu correcto levantamento e delimitação e ainda que a maior parte dos países não consegue garantir a exploração, a protecção e a segurança nestas áreas pelo que celebram contratos com mecanismos de compensação.

Estes mecanismos de compensação são alvo de uma difícil negociação já que nenhum país quer trocar uma área da sua responsabilidade com potencialidades por uma outra que não possua iguais potencialidades. Assim interessa por via de regra que uma área possua as características gerais de a sua localização ser o mais perto possível do seu território e da sua costa por motivos de exploração e de segurança, que a zona não possua falhas tectónicas que inviabilizem ou condicionem a exploração petrolífera, que a zona não seja profunda pois quanto maior for a sua profundidade mais difícil é a sua exploração e maior e mais cara é a tecnologia empregue, que essa zona também possua biodiversidade e que também possa ter direito a exercer a actividade piscatória. Assim e abordando especificamente a Zona de Exploração Conjunta entre a Nigéria e São Tomé e Príncipe há a referir que toda esta zona foi alvo de difíceis e negociações, chegando-se à conclusão que era melhor explorá-la conjuntamente e obter daí os maiores benefícios.

Continuou referindo que toda esta conjuntura poderá ser favorável a Portugal porque Portugal poderá ajudar os países da CPLP a determinar a extensão da sua plataforma continental, utilizando os seus meios, a sua tecnologia e sobretudo o seu Know-How, ou seja, uma excelente capacidade oceanográfica. Relembrou que caso um país não tenha capacidade para garantir a exploração, protecção e segurança da sua área (capacidade de usufruir e de proteger) e esta esteja a ser pretendida por outros, poderá sempre fazer uso ao outsourcing – para um outro Estado, ou para uma entidade privada – para a sua exploração (como é o caso dos Açores que têm uma plataforma marítima que abarca uma elevada biodiversidade muito querida da indústria farmacêutica para pesquisas na área), não perdendo assim o controlo da área.

Referiu que em Setembro de 2010, sob a égide da Fundação D. Manuel II e no âmbito das iniciativas que assinalam o centésimo aniversário do falecimento do Rei D. Carlos, foi organizado um (segundo) congresso subordinado ao tema “ Os Mares da Lusofonia”, reunindo saberes e entidades na âmbito da Ciência dos mares e cujo resultado foi um conjunto de documentos de índole científica sobre o mar, revelando elevadas potencialidades dos países da CPLP neste aspecto pois quase todos eles apresentam uma enorme extensão de costa e de mares territoriais com potencialidades por explorar os seus mares. Neste Congresso ficou bem patente que os países da Comunidade da CPLP têm uma vertente comum, por explorar e que os une: o Mar. Em relação aos interesses da Nigéria na Guiné-Bissau referiu que estes devem-se essencialmente a dois factores: o do petróleo (porventura o menos importante) e o da religião (o crescente do islão e o seu progresso para Sul). Referiu também que a área denominada Senegâmbia (formada por países como o Senegal, a Gâmbia, a Guiné-Bissau) de elevada preponderância muçulmana e de colonização quase total francófona está a tentar através do islão estender a sua influência para Sul o que a Nigéria como potência hegemónica não está a consentir.

Entrevista realizada em 21 de Março de 2011

Apêndices III – Caracterização económica da Nigéria

Economicamente, a Nigéria teve um crescimento do PIB de 6,0% em 2008 e de 5,6% em 2009²⁶. Entendemos que, este crescimento é baseado principalmente no facto da Nigéria ser um país produtor de petróleo e de gás natural, o que o torna extremamente dependente do factor energético para a sua auto sustentação e consequente afirmação no contexto africano. A indústria da Nigéria abrange a refinação de petróleo, a montagem de automóveis, a produção de papel, alumínio e aço, a petroquímica, tecidos e ainda o processamento de alimentos. Além do petróleo e do gás natural, também extrai do subsolo estanho, columbite, carvão, calcário, sal, ferro e lignite.

A economia nigeriana está ligada às maiores reservas petrolíferas e de gás natural conhecidas da África subsaariana, sendo o seu mais importante exportador (Anexo A, Fig.1). A produção energética é maioritariamente constituída por petróleo e gás natural, não tendo qualquer tipo de expressão o carvão, a hidroeléctrica, o nuclear, a energia solar, geotérmica e eólica (Anexo A, Fig.2). Dados de 2009, dão para a Nigéria um potencial de produção de 37,2 mil milhões de barris de petróleo (Anexo A, Fig.3) e 5.25 biliões de metros cúbicos (Anexo A, Fig.7) de reservas de gás. Segundo a British Petroleum (BP), a Nigéria possui cerca de 2,8% do total mundial das reservas de gás natural (Anexo A, Fig.7) e também cerca 2,8% das reservas petrolíferas provadas do mundo (Anexo A, Fig.3). Em relação ao preço do petróleo, verificamos que a sua qualidade é recompensada porque, apresenta constantemente um preço mais elevado por barril em relação às restantes origens (Anexo A, Fig.5).

No entanto, actualmente a capacidade de produção petrolífera cifra-se em 2061 mil barris por dia, correspondente a 2,6% do total mundial (Anexo A, Fig.4) e tem visto a sua posição ameaçada por Angola que já produz 2,3% do total mundial (Anexo A, Fig.4). Também a produção de gás natural não possui o destaque que deixam antever as suas reservas conhecidas e apenas representa 0,8% do total mundial (Anexo A, Fig.8). Este diferencial produtivo está associado à instabilidade interna, não só política, como devida à resistência armada, especialmente no Delta do Rio Níger, onde se situam a maior parte das indústrias petrolíferas nigerianas. A estas ameaças estão acrescidos os riscos resultantes do facto de que cerca de aproximadamente 65% das reservas petrolíferas estarem situadas no mar. Este facto torna as estruturas petrolíferas mais vulneráveis a ataques e sabotagens porque são facilmente acessíveis. Apesar de possuir toda esta riqueza natural, a Nigéria tem visto a sua posição de maior produtor energético ameaçada na África subsaariana por Angola, devido essencialmente a um ambiente mais estável assegurado pelo governo angolano. Assim, e apesar de Angola possuir menores reservas conhecidas de petróleo do que a Nigéria, Angola tem se assumido cada vez mais como um sério concorrente produtor petrolífero na África subsaariana.

Infelizmente para a Nigéria, existe uma dura realidade ambiental que necessita de ser considerada em toda esta análise. A realidade ambiental incluiu ao longo de 50 anos de exploração da indústria petrolífera na área do delta do Rio Níger, elevados índices de poluição da água e do ar, milhares de galões de petróleo derramados e uma enormíssima quantidade de gás queimado, inigualável a nível mundial. Por último, a actividade de “illegal bunkering”, situam as perdas nigerianas entre 70.000 a 300.000 barris por dia, o que representa um enorme impacto económico no país (Crisis Group Africa, 2006: 8 e 19).

²⁶ Segundo dados do World Bank. Crescimento do Produto Interno Bruto em (Fonte: <http://search.worldbank.org/all?qterm=pib%20nigeria>).

Apêndices IV –Caracterização dos movimentos extremistas nigerianos

Os movimentos são muitos e variados, mas destacamos como mais importantes, no Sudeste o *Movement for the Actualization of the Sovereign State of Biafra* (MASSOB) que continua a tentar expandir os desejos da etnia Igbo para uma pátria independente. No Sul, o *Movement for the Survival of the Ogoni People* (MOSOP) e o *Movement for the Emancipation of the Niger Delta* (MEND), ambos a trabalhar através de vias diferentes para libertar esta região rica em petróleo do domínio de Abuja. No Norte, a memória do Califado de Sokoto²⁷ ainda continua firme nas memórias (Hill, 2010: 1) e ainda condiciona a realidade nigeriana actual, designadamente levou ao aparecimento de radicais islâmicos, que já se encontram infiltrados nos movimentos extremistas do norte (Hill, 2010: 3). Apesar disso, duas irmandades conhecidas: a “Qadariyya” e a “Tijaniyya”, tentam contrariar a expansão radical do islamismo através do financiamento de vários programas sociais e religiosos para prevenir que a população adopte posições radicais. Estas irmandades não trabalham com o governo, mas sim cada uma “per si” e preferem trabalhar com os radicais em vez de os levarem à justiça, tentando evitar males maiores. No entanto, a comunidade internacional, e especialmente os Estados Unidos da América (EUA) estão preocupados com o facto de terem de dialogar directamente com as irmandades, subalternizando totalmente o governo Nigeriano (Hill, 2010: 4).

O MEND, um grupo que emergiu em 2006 para a emancipação da região do Rio Níger e que nos últimos anos se constituiu na melhor e na mais bem estruturada organização subversiva, tem como objectivos o controlo dos recursos da região petrolíferos, ou em alternativa a imposição de um regime anárquico em toda a região do delta do rio Níger. Os ataques do MEND, desde Dezembro de 2005, incluem um conjunto de acções de carácter violento, onde se incluem raptos, interrupções forçadas na produção de petróleo que conduziram a uma diminuição estimada na produção de petróleo, de 800.000 barris por dia, ameaçando os objectivos económicos e políticos do governo nigeriano (*Crisis Group Africa*, 2006: i).

A somar a toda esta conflitualidade existe o facto de o MEND apesar de organizado, tem uma organização que se reflecte-se apenas nos mais baixos escalões de operações, ou seja ao nível dos grupos operacionais ou células, pois cada líder de célula tem capacidade de manobra para escolher que tipo de operação irá conduzir e que alvo irá atacar. Assim as acções são muitas vezes dirigidas contra os trabalhadores das empresas petrolíferas estrangeiras enquanto outras vezes são dirigidas contra os elementos do governo, forças de segurança ou forças militares da Nigéria, sem aparente estratégia. Também o factor tecnológico tem influenciado o modo de actuação e as operações do MEND tendo conduzido a uma maior coordenação da suas acções, à expansão de uma rede de informações baseada nas localidades vizinhas do, ou dos alvos escolhidos e a um aumento do conhecimento da situação por parte do movimento anti-governamental (*Crisis Group Africa*, 2006: 5 a 7).

²⁷ Comunidade islâmica espiritual sediada na Nigéria. Foi fundada no início dos anos 1800 e foi, antes da conquista e colonização europeia, um dos mais poderosos impérios da África subsaariana. O Califado, apesar de ver o seu poder reduzido ainda existe.

Apêndices V – Análise dos objectivos da UA, CEDEAO, CGG e CPLP

No decurso da nossa investigação, e tal como referido anteriormente, pretendemos também, analisar a esfera de influência nigeriana ao nível político e militar nos países africanos da CPLP, examinando os objectivos de três ORA (UA, Comissão do Golfo da Guiné e CEDEAO) que poderão ter um papel decisivo nas relações da Nigéria com os países africanos da CPLP. Assim, desde logo constatamos que quer pela sua proximidade geográfica (São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau), ou quer pela competição energética (Angola), inferimos que possam existir relações bilaterais políticas e militares entre a Nigéria e estes países da CPLP, dentro deste quadro multilateral.

De acordo com Cardoso e Ferreira (*apud* Leal, 2010:14) as ORA são “actores a considerar nas actuais dinâmicas africanas, nos seus espaços de influência, em especial aquelas que têm primado por liderar o processo de desenvolvimento e de segurança, tais como a UA, (...), CEDEAO (...), que têm intervindo, ao seu nível, no âmbito do apoio ao desenvolvimento económico e da segurança regional, especialmente na mediação e prevenção de conflitos, na intervenção militar e no controlo da criminalidade, contribuindo para um reforço da segurança regional em África, condição necessária para se alcançar o desejado desenvolvimento sustentado”, podendo ser inferido que as ORA são o “palco” privilegiado de relações entre a Nigéria e os países africanos da CPLP.

Salientamos também que as Organizações Internacionais (OI), segundo Cabral Couto, têm na sua origem duas grandes preocupações, a segurança e o progresso e bem-estar (1987: 29). Também segundo o mesmo autor, as OI poderão ser de “vocação universal (caso da ONU e respectivas agências especializadas) ou regional” e ainda que na sua natureza “podem ser essencialmente políticas, económicas ou militares” (1987: 30).

Iniciamos a nossa análise das OI relevantes para este trabalho com a União Africana, Organização fundada em Julho de 2000 e cujo propósito inicial foi substituir a Organização de Unidade Africana (OUA). A UA dotou-se de mecanismos legais que lhe “permitem a intervenção na resolução dos inúmeros conflitos regionais que proliferavam em África” (Bernardino, 2008: 8) e podemos classificá-la como uma organização regional (só para países africanos) e com objectivos políticos, económicos e militares. Salientamos também o acordo de cooperação entre a CPLP e a UA para a afirmação da língua portuguesa em África, no qual é reconhecida a importância da língua portuguesa no contexto africano e onde ficou garantida a valorização da mesma (CPLP, 2008: 59).

Actualmente e fazendo menção ao Plano Estratégico 2009-2012 da UA, encontramos os seguintes objectivos estratégicos (2009: 7): ²⁸Reduzir os conflitos para atingir a estabilidade e a segurança no continente africano; Alcançar a segurança e estabilidade continental como um pré-requisito para a integração e desenvolvimento africano; Promover um desenvolvimento económico sustentável; Fomentar um desenvolvimento humano e social sustentável; Preparar estruturas de desenvolvimento integrado para partilha de dados estatísticos, pesquisas e desenvolvimento das capacidades africanas; Melhorar a integração em África; Construir e impulsionar a cooperação global em África; Fomentar as acções de boa governança, a democracia e o respeito pelos direitos humanos; Reforçar as acções de resposta às crises humanitárias; Fomentar o espírito da solidariedade africana; Promover o renascimento cultural africano e proteger a sua herança cultural; Desenvolver a participação activa e a contribuição de todos os segmentos da sociedade africana no desenvolvimento africano; Estimular a ratificação legal de todos os instrumentos previstos pela Assembleia da União Africana; Fomentar a igualdade de géneros; Reforçar a capacidade e melhorar a eficiência e a eficácia operacional da

²⁸ Tradução livre do autor.

Comissão da União Africana; Promover a existência de sinergias, ligações e boas relações de trabalho entre todos os órgãos da União Africana; Reforçar a cooperação e a colaboração efectiva entre todos os Estados membros da União Africana; Promover parcerias estratégicas para aceder a fontes sustentáveis de financiamento com vantagens comparativas. Continuando a analisar o documento supracitado, destacamos que entre os “*stakeholders*”²⁹ considerados pela União Africana não existem quaisquer referências à CPLP ou à Comissão do Golfo da Guiné, fazendo-se no entanto, alusão à CEDEAO, pois existem por parte da UA expectativas de coordenação e harmonização dos processos de integração africana e de cooperação e colaboração na implementação de programas com a CEDEAO (UA, 2009: 12).

Compreendemos também que desde a sua criação em 2003, a UA tem registado alguns progressos no sentido de assegurar o desenvolvimento do continente africano, o que “*permitiu criar um conjunto de sinergias, de órgãos institucionais e mecanismos proactivos, com vista à implementação de sistemas de prevenção e resolução de conflitos regionais, mais realistas, eficazes e adequados à actual conjuntura mundial e à realidade africana, tornando-se efectivamente numa organização de integração no lugar de uma organização de cooperação inter-governamental*” (Bernardino, 2008: 8).

Também ressaltamos o papel da UA na Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA), pois a “*União Africana (...) representa o topo do sistema integrado de segurança continental para o século XXI*” (Leal, 2010: 14) em África.

Outra das ORA essenciais para a nossa percepção das relações entre a Nigéria e os países da CPLP é a CEDEAO. Salientamos que é uma organização datada de 5 de Novembro de 1976, portanto já com 35 anos de actuação no panorama africano. Esta é também uma organização regional (só para países africanos), com objectivos políticos, económicos e militares. Actualmente pertencem a esta organização um conjunto de 15 países: Benim, Guiné Equatorial, Níger, Burkina Faso, Guiné-Bissau, Nigéria, Cabo Verde, Libéria, Senegal, Costa do Marfim, Mali, Serra Leoa, Gâmbia, Togo e Gana. A Mauritânia também fazia parte desta organização mas afastou-se em 1999, não concordando com as decisões estabelecidas na Cimeira de 1999. A CEDEAO é vista como sendo um dos cinco³⁰ pilares da Comunidade Africana Económica³¹.

Segundo a informação disponibilizada no seu sítio da internet, mais concretamente no seu Tratado constituinte, podemos classificar os objectivos da CEDEAO como sendo muitos e variados mas destacamos a promoção da integração das actividades económicas, sociais e culturais, a promoção do progresso e do desenvolvimento do continente africano e a integração económica dos seus membros. Na sua revisão de 1993, o acordo estendeu-se à cooperação entre estados ao nível político e ao nível económico, nomeadamente através do estabelecimento como objectivos da organização de um mercado comum e de uma moeda comum. Nesta revisão também foi acordado pelos seus estados membros a sua responsabilidade na prevenção e resolução de conflitos regionais (CEDEAO, 2007b).

A Comissão do Golfo da Guiné (CGG) é uma organização internacional organização criada, através de um Tratado assinado em 3 de Julho de 2001, estabelecido pelos chefes de Estado e de Governo de oito países, a saber: Angola, Nigéria, Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Democrática do Congo e S. Tomé e Príncipe, e tornado realidade numa Cimeira realizada em Libreville a 25 de Agosto de 2006. Ao

²⁹ Partes interessadas.

³⁰ Os outros pilares são: a *Common Market for Eastern and Southern Africa* (COMESA), a *Economic Community of Central African States* (ECCAS), a *Intergovernmental Authority for Development* (IGAD) e a *Southern African Development Community* (SADC).

³¹ Em inglês, *African Economic Community* (AEC).

analisamos os objectivos da CGG, porventura aquela que recentemente se poderá ter tornado o maior e melhor foro de entendimento entre Angola e S. Tomé e Príncipe, pertencentes à CPLP e a Nigéria. Esta organização tem um carácter nitidamente regional (só para países africanos), com objectivos essencialmente políticos e económicos.

Os objectivos da CGG a que tivemos acesso, e que ainda estão sob a forma de projecto, são (Traub-Metz, Yates, 2004: 205): Alcançar a confiança mútua entre todos os Estados membros; Criar uma atmosfera mutuamente benéfica para as actividades económicas e para os cidadãos dos Estados membros para que estes possam prosseguir os seus negócios em segurança; Monitorizar e controlar a degradação do ambiente na área do Golfo, bem como harmonizar a exploração dos recursos nas áreas de sobreposição das Zonas Económicas Exclusivas através da partilha de recursos tecnológicos, de estratégias, de infra-estruturas e de custos; Coordenar e articular posições comuns sobre questões de interesse particulares para o reforço da paz e estabilidade na região do Golfo.

Também no que diz respeito às relações com outras organizações, fica salvaguardada a hipótese de cooperação, mediante o cumprimento dos objectivos do Tratado, através dos meios tidos como adequados (Traub-Metz, Yates, 2004: 206).

Passando de seguida a caracterizar a CPLP, esta tem o seu início formal a 17 de Julho de 1996, em Portugal. Este início formal foi antecedido por uma reunião ministerial que decorreu em Maputo, Moçambique, onde foram definidos os objectivos e os princípios que foram explanados na Declaração Constitutiva e nos Estatutos da Comunidade.

Esta formalização contou com a presença dos Presidentes de Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe. Posteriormente em 31 de Julho de 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, realizada em Brasília, Timor-Leste aderiu e completou o actual panorama dos oito países Lusófonos. Este panorama conta actualmente com mais dois países com o estatuto de observadores e que são a Guiné-Equatorial e as Ilhas Maurícias.

Os Estatutos da Comunidade³², no seu artigo nº 1, consideram a CPLP como um fórum multilateral que favorece o aprofundamento da amizade mútua, da concertação política e diplomática e da cooperação entre os seus membros destacando também que a CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira (CPLP, 2007).

No artigo nº 3 dos referidos Estatutos, são definidos como objectivos gerais da CPLP os seguintes: a concertação política e diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da presença dos países luso falantes nos fora internacionais; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; a materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (CPLP, 2007).

Salientamos ainda que os Princípios Orientadores da CPLP residem na igualdade soberana dos Estados-Membros, na não ingerência nos assuntos internos de cada Estado, no respeito pela sua identidade nacional, na reciprocidade de tratamento, no primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social, no respeito pela sua integridade territorial e na promoção do desenvolvimento e da cooperação mutuamente vantajosa (CPLP, 2007).

³² Revistos em S Tomé e Príncipe em 2001, Brasília em 2002, Luanda em 2005, Bissau em 2006 e Lisboa em 2007.

Apêndices VI – Breve descrição do PAMPA

O Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), tem por objectivo aproveitar a “dupla” experiência e conhecimento do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas Portuguesas, por um lado pela participação na UE e na NATO, por outro pela longa relação bilateral com os parceiros da Cooperação Técnica e Militar, em proveito dos Países africanos e da Segurança e Desenvolvimento de África, contribuindo, naturalmente, para a afirmação e visibilidade externa de Portugal. O PAMPA surge devido ao recente interesse da Comunidade Internacional em África, justificado no princípio do “African Ownership”.³³

Este Programa desenvolve-se em torno de quatro grandes eixos de acção, a saber:

- 1º Eixo - Capacitação institucional no âmbito da Segurança e Defesa;
- 2º Eixo - Formação de militares dos Países Africanos;
- 3º Eixo - Cooperação com Organizações Regionais e Sub-Regionais africanas;
- 4º Eixo - Mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias das Organizações de Segurança e Defesa (em particular NATO e UE).

Apesar de não termos nenhuma indicação oficial que o corrobore, entendemos que baseado no 3º eixo do PAMPA, Portugal entende desenvolver acções que acomodem não só a influência nigeriana ou de outras nações africanas, como também toda a envolvimento das ORA nos países da CPLP. Em termos de acções concretas Portugal pretende:

Desenvolver diligências no sentido de colocar um militar português em Adis Abeba, sede da União Africana, como elemento de ligação com esta Organização;

Aumentar a sua participação em actividades desta Organização (participando em “workshops” de planeamento, logística e operações, etc);

Declarar a disponibilização nacional de meios aéreos para a movimentação de forças, nomeadamente da UA;

Indigitar um militar como ponto de contacto permanente e privilegiado com a CEDEAO.

³³ Segundo Nuno Severiano Teixeira, este conceito é entendido “como a capacidade dos actores políticos e sociais para assumirem responsabilidades na definição da sua própria agenda”.

Apêndices VII – Questionários enviados, respostas e contributos obtidos

Questionário enviado à GALP (não respondido)

- 1.Quais são os principais produtos energéticos importados da Nigéria? Qual o seu valor global e valor relativo quando comparado com os principais fornecedores energéticos de Portugal?
 - 2.Qual o motivo da escolha da Nigéria para fornecedor do Gás Natural Liquefeito?
 - 3.Quais as vantagens do Gás Natural Liquefeito Nigeriano em relação aos restantes disponíveis no mercado?
 - 4.A insegurança que se vive no interior do estado Nigeriano não pode afectar de forma perigosa o fornecimento do Gás Natural Liquefeito? O recente litígio entre a GALP e a Nigéria a propósito da tarifa de gás não vem acentuar o carácter instável deste fornecedor?
 - 5.Qual o meio de transporte do gás para Portugal? Têm existido algumas dificuldades durante todo este processo?
 - 6.Para quando a ligação do gasoduto da Argélia a Portugal?
 - 7.Para quando a ligação do gasoduto transariano entre a Nigéria e a Argélia? Será possível Portugal usufruir desta ligação? Se sim, o que acontecerá à ligação actual?
 - 8.Como é feita a ligação empresarial entre as empresas energéticas dos dois países? Existe alguma interferência directa do estado Nigeriano ou Português no negócio?
 - 9.Estão previstos outros contratos, nomeadamente de aquisição de petróleo?
- Qual a razão de ter cessado em 2009 o fornecimento de petróleo por parte da Nigéria?
- 10.A GALP entrou no negócio da exploração em diversos países da CPLP designadamente Brasil, Angola, Moçambique e Timor-Leste. Qual foi a razão da não entrada em São-Tomé e Príncipe? Essa razão de alguma forma está ligada à Nigéria e ao acordo de exploração conjunta São-Tomé e Príncipe-Nigéria?
 - 11.A GALP já está na Guiné-Equatorial também no negócio da exploração, porque não a entrada na Nigéria?
 - 12.Outros assuntos resultantes das respostas anteriores?

Questionário enviado para a embaixada da Nigéria (não respondido)

- 1.Como a Nigéria vê Portugal sob o ponto de vista económico?
- 2.Quais são as principais trocas comerciais entre Portugal e a Nigéria?
- 3.Quais são os principais investidores portugueses na Nigéria e quais os bens/serviços transaccionados? E da Nigéria para Portugal?
- 4.Existe cooperação entre Portugal e a Nigéria? Se sim, qual?
- 5.Qual é a relação energética com Portugal? É considerada benéfica para ambos os países?
- 6.A GALP é um bom parceiro energético para a Nigéria?
- 7.Quando estará pronto o gasoduto trans-sahariano?
- 8.Como poderá Portugal tirar partido da ligação acima referida?
- 9.Qual a relação da Nigéria com a CPLP?
- 10.Quais os países da CPLP com que a Nigéria mantém boas relações políticas e militares? E a que nível essas relações se mantêm?

Questionário enviado para a delegação da CPLP em Portugal (não respondido)

Assim pretendemos ver esclarecidas as seguintes questões gerais:

- 1.Qual é a relação política da CPLP com a Nigéria?
- 2.Qual é a relação militar da CPLP com a Nigéria?
- 3.Existe cooperação entre a CPLP e a Nigéria? Se sim, qual?
- 4.A insegurança que se vive no interior do estado Nigeriano pode afectar o relacionamento político e militar da Nigéria com os países da CPLP?

5. Como vê a política nigeriana em relação à Guiné-bissau? E em relação a S. Tomé e Príncipe?
6. Quais os benefícios para a CPLP do posicionamento de Portugal em relação à Nigéria?
7. Quais os benefícios para a CPLP do posicionamento do Brasil como parceiro comercial da Nigéria?
8. Como é vista pela CPLP a competição petrolífera entre Angola e a Nigéria?
9. Qual a importância da ECOWAS e da União Africana para a CPLP?

Questionário enviado para a delegação da CPLP em Portugal (não respondido)

1. Quais são as relações institucionais entre Portugal e a Nigéria? A que nível se situam?
2. Existe algum(s) acordo(s) bilateral(ais) entre os dois países?
3. Quais são os principais produtos energéticos importados da Nigéria? Qual o seu valor global e valor relativo quando comparado com os principais fornecedores energéticos de Portugal?
4. Qual o motivo da escolha da Nigéria para a diversificação energética em Portugal?
5. A insegurança que se vive no interior do estado Nigeriano não pode afectar de forma perigosa o fornecimento energético a Portugal? O recente litígio entre a GALP e a Nigéria a propósito da tarifa de gás não vem acentuar o carácter instável deste fornecedor?
6. Qual o apoio do Estado em relação à diversificação energética da GALP? Têm existido algumas dificuldades durante todo este processo?
7. Para quando a ligação do gasoduto transariano entre a Nigéria e a Argélia? Será possível Portugal usufruir desta ligação? Se sim, o que acontecerá à ligação actual?
8. Como é feita a ligação empresarial entre as empresas energéticas dos dois países? Existe alguma interferência directa do estado Nigeriano ou Português no negócio?
9. Estão previstos outros contratos, nomeadamente de aquisição de petróleo?
10. Qual a razão de ter cessado em 2009 o fornecimento de petróleo por parte da Nigéria?

Contributo Major de Infantaria Luís Bernardino (EMGFA)

Parece-me que não vai ser fácil encontrares um racional obvio para o teu trabalho (nomeadamente olhando para o índice que procuras desenvolver), pois não existe uma relação tão clara entre Portugal e a Nigéria e muito menos entre a CPLP e a Nigéria (que eu saiba), pelo que deves na minha modesta opinião, dedicares-te mais às ORA e ver qual a participação da Nigéria (em contraponto com os estados-membros da CPLP e nomeadamente Angola). Deves ainda olhar numa perspectiva de comparação em termos de produção de petróleo (com reflexos na comparação com Angola e no quadro da CPLP). Ver se existe alguma participação portuguesa em Abuja e na perspectiva da segurança e defesa ver o Military Balance 2010 para se poder aquilatar do potencial da Nigéria (existe na biblioteca do IESM).

As questões que colocas são difíceis de concluir (o que quer dizer que a maioria dela será um rotundo não)

1. Qual é a relação política da CPLP com a Nigéria? Nada.
2. Qual é a relação militar da CPLP com a Nigéria? Nada
3. Existe cooperação entre a CPLP e a Nigéria? Se sim, qual? Não, ver o que se passou com a Guiné-Equatorial e ver se requereu recentemente o estatuto de observador (?)
4. A insegurança que se vive no interior do estado Nigeriano pode afectar o relacionamento político e militar da Nigéria com os países da CPLP? Aqui podes desenvolver a questão das fronteiras...
5. Como vê a política nigeriana em relação à Guiné-bissau? E em relação a S. Tomé e Príncipe? Muito difícil de analisar pois tens de ter acesso à documentação local... A

questão de Cassamança com a GBissau é muito relevante.

6.Quais os benefícios para a CPLP do posicionamento de Portugal em relação à Nigéria?...

7.Quais os benefícios para a CPLP do posicionamento do Brasil como parceiro comercial da Nigéria?...

8.Como é vista pela CPLP a competição petrolífera entre Angola e a Nigéria? Muito interessante este prisma... merece mais desenvolvimento

9.Qual a importância da ECOWAS e da União Africana para a CPLP? Aqui teria de se ver as outras ORA onde existe espaço de cooperação (eu tenho apenas analisado na perspectiva da segurança)

Contributo Major de Artilharia Adelino Jacinto (MNE)

Na perspectiva da Política Externa Nacional, a Nigéria constitui-se num actor regional com potencial efectivo e credível, mas cuja credibilidade torna-se algo flutuante devido à má gestão financeira e económica dos recursos petrolíferos e derivados. Muito devido às interferências produzidas por actores políticos internos, movimentos revolucionários do Delta do Níger e outras facções políticas que por via de actividades ilegais afectam pipelines, refinarias e pontos de distribuição, fazendo que algumas empresas internacionais já tenham desistido da sua presença neste mercado nigeriano.

Estas fragilidades temporárias abrem janelas de oportunidade para o protagonismo de outras potências africanas, uma delas ANGOLA, tanto no mercado petrolífero como na região da África Ocidental (ECOWAS-CEDEAO) onde a Nigéria não vê com bons olhos a intervenção de Angola em Estados Membro como a Guiné-Bissau ou mais recentemente na Costa do Marfim, que tem sido uma das preocupações prioritárias da Nigéria.

Esta não-aceitação de ingerência por parte de Angola, também se aplica à CPLP. No entanto, com as dificuldades orçamentais vividas pela Nigéria, a sua intervenção tem sido contida e inconsequente, abrindo assim espaço para a presença efectiva da França na Costa do Marfim e de uma sobreposição mais recente de Angola que tomou a dianteira tanto no que diz respeito ao mercado petrolífero como na sua ingerência política e económica em África.

Concluindo, a competição económica entre Angola e Nigéria existe de facto, mas também surge ao nível político com a uma presença angolana em terrenos da ECOWAS, perante a qual a Nigéria sente grande desconforto.

Relativamente a STP, confirma-se um entendimento mas mais ligado à geopolítica do que a interesses, não esquecendo que STP pertence à CPLP tal como Angola.

Na Guiné-Bissau, a intervenção Angolana na área da Reforma do Sector de Segurança causa grande desconforto ao estado Nigeriano que não conseguiu marcar presença efectiva neste país, privilegiando a crise mais recente da Costa do Marfim.

Houve muito recentemente eleições presidenciais na Nigéria, que não foram muito pacíficas, o que mais uma vez retira alguma credibilidade como actor regional a esta potência inequívoca africana.